



INFORMS

**INFORMATIVO
MERCO SHIPPING**

**RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO**

**Edição 171/2025
Data: 04/11/2025**

ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP).....	4
PORTO DE SANTOS TERÁ CRUZEIROS COM CHITÃOZINHO & XORORÓ, SORRISO MAROTO, LEONARDO E MAIS ESTRELAS EM NOVEMBRO; CONFIRA.....	4
PORTO DE SANTOS QUEBRA RECORDE HISTÓRICO DE CARGAS COM MAIS DE 16 MILHÕES DE TONELADAS EM SETEMBRO.....	5
STJ SUSPENDE PROCESSOS SOBRE NORMA DA AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS PARA CONTROLE DA ÁGUA DE LASTRO ..	6
ME – MOVIMENTO ECONÔMICO	7
TECON SALVADOR DOBRARÁ CAPACIDADE E VAI INVESTIR R\$ 848 MI	7
LEI DO GÁS É REGULAMENTADA EM AL COM FOCO EM CONCORRÊNCIA E BIOMETANO.....	8
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS.....	10
AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A NAVEGAÇÃO INTERIOR SERÁ REALIZADA NA PRÓXIMA SEGUNDA-FEIRA (10)	10
AGÊNCIA PARTICIPA DA PRIMEIRA PLENÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DOS REGULADORES DA MOBILIDADE E DOS TRANSPORTES... COM O TEMA “SOLUÇÕES PARA A MUDANÇA DO CLIMA”, AGÊNCIA ABRE INSCRIÇÕES PARA O PRÊMIO ANTAQ 2025.....	13
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF	15
SETOR DE NAVEGAÇÃO INVESTIU MAIS DE R\$ 70 MILHÕES EM AÇÕES AMBIENTAIS, SOCIAIS E DE GOVERNANÇA	15
CINCO AEROPORTOS DA REGIÃO NORTE REGISTRAM MAIS DE 3 DE MILHÕES DE PASSAGEIROS EM 2025	16
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF	17
MINISTRO DOS TRANSPORTES REFORÇA IMPORTÂNCIA DA INTEGRAÇÃO LOGÍSTICA EM VISITA A GURUPI (TO) NESTA QUARTA (5)	17
RENAN FILHO INICIA VIAGEM RUMO À COP30 COM VISITAS A OBRAS ESTRATÉGICAS NO CENTRO-NORTE DO PAÍS	18
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES DEBATE EFEITOS DA REFORMA TRIBUTÁRIA NAS CONCESSÕES E NOS INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA.....	19
RENAN FILHO LEVA ROTA SERTANEJA A LEILÃO COM A PREVISÃO DE R\$ 10 BILHÕES EM INVESTIMENTOS.....	20
BE NEWS – BRASIL EXPORT	21
EDITORIAL – A REFORMA TRIBUTÁRIA E O IMPULSO AOS INVESTIMENTOS	21
NACIONAL - HUB – CURTAS - ALCKMIN PREVÊ ASSINATURA DO ACORDO MERCOSUL-UNIÃO EUROPEIA ATÉ DEZEMBRO .	21
<i>Otimismo.....</i>	22
<i>Liberalização comercial</i>	22
<i>Impasse</i>	22
<i>Visita a Ásia</i>	22
<i>Boas práticas</i>	22
<i>Experiência enriquecedora</i>	22
OPINIÃO – ARTIGOS – ARTICULISTA - ENTRE BIODIVERSIDADE E O AGRONEGÓCIO: O PAPEL DA AGROECOLOGIA NA AMAZÔNIA	22
POLÍTICA - LULA DISPENSA HOTEL E SE HOSPEDA EM BARCO AMAZÔNICO PARA A CÚPULA DE LÍDERES DA COP30	24
POLÍTICA - HADDAD PROJETA CAPTAÇÃO DE US\$ 10 BI PARA FUNDO DE FLORES	25
POLÍTICA - CÂMARA VOTA PROJETO QUE CRIA SELO DE SUSTENTABILIDADE PARA GRANDES OBRAS	25
TRANSPORTES PORTOS - TRANSIÇÃO DO PORTO DE ITAJÁ PARA ADMINISTRAÇÃO DA CODEBA SAIRÁ EM 30 DIAS	27
TRANSPORTES PORTOS - CEARÁ INTENSIFICA TRATAVAS NA CHINA POR NOVO INVESTIMENTO AUTOMOVO	28
TRANSPORTES PORTOS - TCP LIDERA EMBARQUES DE GERGELIM E FEIJÃO NO BRASIL	29
TRANSPORTES NAVEGAÇÃO - ANTAQ SUSPENDE COBRANÇA DA TAXA DE SECA NAS OPERAÇÕES COM MANAUS	30
TRANSPORTES AVIAÇÃO - AEROPORTOS DA REGIÃO NORTE TÊM O MAIOR VOLUME DE PASSAGEIROS DOS ÚLTIMOS 10 ANOS	31
TRANSPORTES AVIAÇÃO - PARÁ AUMENTA MALHA AÉREA COM ROTA DIRETA DE BELÉM PARA BOGOTÁ	32
TRANSPORTES - MINISTÉRIO DEBATE EFEITOS DA REFORMA TRIBUTÁRIA NAS CONCESSÕES DE RODOVIAS E FERROVIAS ..	33
TRANSPORTES - ROTA SERTANEJA VAI A LEILÃO ESTA SEMANA COM PREVISÃO DE R\$ 10 BILHÕES EM INVESTIMENTOS...	34
TRANSPORTES TERRESTRES - TECNOLOGIA REDEFINE CUMPRIMENTO DA LEI DO FRETE MÍNIMO.....	34
TRANSPORTES FERROVIÁRIOS - VLI ANUNCIA NOVO COMANDO PARA AS OPERAÇÕES DO CORREDOR NORTE.....	35
COMÉRCIO EXTERIOR - BRASIL CONSOLIDA LIDERANÇA MUNDIAL NA EXPORTAÇÃO DE CARNE BOVINA	36
COMÉRCIO EXTERIOR - RESÍDUO DE COURO BRASILEIRO VIRA MATÉRIA-PRIMA DE FERTILIZANTE NA ITÁLIA.....	37
COMÉRCIO EXTERIOR - BRASIL APOSTA EM ANÚNCIO IMINENTE SOBRE ACESSO DA CARNE BOVINA AO MERCADO JAPONÊS	38
ENERGIA - PORTOS RS MIRA PARCERIAS E INOVAÇÃO PARA A ENERGIA EÓLICA OFFSHORE	38
ENERGIA - ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE CODERN E SENAI-RN TAMBÉM VISA ENERGIA LIMPA EM ALTO-MAR	39
PETRÓLEO E GÁS - PRODUÇÃO NACIONAL DE PETRÓLEO E GÁS VOLTA A BATER RECORDE EM SETEMBRO	40
PETRÓLEO E GÁS - PETROBRAS LANÇA PDV PARA ATÉ 1,1 MIL EMPREGADOS APOSENTADOS.....	41



PETRÓLEO E GÁS - SEMANA DO OFFSHORE PAULISTA TEM PROGRAMAÇÃO VOLTADA À EMPREGABILIDADE NO SETOR	41
PETRÓLEO E GÁS - PETRÓLEO FECHA EM ALTA LEVE APÓS OPEP+ INDICAR MANUTENÇÃO DE NÍVEIS COM MAIS OFERTA EM DEZEMBRO	42
PETRÓLEO E GÁS - DISTRIBUIDORA DE GÁS ABRE CHAMADA PÚBLICA PARA COMPRA DE BIOMETANO	43
FINANÇAS - DÓLAR CAI 0,43% EM DIA POSITIVO PARA DIVISAS LATINO-AMERICANAS	43
FINANÇAS - DIRETORA DO FED DEIXA EM ABERTO DECISÃO DE JUROS EM DEZEMBRO E DESTACA DEPENDÊNCIA DE DADOS	45
FINANÇAS - IBOVESPA VAI A INÉDITOS 150 MIL PONTOS EM SEXTO RECORDE DE FECHAMENTO SEGUIDO	45
FINANÇAS - TAXAS FUTURAS DE JUROS SOBEM EM SINTONIA COM MERCADO EXTERNO	47
INOVAÇÃO E TECNOLOGIA - BRASIL SOBE PARA 53º LUGAR EM COMPETITIVIDADE DIGITAL.....	47
INOVAÇÃO E TECNOLOGIA - FINEP LIBERA R\$ 1 BILHÃO PARA NOVOS FINANCIAMENTOS À INOVAÇÃO	49
JUSTIÇA - PF APURA REDE QUE TERIA ANTECIPADO DECISÕES E INFLUENCIADO PROCESSOS NO STJ	49
JUSTIÇA - ACUSADOS POR LOBISTAS DIZEM NÃO TER LIGAÇÃO COM FATOS APURADOS	50
MEIO AMBIENTE - BRASIL REDUZ 16,7% DAS EMISSÕES DE GASES DO EFEITO ESTUFA, DIZ OBSERVATÓRIO DO CLIMA	51
MEIO AMBIENTE - BRASIL ALCANÇA REDUÇÃO HISTÓRICA DE DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA E NO CERRADO.....	52
INTERNACIONAL - EUA: SUPREMA CORTE EXAMINA VALIDADE JURÍDICA DAS TARIFAS IMPOSTAS POR TRUMP	54
INTERNACIONAL - BYD REGISTRA QUEDA DE VENDAS NA CHINA À MEDIDA QUE INCENOVOS PARA O SETOR DIMINUEM ...	54
INTERNACIONAL - CHINA E UE REAFIRMAM COMPROMISSO COM ESTABILIDADE DE CADEIAS EM MEIO A CONTROLES DE EXPORTAÇÃO	55
INTERNACIONAL - TRUMP DECLARA QUE CHIPS MAIS AVANÇADOS DA NVIDIA SERÃO EXCLUSIVOS DOS EUA.....	56
INTERNACIONAL OPINIÃO – GEOPOLÍTICA - A SENTENÇA DE BLACKWELL E O CHOQUE NA CORRIDA TECNOLÓGICA CHINESA	56
JORNAL O GLOBO – RJ.....	58
EMBRAER LUCRA R\$ 289 MILHÕES NO 3º TRIMESTRE, MAS SOFRE IMPACTO DE TARIFA DE TRUMP MESMO COM EXCEÇÃO.....	58
UE ABRE INVESTIGAÇÃO SOBRE A OFERTA CHINESA DE COMPRAR AS MINAS DE NÍQUEL DA ANGLO AMERICAN NO BRASIL ..	59
SERIA 'IRRESPONSABILIDADE' DIZER QUE BRASIL NÃO VAI MAIS USAR PETRÓLEO, DIZ LULA SOBRE LICENÇA NA FOZ DO AMAZONAS	60
JBS VAI PAGAR US\$ 1,1 MI PARA ENCERRAR PROCESSO AMBIENTAL EM NY	61
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	62
AJUSTE FISCAL DE LULA EM 2027 SERIA ESTELIONATO ELEITORAL, ELE NÃO VENDERÁ ISSO, DIZ MARCOS MENDES	62
COSAN NÃO SALVA FIASCO DE 2025 EM AÇÕES, MAS SINALIZA QUE HÁ APETITE	66
STJ ANULA CONDENAÇÃO DE R\$ 1,48 BI CONTRA PETROBRAS E DETERMINA NOVO JULGAMENTO.....	67
CASA BRANCA FORMALIZA REDUÇÃO DE TARIFA EXTRA À CHINA ASSOCIADA AO FENTANIL	67
AMAPÁ QUER REPLICAR SUCESSO DA CIDADE DE MARICÁ COM ROYALTIES DE PETRÓLEO E DINAMISMO ECONÔMICO	68
AGRONEGÓCIO, PETRÓLEO E GÁS: O QUE OS GRANDES EMISSORES DE GASES POLUENTES VÃO DEFENDER NA COP-30?.....	70
VALOR ECONÔMICO (SP).....	72
COM DINHEIRO DA CONTA DE LUZ, ITAIPU BANCA COMPRA DE PRÉDIO PARA UNIVERSIDADE POR R\$ 65 MILHÕES	72
PREFEITOS DE CIDADES BRASILEIRAS APROVAM CARTA QUE SERÁ LEVADA A LÍDERES GLOBAIS NA COP30	74
PORTAL PORTOS E NAVIOS	75
GOVERNO LANÇOU EDITAL DE R\$ 200 MILHÕES PARA RETOMADA DE OBRAS DA FERROVIA TRANSNORDESTINA EM PE	75
TCP LIDERÁ EMBARQUES DE GERGELIM E DE FEIJÃO NO BRASIL EM 2025	76
FROTA DE APOIO EM AJB FECHOU SETEMBRO COM 463 EMBARCAÇÕES	77
ÓRGÃO AMBIENTAL NEGA QUE DRAGAGEM EM SUAPE TENHA CAUSADO MORTES DE ANIMAIS MARINHOS	78
PORTARIA MINISTERIAL Torna SEGURANÇA NOS PORTOS ORGANIZADOS EXCLUSIVA DA GUARDA PORTUÁRIA	79
PARCERIA ENTRE BRASIL E NORUEGA FOMENTA PESQUISAS SOBRE TRANSPORTE MARÍTIMO SUSTENTÁVEL E ENERGIA	79
BNDES APROVA LIBERAÇÃO DE R\$ 848 MILHÕES DO FMM PARA EXPANSÃO DO TECON SALVADOR.....	80
CECAFÉ E LOGÍSTICA BRASIL DEFENDEM LEILÃO DO TECON 10 ESTE ANO E SEM RESTRIÇÕES	80
PORTOS DO AÇU E DE ANTUÉRPIA-BRUGES PLANEJAM CRIAR CORREDOR VERDE DE E-COMBUSTÍVEIS ATÉ 2030.....	81
WÄRTSILÄ CONCLUI VENDA DA DIVISÃO DE SISTEMAS ELÉTRICOS MARÍTIMOS PARA VINCI ENERGIES.....	82
MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA	83
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	83

a tribuna DIGITAL

A TRIBUNA DIGITAL (SP)

PORTO DE SANTOS TERÁ CRUZEIROS COM CHITÃOZINHO & XORORÓ, SORRISO MAROTO, LEONARDO E MAIS ESTRELAS EM NOVEMBRO; CONFIRA

MSC Preziosa será palco de viagens temáticas com shows de diversos artistas
Por Bárbara Farias 4 de novembro de 2025



Os cruzeiros temáticos nesta temporada serão no MSC Preziosa, primeiro navio a chegar em Santos (Alexander Feraz/AT)

Chitãozinho e Xororó, Fábio Jr., Leonardo, Daniel, Simone e Sorriso Maroto são algumas das celebridades da música que agitarão os cruzeiros temáticos com embarque no Terminal de Passageiros Giusfredo Santini, administrado pelo Concais, no Porto de Santos, neste mês. Todos a bordo do MSC Preziosa, um dos cinco navios que o cais santista receberá em novembro. Ao todo, os transatlânticos farão 16 escalas e a movimentação estimada é de 92,7 mil passageiros.

Segundo o Concais, Santos receberá o MSC Preziosa, MSC Sinfonia e o MSC Seaview, além do Costa Favolosa e do Costa Diadema. Nenhum navio em trânsito (sem check-in no Concais) está programado para escalar na região até o final deste mês.

De acordo com a administração do terminal, são esperados 92,7 mil passageiros, sendo 50 mil embarques, 42 mil desembarques e 1,7 mil em trânsito de navios de escalas regulares.

O MSC Preziosa, que abriu a temporada 2025/2026 em Santos, no último dia 26, terá o maior número de escalas em novembro. Já atracou outras duas vezes, no dia 29 e no dia 1º deste mês, e retorna nesta terça-feira (4), às 8 horas, com previsão de saída às 18 horas. Veja as demais na tabela.

Já no dia 23, um domingo, é esperado o Favolosa. Vindo de uma travessia internacional, será o primeiro navio da Costa a atracar no Porto de Santos nesta temporada.

O complexo portuário santista ainda receberá o MSC Sinfonia, no dia 25, o Costa Diadema, no dia 28, e o MSC Seaview, no dia 29. Esses dois últimos estarão atracados em Belém (PA), entre os dias 10 e 21, porque servirão de hospedagem aos participantes da COP30, a Conferência Mundial do Clima da Organização das Nações Unidas (ONU).

No dia 28 deste mês, o terminal receberá três navios simultaneamente: o MSC Preziosa, o MSC Sinfonia e o Costa Diadema. O gerente de Operações do Concais, Javier Carnevale, afirmou que a expectativa é de um mês com operações tranquilas e seguras para os passageiros.

“A quantidade de passageiros é menor em 20% em relação à temporada passada, de acordo com a previsão, mas o impacto será muito positivo em Santos e região, e esperamos seguir escrevendo mais um incrível capítulo na história da temporada de cruzeiros em Santos e no Brasil”.

O Porto de Santos terá quatro embarques de cruzeiros temáticos. São eles: o navio Chitãozinho e Xororó (dias 15 a 18), com a dupla sertaneja, Fábio Jr. e Daniel; Cabaré (de 18 a 21), com Leonardo,

Daniel, Edson & Hudson, Rio Negro e Solimões, Pablo e Roberta Miranda; Sorriso Maroto com convidados (de 21 a 24) e Barretos 70 anos (28 de novembro a 1º de dezembro), com Simone Mendes, Matogrosso & Mathias e César Menotti e Fabiano.

Os cruzeiros temáticos são organizados pela PromoAção. Para esta temporada, a empresa fretou o MSC Preziosa para as 14 viagens temáticas que ocorrerão entre novembro deste ano e janeiro de 2026.

Programação:

- Dia 4 – MSC Preziosa – chegada às 8h, saída às 18h
- Dia 7 – MSC Preziosa – horário de chegada a definir, saída às 18h
- Dia 10 – MSC Preziosa – horário de chegada a definir, saída às 18h
- Dia 14 – MSC Preziosa – horário de chegada a definir, saída não informada
- Dia 15 – MSC Preziosa – horário de chegada a definir, saída às 18h
- Dia 18 – MSC Preziosa – horário de chegada a definir, saída às 18h
- Dia 21 – MSC Preziosa – horário de chegada a definir, saída às 18h
- Dia 23 – Costa Favolosa – horário de chegada a definir, saída às 18h
- Dia 24 – MSC Preziosa – horário de chegada a definir, saída às 17h
- Dia 25 – MSC Sinfonia – horário de chegada a definir, saída às 18h
- Dia 27 – Costa Favolosa – horário de chegada a definir, saída às 18h
- Dia 28 – MSC Preziosa – horário de chegada a definir, saída às 16h30
- Dia 28 – MSC Sinfonia – horário de chegada a definir, saída às 16h30
- Dia 28 – Costa Diadema – horário de chegada a definir, saída às 16h30
- Dia 29 – MSC Seaview – horário de chegada a definir, saída às 17h
- Dia 30 – Costa Favolosa – horário de chegada a definir, saída às 18h

(*) horário de chegada geralmente entre 8h e 9h Fonte: Concais

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 04/11/2025

PORTO DE SANTOS QUEBRA RECORDE HISTÓRICO DE CARGAS COM MAIS DE 16 MILHÕES DE TONELADAS EM SETEMBRO

Soja impulsiona o resultado; complexo portuário santista ultrapassa 138 milhões no acumulado do ano

Por Atribuna.com.br 4 de novembro de 2025



O movimento de contêineres registrou aumento de 6,6% no mês, marcando mais de 515,7 mil TEU (Divulgação)

O Porto de Santos registrou seu melhor movimento de cargas para o mês de setembro. Estatísticas divulgadas pela Autoridade Portuária de Santos (APS) registraram 16,5 milhões de toneladas no mês, somando 138,7 milhões de toneladas no período janeiro-setembro.

O movimento de contêineres foi ainda mais produtivo e registrou aumento de 6,6% no mês, marcando mais de 515,7 mil TEU (unidade de medida de um contêiner de 20 pés), e também no acumulado do ano, com crescimento de 7,8% em relação a 2024, chegando a 4,37 milhões de TEU.

“Este novo registro de recorde no Porto de Santos, que é o principal equipamento logístico do Brasil, apenas confirma a necessidade de olhar o futuro; por isso a APS está trabalhando na ampliação da Poligonal, no aprofundamento do canal de navegação, no arrendamento do Tecon 10, nas

perimetrais e no túnel Santos-Guarujá, dentre outras iniciativas", afirma o presidente da APS, Anderson Pomini.

O Porto de Santos bate novos recordes mesmo registrando queda na movimentação de granéis sólidos vegetais. Em setembro, as cargas de maior movimentação foram o açúcar (2,85 milhões de toneladas), o milho (2,61 milhões) e o complexo soja – grãos e farelo – (2,05 milhões).

Apenas a soja cresceu em relação ao mesmo mês do ano anterior (81,6%). Açúcar e milho registraram queda (4,9 e 21%, respectivamente). O aumento total em relação a setembro de 2024 foi de 3,7%.

No acumulado do ano, o aumento foi de 0,9% em relação aos nove primeiros meses do ano anterior. O maior movimento é do complexo soja (aumento de 9,9% em relação a 2024, total de 38,82 milhões de toneladas).

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 04/11/2025

STJ SUSPENDE PROCESSOS SOBRE NORMA DA AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS PARA CONTROLE DA ÁGUA DE LASTRO

Corte analisa conflito entre decisões de Santos e Brasília; enquanto isso, APS volta a exigir laudo ambiental para navios

Por Maurício Martins 4 de novembro de 2025



NA ÁGUA DE LASTRO É COLETADA EM PORTOS DE TODO O MUNDO E ARMAZENADA PARA DAR ESTABILIDADE AO NAVIO (Alexander Ferraz/AT)

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) suspendeu a tramitação dos dois processos, em Santos e em Brasília, sobre a validade da norma da Autoridade Portuária de Santos (APS) que exige laudo sobre o controle da água de lastro para permitir a atração de navios no Porto de Santos. A decisão, do ministro Teodoro Silva Santos, reconhece risco de decisões conflitantes entre o Poder Judiciário das duas cidades.

A própria APS pediu ao STJ que definisse qual juízo é competente para julgar definitivamente o tema. A medida não revoga nenhuma decisão anterior, mas suspende os dois processos até que a Corte decida sobre o conflito.

A origem da disputa

O caso começou com uma ação da APS contra a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). Em janeiro, a gestora do porto entrou com mandado de segurança na 17ª Vara Federal de Brasília para anular o Acórdão nº 776/2024 da Antaq, que havia declarado nula a norma da APS para a água de lastro. A 17ª Vara Federal restabeleceu o direito da APS exigir o laudo.

Segunda ação

Paralelamente, em fevereiro, o Centro Nacional de Navegação Transatlântica (Centronave) e a Associação Brasileira dos Armadores de Cabotagem (Abac) ajuizaram, na 1ª Vara Federal de Santos, uma ação anulatória com o objetivo de invalidar a mesma norma da APS. No início de julho, o juiz Alexandre Berzosa Saliba julgou procedente o pedido, anulando a norma e condenando a APS a restituir os valores pagos pelas armadoras, de cerca de US\$ 1,5 mil por embarcação.

Ao analisar o conflito, o ministro do STJ reconheceu que as duas ações têm a mesma causa. Segundo ele, as sentenças já proferidas têm conclusões opostas e geram "risco concreto e já



materializado de decisões conflitantes, com potencial de causar instabilidade jurídica e insegurança regulatória”.

O ministro destacou que o mandado de segurança da APS em Brasília foi protocolado antes da ação de Santos (15 de janeiro, contra 28 de fevereiro de 2025). Com base nisso, o STJ declarou a competência provisória da 17ª Vara Federal de Brasília para decidir apenas as matérias urgentes, até o julgamento definitivo do conflito.

Apesar de os processos estarem suspensos, a Autoridade Portuária de Santos (APS) informou que voltou a aplicar a norma (NAP.SUMAS.OPR.023.2024) que condiciona a atracação de navios no Porto de Santos à apresentação do atestado de cumprimento das regras do descarte da água de lastro.

“A fiscalização previne danos ambientais por espécies exóticas e nocivas à vida marinha e ao meio ambiente. Por enquanto, não haverá aplicação de multas para que os armadores possam se adequar à norma vigente”, diz Sidnei Aranha, superintendente de Meio Ambiente da APS.

A gestora do Porto diz, em nota, que a medida acontece depois que o STJ “deferiu liminar à gestora do Porto de Santos, reconhecendo a competência legal do juiz Diego Câmara, da 17ª Vara Federal de Brasília”. Porém, por enquanto, o STJ só permitiu que essa Vara aprecie casos urgentes.

O outro lado

Representante do Centronave e da Abac, o advogado Marcelo Sammarco ressalta que a norma da APS não foi restabelecida pelo STJ. “Portanto, não há possibilidade de exigência da (re)certificação e da respectiva cobrança nesse momento. Em verdade, e é importante que isso fique claro, a decisão proferida pelo ministro Teodoro Silva dos Santos, ainda em caráter preliminar, apenas estabeleceu a suspensão do andamento processual das ações judiciais que tratam do tema”, explicou Sammarco, em nota.

O advogado pondera que aguarda decisão do STJ sobre eventual conflito de competência entre os dois juízos. “Não houve reforma ou anulação das decisões. Portanto, a sentença da 1ª Vara Federal de Santos, que declarou nula a norma da APS e que suspendeu os respectivos efeitos até o seu trânsito em julgado, segue plenamente válida e eficaz. Ou seja, não há decisão jurídica que autorize a exigência da (re)certificação e respectiva cobrança pela APS neste momento”, finaliza.

Opostos

Enquanto a APS sustenta que a norma tem finalidade ambiental e preventiva, em linha com compromissos internacionais de sustentabilidade, o Centronave e a Abac argumentam que ela gera custos adicionais (cerca de US\$ 1,5 mil por embarcação) e duplicidade de fiscalização.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 04/11/2025



ME – MOVIMENTO ECONÔMICO

TECON SALVADOR DOBRARÁ CAPACIDADE E VAI INVESTIR R\$ 848 MI

Com a expansão, o Tecon Salvador vai ficar com a capacidade de movimentar 1 milhão de TEUs por ano

Da Redação ME - redacao@movimentoeconomico.com.br

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) vai financiar um R\$ 848 milhões ao Terminal de Contêineres (Tecon) Salvador, na Bahia. O empreendimento é uma subsidiária integral da companhia Wilson Sons. Os recursos serão usados para a expansão e

modernização do empreendimento com a ampliação do pátio de armazenagem e aquisição de novos equipamentos.



Com a expansão, o Tecon Salvador vai movimentar 1 milhão de TEUs, por ano. Foto: Wilson Sons/Divulgação

Também serão executadas obras de infraestrutura e modernização tecnológica. Durante a fase de implantação, devem ser gerados 1,4 mil empregos diretos e indiretos. O financiamento utiliza recursos do Fundo da Marinha Mercante.

A ampliação do Tecon-Salvador vai permitir que o terminal movimento mais de 1 milhão de Twenty Foot Equivalent Unity (TEUs), unidade que corresponde a um contêiner de 20 pés. Isso significa mais do que dobrar a atual capacidade de movimentação, saindo de 553 mil TEUs por ano.

A modernização operacional trará ganhos relevantes de eficiência, segurança e produtividade, com o número de movimentos de carga no cais aumentando de 70 para mais de 100 contêineres por hora.

Segundo o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, a expansão “contribuirá para reduzir gargalos logísticos, fortalecer a integração comercial entre os estados das regiões Nordeste, Centro-Oeste e parte do Sudeste e do Norte — sobretudo Bahia, Minas Gerais, Goiás e Tocantins — e os mercados externos, além de ampliar a competitividade das exportações nacionais”.

Expansão do Tecon Salvador

A localização estratégica do terminal, equidistante do Canal do Panamá e do Cabo Horn, permite conexões eficientes com rotas marítimas para Europa, África, Ásia e América do Norte.

Para o diretor financeiro da Wilson Sons, Michael Connell, “o contrato de financiamento ... reforça nosso compromisso de longo prazo com o desenvolvimento da infraestrutura portuária brasileira. Os investimentos no Tecon Salvador ampliarão a capacidade do terminal, gerarão emprego e renda na Bahia e reforçarão nosso compromisso com o desenvolvimento da região.” A Wilson Sons atua na capital baiana há 185 anos e começou as operações do Tecon-Salvador em 2000.

O financiamento faz parte do programa BNDES Azul, lançada em janeiro de 2024, voltada para desenvolver a economia azul brasileira com foco em infraestrutura portuária, descarbonização da frota naval, transporte marítimo e fluvial, bioenergia, preservação ambiental e turismo náutico.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 04/11/2025

LEI DO GÁS É REGULAMENTADA EM AL COM FOCO EM CONCORRÊNCIA E BIOMETANO

Novo marco regulatório define regras para comercialização, uso da rede e estímulo a fontes renováveis no mercado de gás canalizado

Por Vanessa Siqueira - De Alagoas vanessa.siqueira@movimentoeconomico.com.br

A Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Alagoas (Arsal) concluiu, na última semana, a regulamentação da Lei Estadual nº 9.029/2023, estabelecendo o conjunto técnico, econômico e jurídico que dá sustentação ao funcionamento do mercado livre de gás natural canalizado no estado. O novo marco regulatório, resultado de dois anos de trabalho, consolida a segurança jurídica e a previsibilidade institucional para agentes do setor, ao mesmo tempo em que

promove a abertura do mercado e cria condições para atração de investimentos e ampliação do uso de fontes renováveis, como o biometano.



Marco regulatório dá sustentação ao mercado livre de gás natural canalizado em Alagoas. Foto: Arsal

Segundo a Arsal, o conjunto normativo fortalece a competitividade e a eficiência em toda a cadeia de gás natural, criando mecanismos de governança que envolvem produtores, comercializadores e consumidores livres.

Entre os instrumentos aprovados pela agência estão os modelos homologados de Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD), nas modalidades Termelétrico e

Flexível, que estabelecem as bases contratuais para a utilização da infraestrutura de distribuição por diferentes tipos de consumidores. Também foi aprovado o Acordo Operacional, documento que define as condições técnicas e operacionais para o uso da rede canalizada pelos agentes do mercado.

Outro avanço, segundo o diretor do Conselho Executivo de Regulação da Arsal, Edvaldo Nascimento, é a criação de um modelo de Termo de Compromisso, que facilita a migração de consumidores do mercado cativo para o livre, e a definição de critérios objetivos para adesão e registro de consumidores livres e comercializadores. A regulamentação ainda contempla as condições para construção e operação de redes locais isoladas, ampliando a possibilidade de expansão da infraestrutura de gás em regiões não atendidas atualmente pela malha principal.

No campo da governança do setor, foi incluída a vedação à prática de autonegociação na aquisição de gás pela concessionária, o que, segundo a Arsal, garante mais transparência e concorrência na formação de preços da molécula. Além disso, a regulamentação passou a abranger o biometano, com a definição de regras específicas para sua movimentação na rede de distribuição, medida que contribui para o incentivo a fontes renováveis de energia.

“Esses instrumentos garantem a segurança e confiabilidade da rede de distribuição, além de estabelecerem mecanismos de governança robustos que fortalecem a coordenação entre a concessionária, comercializadores, consumidores e demais agentes de mercado”, avaliou Nascimento.



Diretoria da Arsal trabalhou por dois anos até concluir conjunto técnico, econômico e jurídico da Lei do mercado do gás de Alagoas. Foto: Arsal

A regulamentação da Lei nº 9.029/2023 também institui metodologias econômicas que asseguram previsibilidade tarifária e equilíbrio financeiro entre custos operacionais, investimentos e remuneração do serviço público.

Entre os principais pontos está a fixação do preço teto para o biometano, medida que visa estimular o uso e a produção desse combustível renovável no estado. Também foi estabelecida a metodologia para o cálculo da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), com critérios transparentes para a especificação do acesso à rede por parte dos agentes livres.

Outro destaque é a implantação da TUSD-E, uma tarifa específica para modalidades diferenciadas de uso do sistema de distribuição, além da criação da Conta Gráfica de Penalidade, mecanismo que reforça o controle tarifário e operacional do setor.

Mercado livre do gás atrai comercializadoras e amplia potencial de investimentos

Com a definição clara das regras e a criação de um ambiente regulatório estável, Alagoas já registra a presença de 11 empresas comercializadoras de gás natural autorizadas a operar no estado. Entre os nomes estão grandes players do setor, como BTG Pactual Commodities, Vibra Energia, Eneva, Eneva Comercializadora de Energia, Voqen Energia, Origem Energia Alagoas, Origem Energia, Petrobras, Indra Comercializadora de Energias, Flexgas Comercializadora e Júpiter Trading.

A Origem Energia, por exemplo, fará um dos maiores investimentos em gás natural no estado, com previsão de U\$S 200 milhões para construir no município de Pilar seu projeto pioneiro de Estocagem Subterrânea de Gás Natural (ESGN).

Desde que assumiu o Polo Alagoas, em 2022, a Origem tem investido em média US\$ 120 milhões ao ano na revitalização da produção de óleo e gás no estado. O volume diário de produção de petróleo equivalente saltou de 3,5 mil para 15 mil barris. No caso do gás natural, a produção passou de 300 mil para 1,6 milhão de metros cúbicos por dia, com meta de atingir 2 milhões de m³.

Segundo a Arsal, a presença dessas empresas indica o potencial de expansão do mercado livre, sobretudo para atendimento ao setor industrial e à geração termelétrica, que demandam contratos mais flexíveis e competitivos.

“O novo conjunto normativo consolida as bases para o pleno desenvolvimento do mercado de gás natural em Alagoas, abrindo caminho para o aumento da concorrência, a atração de novos investimentos em infraestrutura e o fornecimento de gás mais competitivo para o setor industrial e termelétrico”, comentou Edvaldo Nascimento.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 04/11/2025



ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A NAVEGAÇÃO INTERIOR SERÁ REALIZADA NA PRÓXIMA SEGUNDA-FEIRA (10)

Agência busca simplificar e modernizar os normativos que tratam do tema. Sessão será transmitida no canal da ANTAQ no YouTube.



Brasília, 04/11/2025 - A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) realizará, na próxima segunda-feira (10), às 14h30, audiência pública para discutir a revisão e modernização de todas as normas da navegação interior. A sessão será transmitida no canal da ANTAQ no YouTube.

A proposta não promove modificações de mérito na regulamentação da ANTAQ. O objetivo é aprimorar a técnica legislativa empregada, facilitando o acompanhamento e a compreensão por parte do mercado regulado e da sociedade.

Atualmente estão vigentes 11 resoluções que tratam do assunto. Com a revisão, que consta no Tema 1.1 da Agenda Regulatória ANTAQ 2025-2028, o objetivo é que a navegação interior seja disciplinada por seis normativos diferentes.

O tema passou por webinário técnico, ferramenta importante para garantir explicações mais detalhadas de temas complexos; e duas reuniões participativas, uma em Manaus (AM) e a segunda em Belém (PA).

Além disso, o aperfeiçoamento do estoque regulatório passa, no momento, por consulta pública. É possível enviar contribuições até o dia 14 de novembro. Todos os documentos e informações necessárias para a participação social estão disponíveis no site da ANTAQ.

Não é necessária inscrição para assistir a audiência, porém os interessados em se manifestar devem se inscrever pelo aplicativo de mensagens "Whatsapp" no número (61) 2029-6940. O período de inscrições será das 9h às 15h do dia 07 de novembro de 2025.

Minutas de novas resoluções:

- Resolução-MINUTA CGGR - "Critérios e procedimentos para outorga de serviços de transporte na navegação interior";
- Resolução-MINUTA CGGR - "Critérios e procedimentos para afretamento de embarcações na navegação interior";
- Resolução-MINUTA CGGR - "Direitos e deveres no transporte de passageiros e misto em percurso longitudinal e no transporte de passageiros e veículos em percurso de travessia na navegação interior";
- Resolução-MINUTA CGGR - "Direitos e deveres no transporte de natureza privada de cargas, pessoas e veículos";
- Resolução-MINUTA CGGR - "Critérios e procedimentos para a inclusão de informações e homologação de embarcações da navegação interior nos sistemas da Receita Federal"; e
- Resolução-MINUTA CGGR - "Critérios e procedimentos para a celebração de acordos operacionais na navegação interior".

Resoluções antigas:

- Resolução ANTAQ nº 260, de 27 de julho de 2004 - Dispõe sobre o benefício do idoso
<http://web.antaq.gov.br/portalv3/pdfSistema/Publicacao/0000000033.pdf>
- Resolução ANTAQ nº 912, de 23 de novembro de 2007 - Dispõe sobre o transporte de passageiros e misto longitudinal na navegação interior;
<https://sophia.antaq.gov.br/terminal/acervo/detalhe/5946#:~:text=APROVA%20A%20NORMA%20PARA%20OUTORGA,PERCURSO%20LONGITUDINAL%20INTERESTADUAL%20E%20INTERNACIONAL>.
- Resolução ANTAQ nº 1.274, de 03 de fevereiro de 2009 - Dispõe sobre o transporte de travessia na navegação interior;
<https://sophia.antaq.gov.br/terminal/acervo/detalhe/6305#:~:text=APROVA%20A%20NORMA%20PARA%20OUTORGA,NA%20NAVEGA%C3%87%C3%83O%20INTERIOR%20DE%20TRAVESSIA>.
- Resolução ANTAQ nº 1.558, de 11 de dezembro de 2009 - Dispõe sobre o transporte de cargas na navegação interior;
<https://sophia.antaq.gov.br/terminal/acervo/detalhe/6587>



- Resolução ANTAQ nº 3.285, de 13 de fevereiro de 2014 - Dispõe sobre o transporte de travessia por microempreendedores na navegação interior;
<https://sophia.antaq.gov.br/terminal/acervo/detalhe/8300>
- Resolução ANTAQ nº 3.631, de 15 de setembro de 2014 - Dispõe sobre a homologação de embarcações no Sistema Mercante;
<http://web.antaq.gov.br/portalv3/pdfSistema/Publicacao/0000006802.pdf>
- Resolução Normativa ANTAQ nº 16, de 06 de fevereiro de 2017 - Dispõe sobre o benefício de jovens de baixa renda na navegação interior;
<https://juris.antaq.gov.br/index.php/2017/03/03/resolucao-normativa-no-16-2017/>
- Resolução Normativa ANTAQ nº 24, de 05 de julho de 2018 - Regulamenta os acordos operacionais na navegação interior;
<https://juris.antaq.gov.br/index.php/2018/08/10/resolucao-normativa-no-24-2018/>
- Resolução ANTAQ nº 6.853, de 13 de abril de 2019 - Adota o critério de variação de 14% TPB para equivalência de capacidade de transporte do conjunto de equipamentos em acordo operacional;
<https://sophia.antaq.gov.br/terminal/Acervo/Detalhe/24392>
- Resolução ANTAQ nº 7.753, de 11 de maio de 2020 - Estabelece critérios e procedimentos para a prestação de serviços de transporte privado de pessoas, veículos ou cargas na navegação interior de travessia; e
<https://juris.antaq.gov.br/index.php/2020/05/12/7753-20/>
- Resolução ANTAQ nº 41, de 4 de março de 2021 - Dispõe sobre o afretamento de embarcações na navegação interior
<https://juris.antaq.gov.br/index.php/2021/03/04/41-2021/>

Contribuições

As minutas jurídicas e documentos técnicos relativos à consulta pública do aprimoramento das propostas de normas elaboradas no âmbito do Tema 1.1 da Agenda Regulatória 2025/2028 – “Revisão e simplificação do estoque regulatório da navegação interior” estão disponíveis neste link.

O período para a realização das contribuições escritas se estende até as 23h59 do dia 14 de novembro de 2025, exclusivamente por meio e na forma do formulário eletrônico disponível no site da ANTAQ, não sendo aceitas contribuições enviadas por meio diverso.

Será permitido anexar imagens digitais, tais como mapas, plantas e fotos exclusivamente através do email: anexo_audiencia062025@antaq.gov.br mediante identificação do contribuinte e no prazo estipulado neste aviso. O envio do anexo em email não dispensa o envio da contribuição por escrito no formulário eletrônico.

Caso o interessado não disponha dos recursos necessários para o envio da contribuição por meio do formulário eletrônico, poderá fazê-lo utilizando o computador da Secretaria-Geral (SGE) desta Agência, em Brasília/DF, ou nas suas Unidades Regionais, cujos endereços se encontram disponíveis no sítio da ANTAQ.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520 - FAX: (61) 2029-6517 - E-mail: asc@antaq.gov.br

Data: 04/11/2025

AGÊNCIA PARTICIPA DA PRIMEIRA PLENÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DOS REGULADORES DA MOBILIDADE E DOS TRANSPORTES



Iniciativa é um passo importante na consolidação da cooperação entre entidades internacionais do setor

Foto: Divulgação Autoridade da Mobilidade e dos Transportes de Portugal (AMT)/Miguel Fonseca

Brasília, 03/11/2025 - O diretor Caio Farias representou a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) na primeira plenária da Associação dos Reguladores da Mobilidade e

dos Transportes dos Países de Língua Oficial Portuguesa (ARMT), em Lisboa, Portugal.

O encontro, que reuniu diversas autoridades de agências reguladoras internacionais, marca um passo importante na consolidação da cooperação entre essas entidades do setor de mobilidade e transportes dos países de língua portuguesa.

Na última sexta-feira (31), Ana Paula Vitorino, presidente da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes de Portugal, assumiu a presidência da Assembleia e da Direção da Associação, mandato que se estenderá até 31 de dezembro de 2026, quando a Presidência Pro Tempore será transferida para Angola. Na ocasião, também foram aprovados o regimento interno, definidas as linhas estratégicas para 2026 e apresentados os planos de atividades para 2025 e 2026.

Durante a missão internacional, iniciada na última quinta-feira (30), o diretor Caio Farias participou de reuniões técnicas, do debate sobre a mobilidade e os transportes no contexto global e de visita técnica ao Porto de Lisboa.

Ele esteve ainda no evento de lançamento do Comitê Consultivo da Task Force Descarbonização, uma iniciativa estratégica da United Nations Global Compact Network Portugal.

Fortalecer a regulação

A participação na ARMT é uma oportunidade estratégica para fortalecer a integração institucional e o intercâmbio técnico com os países de língua portuguesa, além de contribuir para o desenvolvimento de políticas regulatórias mais sustentáveis e alinhadas aos desafios globais do setor.

A ARMT foi criada em setembro de 2024, a partir de um protocolo de intenções firmado entre a Autoridade da Mobilidade e dos Transportes de Portugal (AMT) e a ANTAQ, durante a conferência "Mobilidade Integrada – Eixo Beira Interior", realizada na cidade da Guarda, em Portugal.

A associação reúne oito instituições de Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique e Portugal, com o objetivo de promover boas práticas regulatórias, fomentar a pesquisa científica e ampliar o conhecimento em mobilidade e transportes, alinhando-se às transições ambiental, energética e digital.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520 - FAX: (61) 2029-6517 - E-mail: asc@antaq.gov.br

Data: 03/11/2025

COM O TEMA “SOLUÇÕES PARA A MUDANÇA DO CLIMA”, AGÊNCIA ABRE INSCRIÇÕES PARA O PRÊMIO ANTAQ 2025

Hoje (3), abre o período para os interessados que quiserem enviar trabalhos para a premiação que completa 10 anos



Brasília, 03/11/2025 - O prazo de inscrições para o Prêmio ANTAQ 2025 - "Soluções para a Mudança do Clima" começa nesta segunda-feira (3). O edital com todas as informações necessárias sobre como concorrer à premiação está disponível no site da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ).

Comemorando 10 anos, a premiação conta com uma categoria inédita, a Conexão Hidroviária, além das já conhecidas:

Desempenho Ambiental - IDA, Artigos Técnico-Científicos, Iniciativas Inovadoras e Gênero e Diversidade. Acesse mais informações sobre o Prêmio ANTAQ 2025

Acesse mais informações sobre o Prêmio ANTAQ 2025

O Prêmio ANTAQ reconhece e incentiva iniciativas que se destacaram por sua contribuição na melhoria da prestação de serviços de transportes aquaviários à sociedade, fomenta a pesquisa e a produção técnico-científica e dissemina melhores práticas ESG (Ambiental, Social e Governança, em português) e de inovação na operação e gestão no setor.

Inscrições

Para concorrer às categorias Iniciativas Inovadoras, Artigos Técnico-Científicos e Gênero e Diversidade as inscrições devem ser efetuadas até às 23h59 do dia 30 de novembro de 2025 (horário de Brasília). As demais categorias não necessitam de inscrição.

Somente serão aceitas inscrições feitas via internet, conforme procedimentos especificados no edital, no formulário disponível neste link.

Categorias

Em Conexão Hidroviária, serão premiadas empresas de navegação interior que, ao longo do ano de 2024, atenderam o maior número de municípios brasileiros, com base nos dados oficiais do Painel Estatístico Aquaviário da ANTAQ. Estão aptas a concorrer ao prêmio todas as empresas de navegação interior, de transporte de cargas e/ou passageiros, que operaram regularmente no território brasileiro no ano de 2024.

Na categoria Desempenho Ambiental, serão premiadas as administrações portuárias responsáveis pelos portos públicos e Terminais de Uso Privado (TUPs) que obtiverem os melhores desempenhos ambientais pelo Índice de Desempenho Ambiental (IDA), com base no ciclo de avaliação de 2024. Nesta edição, o Prêmio contará com duas subcategorias do IDA, definidas de acordo com a movimentação anual de cargas (ton/ano), considerando uma modalidade para instalações com movimentação de até 5 milhões ton/ano e outra acima de 5 milhões ton/ano.

A participação nas duas categorias ocorre de forma automática, sem a necessidade de inscrição por meio do edital, diferente das categorias Artigos Técnico-Científicos; Iniciativas Inovadoras; e Gênero e Diversidade.

Acesse mais informações sobre o Prêmio ANTAQ 2025

<https://www.gov.br/antaq/pt-br/central-de-conteudos/premio-antaq/premio-antaq-2025-1>

Os três primeiros colocados em Artigos Técnico-Científicos, além da premiação, terão os artigos publicados na Revista Científica da Agência, a Blue Research. Os trabalhos, ligados ao tema "Soluções para a Mudança do Clima", devem ser das áreas de Direito, Economia, Regulação, Meio Ambiente, Gestão, Ciências Sociais, Geografia, Políticas Públicas, Infraestrutura e Logística e áreas

afins que apresentem relevância técnico-científica e institucional em conformidade com as áreas de atuação da ANTAQ.

Por sua vez, na categoria Iniciativas Inovadoras, serão premiadas empresas atuantes nas atividades de prestação de serviços e de exploração da infraestrutura de transportes aquaviários que tenham adotado iniciativas socioambientais geradoras de melhorias institucionais.

Essas empresas precisam ter contribuído para o aprimoramento do atendimento das demandas da sociedade e para o aumento da eficiência e sustentabilidade na prestação de serviços. Para a premiação, serão consideradas iniciativas que cumpram os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

Gênero e Diversidade, categoria incluída no ano passado, busca reconhecer empresas do setor que desenvolvem ações voltadas à igualdade de gênero, à redução das desigualdades, à promoção da diversidade e à inclusão de minorias em seu ambiente de trabalho e operações. Essas iniciativas devem gerar impactos positivos, contribuindo para que o setor aquaviário seja mais inclusivo, justo e representativo.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520 - FAX: (61) 2029-6517 - E-mail: asc@antaq.gov.br

Data: 03/11/2025



GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

SETOR DE NAVEGAÇÃO INVESTIU MAIS DE R\$ 70 MILHÕES EM AÇÕES AMBIENTAIS, SOCIAIS E DE GOVERNANÇA

Levantamento feito pelo Ministério de Portos e Aeroportos aponta avanço da agenda ESG no modal hidroviário brasileiro



Setor de navegação investiu mais de R\$ 70 milhões em ações ambientais, sociais e de governança - Foto: Divulgação

O setor hidroviário brasileiro vem ampliando seu compromisso com a sustentabilidade e as áreas sociais. É o que aponta o Diagnóstico de Sustentabilidade, divulgado pelo Ministério de Portos e Aeroportos, em parceria com a Associação de Terminais Portuários Privados (ATP). O levantamento, feito com 20 companhias do setor, mostra que as empresas de navegação marítima e interior investiram R\$ 71,9 milhões em

ações ESG (ambientais, sociais e de governança) entre os anos de 2023 e 2024.

De acordo com o estudo, a área de governança concentrou o maior volume de recursos, com cerca de R\$ 40 milhões, destinados à criação de setores de compliance, realização de auditorias externas e adoção de políticas corporativas de transparência. No eixo ambiental, foram investidos R\$ 17,8 milhões, voltados à mitigação de impactos, uso de biocombustíveis e controle de efluentes. Já a área social somou R\$ 14,1 milhões, com ações de capacitação profissional, diversidade e apoio a comunidades ribeirinhas.

O levantamento também indica que o setor apresentou taxa média de 56,4% de adesão aos indicadores ambientais, resultado considerado positivo e com tendência de crescimento diante das

novas diretrizes da Organização Marítima Internacional (IMO), que estabelecem metas progressivas de descarbonização global até 2050. Segundo o documento, a incorporação de tecnologias mais limpas e a substituição gradual de combustíveis fósseis deverão ampliar o potencial de sustentabilidade da navegação brasileira nos próximos anos.

Para o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, o diagnóstico evidencia o avanço da transição ecológica no setor hidroviário e reforça o papel do modal na redução de emissões e na integração logística do país. "O transporte hidroviário é um ativo estratégico para o Brasil e uma das bases da nossa economia verde. Esse diagnóstico mostra que estamos avançando na direção certa, com mais inovação, sustentabilidade e eficiência na movimentação de cargas e passageiros", destacou o ministro.

O Diagnóstico de Sustentabilidade faz parte do conjunto de ações conduzidas pelo MPor para consolidar a agenda ESG na infraestrutura nacional. A iniciativa segue as diretrizes da Política Nacional de Sustentabilidade e do Pacto pela Sustentabilidade, lançados em 2024, que estabelecem metas e incentivos para ampliar o engajamento de empresas públicas e privadas com práticas ambientais, sociais e de governança.

Durante a COP30, em Belém, o Ministério de Portos e Aeroportos concederá os primeiros selos de reconhecimento às empresas e entidades que aderiram ao Pacto pela Sustentabilidade, valorizando as boas práticas já implementadas e estimulando novas ações no setor.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 03/11/2025

CINCO AEROPORTOS DA REGIÃO NORTE REGISTRAM MAIS DE 3 DE MILHÕES DE PASSAGEIROS EM 2025

Aeroportos de Manaus, Palmas, Marabá, Rio Branco e de Parauapebas, juntos, registram o maior volume de passageiros dos últimos 10 anos



Cinco aeroportos da Região Norte registraram mais de 3 de milhões de passageiros em 2025 - Foto: Ricardo Botelho

De janeiro a setembro deste ano, o transporte aéreo na Região Norte apresentou um desempenho histórico: cinco dos dez principais aeroportos da região registraram o maior movimento de passageiros dos últimos 10 anos (2016-2025). Os recordistas são Manaus (AM), Palmas (TO), Marabá (PA), Rio Branco (AC) e Parauapebas (PA), que, juntos, somaram 3.615.959 passageiros nos voos de ida e volta, segundo dados da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

O destaque principal é o Aeroporto de Manaus que, pela primeira vez na última década, ultrapassou a marca de 2,35 milhões de passageiros, superando o pico pré-pandemia de 2019 (2,16 milhões). O Aeroporto de Palmas também se destacou ao atingir 553 mil passageiros, quebrando o recorde que havia estabelecido em 2024 com 539.684. Da mesma forma, o Aeroporto de Rio Branco registrou 269 mil passageiros, superando sua marca anterior de 2018 (266 mil).

Paralelamente aos recordes da década, o Aeroporto de Porto Velho (RO) foi o destaque em crescimento anual, apresentando um salto impressionante de 43,5% em sua movimentação em comparação com 2024.

AEROPORTOS DO NORTE BATEM RECORDE DE PASSAGEIROS



Fonte: Anac

"O Governo Federal está comprometido com a modernização dos aeroportos em todo o país, e a Região Norte é parte desse esforço. O bom desempenho da movimentação regional demonstra o potencial da área e reforça a importância de continuarmos investindo em sua infraestrutura aeroportuária", enfatizou o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho.

Desempenho histórico da avião no Norte do país entre janeiro e setembro de 2025.

Aeroportos do Pará

O destaque paraense veio dos aeroportos de Marabá (SBMA) e Parauapebas (SBCJ), que bateram seus recordes de movimentação dos últimos 10 anos, com 284 mil e 158 mil passageiros, respectivamente. Parauapebas registrou um forte crescimento de 11,1% sobre 2024 e o maior avanço acumulado da década entre os aeroportos paraenses (+35,4% em relação a 2016).

O Aeroporto de Belém manteve sua posição como

o mais movimentado de toda a Região Norte, registrando 2,83 milhões de passageiros. Esse número representa uma leve acomodação após o recorde de 2024 para este período quando atingiu a marca de 2,97 milhões de passageiros, mas ainda é o segundo melhor resultado do terminal na última década no acumulado de janeiro a setembro.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 03/11/2025

gov.br Presidência da República
Ministério dos Transportes

GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

MINISTRO DOS TRANSPORTES REFORÇA IMPORTÂNCIA DA INTEGRAÇÃO LOGÍSTICA EM VISITA A GURUPI (TO) NESTA QUARTA (5)

Intervenções fortalecem o Matopiba e melhoram o escoamento da produção agrícola no Norte e Centro-Oeste

Como parte da viagem que antecede a participação do Ministério dos Transportes na COP30, o ministro Renan Filho visita na quarta-feira (5) o Terminal de Transbordo Ferroviário de Gurupi (TO), um dos principais hubs logísticos da Malha Central da Ferrovia Norte-Sul.

O terminal conecta Gurupi ao Porto de Santos (SP) e deve receber cargas provenientes do leste de Mato Grosso, do oeste da Bahia e do norte de Goiás. Com capacidade para operar 1.500 toneladas de soja e 1.300 toneladas de farelo por hora, a estrutura opera de forma eficiente, segura e com menor emissão de carbono, podendo movimentar até 500 mil toneladas de farelo de soja por ano.

Localizado no Matopiba, região formada pelos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, o terminal é estratégico para o escoamento da produção agrícola. Nos últimos dez anos, a produção de grãos na região cresceu 93% e deve chegar até 48 milhões de toneladas até 2034.



Ainda em Gurupi, o ministro vistoria as obras da travessia urbana, na BR-153. O trecho conta com 11,2 quilômetros de duplicação já concluídos, entre Gurupi e Aliança (TO), e prevê novas intervenções que vão abranger os municípios de Talismã, Alvorada e Figueirópolis, somando mais 7 quilômetros de pistas ampliadas nesta etapa.

Cobertura de imprensa

Não há necessidade de credenciamento prévio para jornalistas interessados na cobertura do evento.

Serviço

Vistoria das obras da travessia urbana de Gurupi (TO)

Data: Quarta-feira, 5 de novembro

Horário: 10h30

Local: BR-153/TO, Km 666 - Gurupi

Visita ao Terminal Rodoviário Fazendão - Ferrovia Norte-Sul

Data: Quarta-feira, 5 de novembro

Horário: 11h30

Local: BR-242/TO, Km 13 (saída para a cidade de Peixe)

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 04/11/2025

RENAN FILHO INICIA VIAGEM RUMO À COP30 COM VISITAS A OBRAS ESTRATÉGICAS NO CENTRO-NORTE DO PAÍS

Comitiva do Ministério dos Transportes irá desembarcar em Belém no próximo sábado; vistoria das obras das pontes de Xambioá (TO) e Estreito (MA) estão na programação

O ministro dos Transportes, Renan Filho, inicia nesta terça-feira (4) a viagem rumo à COP30, em Belém (PA), com visitas a obras estratégicas no Centro-Norte do país. A agenda reforça o compromisso da pasta com a construção de uma infraestrutura sustentável e integrada, de olho no futuro do país.

Neste primeiro dia da caravana Rota COP30, a comitiva liderada por Renan Filho irá vistoriar o andamento da duplicação da BR-153, eixo fundamental de integração entre o Meio-Norte e o Centro-Sul do país. Iniciadas em julho de 2025, as intervenções contemplam 53,4 quilômetros e se estendem pelos municípios de Uruaçu, Campinorte, Rialma e Rianápolis.

Na sequência, o ministro dos Transportes visita as obras da Ferrovia de Integração Centro-Oeste (Fico), um dos principais empreendimentos ferroviários em execução no país. Com 383 quilômetros de extensão entre Água Boa (MT) e Mara Rosa (GO), a obra já alcança 35,5% de avanço físico. O trecho entre Mara Rosa e Crixás, com 131 quilômetros, tem conclusão prevista para 2026.

A Fico é peça-chave no Corredor Leste-Oeste, e se conecta à Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol), ampliando o acesso ferroviário aos portos do Arco Norte e fortalecendo a logística nacional.

Infraestrutura e sustentabilidade de mãos dadas

Por meio do Plano Integrado de Transporte (PIT) e do Plano Nacional de Logística 2050 (PNL 2050), o Ministério dos Transportes consolida uma nova forma de planejar a infraestrutura do país, com a sustentabilidade como eixo central. Os projetos incorporam critérios de eficiência energética, resiliência climática e impacto social, alinhando desenvolvimento e responsabilidade ambiental.

Programas como o PRO-AdaptaVias, lançado em 2025, adaptam a infraestrutura rodoviária e ferroviária às novas realidades climáticas. Já o Inventário Nacional de Emissões de GEE do Transporte Rodoviário e Ferroviário, desenvolvido em parceria com a Confederação Nacional do Transporte (CNT), estabelece a base científica para reduzir emissões e orientar investimentos verdes.

Na COP30, o Ministério dos Transportes apresenta essas e outras iniciativas na Estação do Desenvolvimento – Transporte, Infraestrutura e Sustentabilidade, espaço que vai reunir governo, setor produtivo e sociedade civil para debater soluções de mobilidade resiliente e de baixo carbono.

Cobertura de imprensa

Não há necessidade de credenciamento prévio para os jornalistas interessados na cobertura das visitas.

Serviço

Visita às obras da Ferrovia de Integração Centro-Oeste – Fico

Data: Terça-feira, 4 de novembro

Horário: 14h

Local: Canteiro Estaleiro de Solda - GO-347, Km 6 do eixo da Fico - Mara Rosa (GO)

Fonte: GOV. Federal - BR - Ministério dos Transportes - DF

Data: 04/11/2025

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES DEBATE EFEITOS DA REFORMA TRIBUTÁRIA NAS CONCESSÕES E NOS INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA

Evento em São Paulo reuniu especialistas e governo para avaliar como o novo modelo tributário pode influenciar custos, contratos e novos projetos



Evento debateu os efeitos da nova tributação sobre contratos de rodovias e ferrovias e destacou ações para garantir segurança jurídica e competitividade ao setor.
Fotos: Michel Corvello/MT

Representantes do setor e do Governo Federal debateram, nesta segunda-feira (3), em São Paulo, como a reforma tributária pode reduzir custos, melhorar a eficiência dos contratos e abrir espaço para novas concessões de transportes. A análise foi apresentada pelo secretário-executivo do Ministério dos Transportes, George Santoro, em evento na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

O encontro discutiu os potenciais efeitos da reforma tributária, aprovada e promulgada como Emenda Constitucional 132/2023, que prevê a substituição de cinco tributos (ISS, ICMS, PIS, Cofins e IPI) por um Imposto sobre Valor Agregado (IVA), composto pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). O novo sistema tributário está em fase de transição.

“Temos já contratados R\$ 300 bilhões de capex. Vamos contratar até o final do ano que vem mais R\$ 300 bilhões de rodovias e ferrovias. É um volume de R\$ 600 bilhões concentrados justamente no período de transição da reforma”, afirmou o secretário-executivo do Ministério dos Transportes, George Santoro, ao destacar o momento estratégico do setor, com investimentos significativos em curso.

Santoro ressaltou que o Brasil tem hoje a maior carteira de concessões rodoviárias do mundo, mas, apesar do cenário positivo, apontou a necessidade de o setor se preparar adequadamente para as mudanças tributárias. “O grande objetivo da reforma tributária é reduzir custos e transformar isso em ganho de produtividade econômica. Temos condições de trazer redução de tarifa por meio da melhoria dos nossos contratos”, disse.

Outro ponto que o secretário-executivo chamou atenção foi para as oportunidades que o novo modelo pode abrir para a expansão da infraestrutura. “Vocês estão diante de uma reforma que permite a geração de valor ao negócio e, com isso, vamos conseguir levar concessões para regiões



do país que hoje não conseguimos alcançar. Do jeito que a reforma foi calibrada, se o setor se organizar, será possível mitigar a necessidade de reequilíbrios contratuais”, completou.

Câmara setorial

Também presente no debate, o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dário Durigan, reforçou a importância da coordenação entre as áreas setoriais e tributárias durante a implementação do novo sistema.

“É preciso ter uma espécie de câmara setorial em que a gente uniformize entendimentos quando os pleitos aparecerem, para evitar o contencioso e trazer estabilidade e segurança jurídica, que é o que mais precisamos para o investimento de longo prazo”, afirmou.

Já o responsável pela coordenação técnica da reforma tributária, o secretário extraordinário da Fazenda, Bernard Appy, detalhou os impactos positivos para o setor de transportes, sobretudo na desoneração de investimentos.

“Com a reforma, a recuperação do crédito em todas as despesas das concessionárias será integral e muito rápida. O ganho financeiro com isso é brutal e afeta bastante a projeção de caixa das empresas”, explicou.

Appy também reforçou a necessidade de o setor trabalhar de forma organizada, por meio de câmaras setoriais e manuais de boas práticas, para avaliar adequadamente os impactos da reformulação tributária sobre contratos existentes e futuros.

O evento reuniu, ainda, especialistas dos modais rodoviário e ferroviário, que compartilharam análises técnicas e desafios regulatórios da transição tributária para concessões em andamento e futuros projetos estruturados pelo governo.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 03/11/2025

RENAN FILHO LEVA ROTA SERTANEJA A LEILÃO COM A PREVISÃO DE R\$ 10 BILHÕES EM INVESTIMENTOS

Concessão de 30 anos prevê modernização de mais de 530 km de rodovias e geração de milhares de empregos em municípios estratégicos para o escoamento logístico do Sudeste e do Centro-Oeste

O ministro dos Transportes, Renan Filho, levará a leilão, nesta quinta-feira (6), o trecho das rodovias BR-153/262/GO/MG, conhecido como Rota Sertaneja, que conecta 21 municípios estratégicos entre Hidrolândia (GO) e Comendador Gomes (MG). Trata-se de um lote federal crucial para a infraestrutura e logística das regiões Centro-Oeste e Sudeste do Brasil. Estão previstos investimentos de mais de R\$ 10 bilhões ao longo dos 30 anos de concessão.

A concessão visa a modernização, duplicação e ampliação de 530,6 km da capacidade da malha, promovendo segurança viária, melhoria das condições de tráfego e redução de acidentes; desenvolvimento econômico, com a facilitação do escoamento da produção agrícola e industrial (notadamente do agronegócio de Goiás e Minas Gerais).

A previsão é que sejam gerados mais de 80 mil empregos diretos, indiretos e efeito-renda durante o período da concessão, além da implantação de serviços de apoio ao usuário, como socorro médico e mecânico.

Cobertura de imprensa

Profissionais interessados em cobrir o evento devem se credenciar pelo e-mail imprensa@b3.com.br. Haverá transmissão do leilão pelo canal do Ministério dos Transportes no **YouTube**.

<https://www.youtube.com/@mintransportes>

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 03/11/2025

BE NEWS

BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – A REFORMA TRIBUTÁRIA E O IMPULSO AOS INVESTIMENTOS

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

O debate promovido na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) nesta segunda-feira, dia 3, sobre os impactos da reforma tributária no setor de transportes, revelou um consenso otimista no Governo Federal: a substituição dos cinco tributos pelo Imposto sobre Valor Agregado (IVA), composto por dois novos tributos e um imposto seletivo é importante para desbloquear o potencial de eficiência das concessões e reduzir o Custo Brasil. Com um volume de R\$ 600 bilhões em investimentos já contratados ou previstos em rodovias e ferrovias até o final do próximo ano, o momento da transição tributária é, de fato, estratégico.

O secretário-executivo do Ministério dos Transportes, George Santoro, apontou o principal objetivo da reforma como a redução de custos e a transformação disso em ganho de produtividade. A expectativa de mitigar a necessidade de reequilíbrios contratuais e, ainda, levar concessões a regiões antes inalcançáveis reforça a visão de que o novo modelo tributário pode atuar como um poderoso motor para a expansão da infraestrutura.

O novo sistema tributário, ao garantir a recuperação do crédito de forma integral e rápida em todas as despesas das concessionárias, representa uma vantagem crucial para o programa de concessões do Ministério dos Transportes. O secretário Bernard Appy, coordenador técnico da reforma, classificou esse ganho financeiro como “brutal”, com impacto direto na projeção de caixa das empresas. A desoneração dos investimentos é um incentivo poderoso para o capital de longo prazo, tornando os projetos de infraestrutura mais atrativos e viáveis.

É fundamental, contudo, enfatizar a importância de a implantação da reforma e seus impactos no segmento de transportes serem acompanhados com atenção pelas autoridades e pela iniciativa privada. A fase de transição, que envolve a convivência com o regime antigo e o novo, exige coordenação e transparência para evitar o contencioso. O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dário Durigan, propôs a criação de uma câmara setorial para uniformizar entendimentos e prevenir litígios, o que é uma medida acertada para trazer estabilidade e segurança jurídica.

O setor de transportes precisa se organizar para maximizar os benefícios da reforma. A desburocratização e a desoneração dos investimentos só se concretizarão se as concessionárias e as associações setoriais atuarem de forma coordenada, por meio de manuais de boas práticas, para avaliar adequadamente os impactos nos contratos existentes e futuros. O acompanhamento rigoroso é essencial para a correção de ajustes e a solução de obstáculos que possam prejudicar a economia nacional.

A reforma tributária tem o potencial de ser a maior alavanca de competitividade para o setor de transportes. A oportunidade de transformar o ganho tributário em redução de tarifa para o usuário e em expansão de infraestrutura para novas regiões não pode ser desperdiçada. A implementação bem-sucedida do novo sistema é a chave para garantir que o Brasil alcance um novo patamar de eficiência logística.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 04/11/2025

NACIONAL - HUB - CURTAS - ALCKMIN PREVÊ ASSINATURA DO ACORDO MERCOSUL-UNIÃO EUROPEIA ATÉ DEZEMBRO

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

OTIMISMO

O vice-presidente Geraldo Alckmin demonstrou otimismo sobre o acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia nesta segunda-feira, afirmando que a parceria deve ser assinada até o próximo mês. A declaração foi feita durante o Fórum Paulista de Desenvolvimento, em Itu, no interior de São Paulo. No entanto, o fechamento do tratado continua enfrentando a resistência do governo da França, que tem sido pressionado por seu poderoso setor agrícola.

LIBERALIZAÇÃO COMERCIAL

O acordo, negociado por mais de 20 anos e já aprovado pela Comissão Europeia em setembro, prevê a liberalização comercial mútua. A União Europeia poderá exportar produtos industrializados (como carros, máquinas e bebidas alcoólicas) para os países do Mercosul, que terão maior acesso ao mercado europeu para seus produtos agrícolas.

IMPASSE

O principal ponto de impasse concentra-se nos produtos agrícolas exportados pelo Mercosul, especialmente carne, açúcar e arroz, majoritariamente de origem brasileira. Produtores rurais franceses temem que o mercado europeu seja saturado por esses produtos, considerados altamente competitivos. A alegação central dos agricultores franceses é que os custos de produção no Mercosul são menores, o que representaria uma concorrência desleal para o setor europeu.

VISITA À ÁSIA

O deputado federal Arthur Maia (União-BA), relator do Projeto de Lei nº 733/2025, que propõe um novo marco regulatório para o setor portuário, está entre os deputados que iniciaram nesta semana uma visita à Ásia, para conhecer o modelo de gestão de importantes complexos marítimos do continente. A viagem, que se estenderá até esta sexta-feira, dia 7, tem como destino os portos de Busan (Coreia do Sul) e Hong Kong (China), considerados hubs logísticos globais.

BOAS PRÁTICAS

O objetivo da missão é coletar subsídios técnicos e boas práticas de gestão e regulação para aprimorar o texto que busca modernizar o marco regulatório do setor portuário brasileiro. A agenda inclui reuniões com autoridades, representantes do setor portuário e especialistas, além de visitas técnicas a grandes portos e zonas logísticas integradas.

EXPERIÊNCIA ENRIQUECEDORA

Para Arthur Maia, a experiência será importante para a atualização da legislação brasileira. "Os portos de Busan e Hong Kong são exemplos de gestão moderna, integração tecnológica e eficiência logística. Essa experiência é extremamente enriquecedora para o modelo de modernização que queremos implementar no Brasil por meio do PL 733/2025, tornando nossos portos mais competitivos e preparados para o futuro do comércio global", destacou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 04/11/2025

OPINIÃO – ARTIGOS – ARTICULISTA - ENTRE BIODIVERSIDADE E O AGRONEGÓCIO: O PAPEL DA AGROECOLOGIA NA AMAZÔNIA



AUGUSTO CESAR BARRETO ROCHA

Doutor em Engenharia de Transportes, professor associado da Universidade Federal do Amazonas e diretor adjunto da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas

opiniao@portalbenews.com.br

O Brasil possui área com soja que é superior ao território da Alemanha, mas que gera uma exportação relevante, mas pequena quando comparada com outras potências agrícolas globais ou nossas necessidades sociais. Como exemplo, a Holanda e seu território semelhante ao Espírito Santo exportam volume semelhante ao Brasil.

Apesar de evidências em contraponto, costumo me opor à mistura do termo bioeconomia na Amazônia em conjugação com o agronegócio extensivo, com toda a sua mecanização e enfoque comercial e de produtividade. A razão é que me incomoda a potencial invasão de monoculturas no território que possui na biodiversidade a sua maior fortaleza. Economicamente é muito mais interessante o uso extensivo desta biodiversidade para novas tecnologias do que encontrar mais monoculturas de baixo valor agregado, como se deu em outras regiões do País.

Como exemplo, o Brasil possui área com soja que é superior ao território da Alemanha, mas que gera uma exportação relevante, mas pequena quando comparada com outras potências agrícolas globais ou nossas necessidades sociais. Como exemplo, a Holanda e seu território semelhante ao Espírito Santo exportam volume semelhante ao Brasil.



Em 3 de outubro aconteceu o “Dia Nacional da Agroecologia” para reforçar o movimento e talvez esteja neste caminho a oportunidade para a produção agrícola na Amazônia, pois este conceito parece permitir uma abordagem mais equilibrada da produção agrícola respeitando os saberes tradicionais, com alimentos mais saudáveis e menor agressão ambiental.

Se esta prática produtiva fizer uso de produtos da própria Amazônia, integrando com práticas orgânicas e com centros de transformação e agregação de valor industrial para os produtos extraídos destas unidades produtivas, poderemos ter um caminho de oportunidade. Não faz sentido converter o Amazonas ou a Amazônia em um celeiro de uma agricultura industrializada, mas poderá fazer sentido uma busca de um equilíbrio entre produção e práticas tradicionais.

Com as carências de recursos para políticas públicas responsáveis esta possibilidade pode ser uma enganação para o movimento de fronteiras agroindustriais para dentro da Amazônia. É muito difícil encontrar um caminho de equilíbrio nos usos dos recursos florestais, ao mesmo tempo em que se tem uma ausência de um Estado Moderno nos interiores do país. O desafio da Amazônia é grande e fazemos muito pouco para superá-los.

A produção industrial expressiva existente no Amazonas poderia começar a ser diversificada para, por exemplo, começarmos a extraír selênio das castanhas e vendermos bilhões de reais de “selênio Amazônico”. Segundo estimativas de uma dupla de economistas amazonenses, os valores atingem a ordem de dezenas de bilhões de reais (seus estudos serão publicados em breve). São muitas as oportunidades espalhadas pela Amazônia, que até achamos que somos ricos como sociedade, mas estamos muito distantes disso, pois são apenas oportunidades distantes da realidade.

Enquanto não houver investimento significativo para a construção de estruturas econômicas, científicas e tecnológicas, que respeitem a biodiversidade, seguiremos a destruir a Amazônia em troca de poucos recursos e a pobreza seguirá. É possível que a agroecologia seja uma rota mais sustentável, mas é difícil fazer frente aos métodos mais avançados de geração de riqueza. A encruzilhada entre pobreza, falta de recurso e falta de perspectivas precisa ser rompida com novos paradigmas para que não sigamos numa eterna rota de destruição e colonialismo.

O BRASIL POSSUI ÁREA COM SOJA QUE É SUPERIOR AO TERRITÓRIO DA ALEMANHA, MAS QUE GERA UMA EXPORTAÇÃO RELEVANTE, MAS PEQUENA QUANDO COMPARADA COM OUTRAS POTÊNCIAS AGRÍCOLAS GLOBAIS OU NOSSAS NECESSIDADES SOCIAIS. COMO EXEMPLO, A HOLANDA E SEU TERRITÓRIO SEMELHANTE AO ESPÍRITO SANTO EXPORTAM VOLUME SEMELHANTE AO BRASIL

POLÍTICA - LULA DISPENSA HOTEL E SE HOSPEDA EM BARCO AMAZÔNICO PARA A CÚPULA DE LÍDERES DA COP30

Típica embarcação da Amazônia, a Iana III está atracada na Base Naval de Val-de-Cans; encontro de autoridades começa na quinta-feira

Do Estadão Conteúdo



A embarcação Iana III, onde Lula está hospedado, recebeu os ajustes necessários para servir de hotel e receber o presidente e sua equipe

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva está hospedado em um barco em Belém, no Pará, onde participa da Cúpula de Líderes entre quinta e sexta-feira (6 e 7). O evento antecede a abertura da Conferência das Nações Unidas

sobre Mudança Climática (COP30).

Segundo a Presidência da República, Lula está a bordo do barco Iana III, que tem características de embarcações regionais da Amazônia. O barco ficará atracado na Base Naval de Val-de-Cans.

"A embarcação atende às especificações necessárias para receber o presidente e sua equipe, operando como um hotel. A presidência buscou soluções que fossem adequadas para receber o presidente, cumprindo a legislação vigente, o que inclui segurança, preço e conforto", diz nota da Secretaria de Comunicação da Presidência da República.

Vale ressaltar que esta não era a única opção de hospedagem para Lula. Havia a possibilidade também de o presidente ficar em um barco da Marinha, mas ele não atendeu às especificações para abrigar o mandatário. A indefinição onde Lula ficaria se arrastou até o fim de outubro, até que foi tomada a decisão de hospedar o presidente no Iana III.

No mês passado, durante um evento de entrega de obras em Breves, no arquipélago do Marajó, Lula afirmou que dispensaria hotel para se hospedar em barco. Na ocasião, brincou que "enquanto os gringos es- verem dormindo, eu vou estar pescando".

O presidente está na cidade desde sábado para participar de agendas relacionadas à COP-30. Nesta segunda-feira, 2, Lula visitou comunidades quilombolas e agroextrativistas na região. No sábado, Lula inaugurou as obras do Porto de Outeiro e a ampliação do aeroporto da capital paraense.

Crise de acomodações

Desde que Belém foi anunciada como sede da COP-30, os governos federal e estadual anunciaram o uso de embarcações como opção para ampliar a rede hoteleira da cidade. Em julho, cabines em dois navios de cruzeiro começaram a ser oferecidas como opção de hospedagem.

A cidade viveu uma crise de acomodações devido à alta dos preços. Os preços chegaram a R\$ 2 milhões para locação durante o período da COP-30. Em agosto o problema chegou ao auge quando 29 países assinaram uma carta pedindo ao governo brasileiro que alterasse a sede da conferência.

Diante do impasse, o governo brasileiro realizou uma série de reuniões com a UNFCCC, braço de clima da ONU, para resolver o problema. Após as conversas, a organização elevou o subsídio diário dado aos participantes da conferência de US\$ 144 para US\$ 197. Ainda assim, a diárida é bem menor do que o valor pago em outras conferências.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 04/11/2025



POLÍTICA - HADDAD PROJETA CAPTAÇÃO DE US\$ 10 BI PARA FUNDO DE FLORES

Ministro destaca otimismo após reuniões com investidores e reforça papel do Brasil na agenda climática global

Por Estadão Conteúdo

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse nesta segunda-feira, 3, em rápida conversa com jornalistas em São Paulo, onde participou da COP30 Business & Finance Forum, evento promovido pela Bloomberg Philanthropies, que sai do encontro otimista com a possibilidade de, ainda na Presidência do Brasil na COP, se alcançar o aporte de US\$ 10 bilhões para o Fundo de Florestas Tropicais para Sempre (TFFF, na sigla em inglês).

Ele disse que o dia foi dedicado a receber investidores, sobretudo na primeira parte da rodada de negociações, em inteligência artificial, data center, regulação de inteligência artificial. Na segunda parte das conversas, foram recebidas as pessoas que financiam projetos. Afirmou que conversou e ouviu muito do setor privado, mas em geral com investimento público, numa combinação de capital privado e capital público.

"O Brasil está liderando um debate muito importante no mundo, não só pela COP. Já no G20, nós viemos liderando o debate sobre sustentabilidade. Tanto é verdade que pela primeira vez nós temos um clube de ministros de finanças participando da COPe entregando um relatório para a COP. Isso já é fruto do trabalho que foi feito no G20", disse.

Para Haddad, se não houver financiamento, vai ser muito longo o trabalho de transitar, de transformar ecologicamente as economias nacionais. "Então, nós precisamos combinar as finanças. O Brasil já tem finanças sustentáveis, a emissão de tulos verdes, nós já fizemos. Nós temos uma parceria com o BID, o Ilan Goldfajain, brasileiro que preside o BID estava aqui", disse Haddad, acrescentando que para os ministros de finanças a meta de alcançar aporte de US\$ 10 bilhões para o TFFF no primeiro ano da presidência do Brasil na COP é ambiciosa, mas possível. "Nossa meta é alcançar os R\$ 10 bilhões ainda durante a presidência do Brasil na COP", comentou.

Investimento

O ministro da Fazenda frisou também que há uma outra coisa muito grande, que é a coalizão do mercado de carbono. "Mas além da coalizão, que demora mais tempo para acontecer no mercado internacional de carbono, o TFFF é a questão dos países bons. Não é nem doação, é investimento", disse.

Perguntado sobre se estes países não anunciam os valores, o ministro disse apenas que pessoas com as quais tem conversado acham o valor realista. "Nós estamos assumindo a presidência. Se terminarmos o primeiro ano com US\$ 10 bilhões seria um grande feito porque até aqui ninguém colocou nada relevante na mesa", disse o ministro.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 04/11/2025

POLÍTICA - CÂMARA VOTA PROJETO QUE CRIA SELO DE SUSTENTABILIDADE PARA GRANDES OBRAS

Proposta de Pedro Lucas Fernandes estabelece certificação voluntária para empreendimentos e busca estimular práticas de baixo carbono na infraestrutura brasileira

Por PATRÍCIA FAHLSBUSCH

O plenário da Câmara dos Deputados se prepara para votar, na sessão deliberativa desta segunda-feira, 3, o Projeto de Lei 420/25, que institui o Programa Nacional de Infraestruturas Sustentáveis e Resilientes, e cria o Selo de Sustentabilidade e Resiliência da Infraestrutura. A proposta é de autoria do deputado federal Pedro Lucas Fernandes (UB-MA).



Na opinião do relator do projeto, o deputado Nilto Tatto, a aprovação do parecer pelo plenário é “um passo fundamental para o futuro sustentável do Brasil”

Conforme o parlamentar, por conta da crescente preocupação com as mudanças climáticas e seus impactos, o Parlamento se viu “diante do desafio de dar uma resposta urgente e abrangente”.

“No Brasil, a infraestrutura desempenha papel crucial no desenvolvimento econômico e social,

mas também é uma fonte significativa de emissões de gases de efeito estufa e vulnerabilidade a eventos climáticos extremos. As emissões de GEE precisam ser reduzidas nas próximas décadas para limitar o aquecimento global a 1 grau e meio acima dos níveis pré-industriais, e a construção civil, componente chave da infraestrutura, é responsável por uma parcela considerável dessas emissões”, explicou Lucas.

PRECISAMOS PROMOVER A TRANSIÇÃO PARA UMA INFRAESTRUTURA MAIS SUSTENTÁVEL E RESILIENTE, QUE SEJA CAPAZ DE REDUZIR AS EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA, SE ADAPTAR ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E RESISTIR AOS EVENTOS EXTREMOS. POR ISSO ELABOREI O PROJETO 420, BUSCANDO ESTABELECEM UM MARCO LEGAL PARA ESSA TRANSIÇÃO, INCENTIVANDO A ADOÇÃO DE PRÁTICAS E TECNOLOGIAS INOVADORAS NO SETOR DE INFRAESTRUTURA”

PEDRO LUCAS FERNANDES
deputado federal (UB-MA)

Relatório da Confederação Nacional de Municípios apontou que, entre 2013 e 2023, desastres naturais causaram prejuízos de mais de R\$ 400 bilhões ao Brasil. No período, o país registrou cerca de 60 mil decretações de situação de emergência e calamidade pública, sendo o Nordeste a região com o maior número de decretos, 46,8% do total. A infraestrutura de grande porte não escapa dos impactos dos eventos climáticos, e tem sua função comprometida em muitos casos: são danos que atingem as redes de distribuição de energia, por exemplo, até quedas de pontes, além de longos períodos de estiagens que inviabilizam a navegação de rios.

“Precisamos promover a transição para uma infraestrutura mais sustentável e resiliente, que seja capaz de reduzir as emissões de gases de efeito estufa, se adaptar às mudanças climáticas e resistir aos eventos extremos. Por isso elaborei o projeto 420, buscando estabelecer um marco legal para essa transição, incentivando a adoção de práticas e tecnologias inovadoras no setor de infraestrutura”, disse Pedro Lucas.

Conforme a redação do PL, o Programa Nacional de Infraestruturas Sustentáveis e Resilientes visa criar um sistema de certificação voluntária para empreendimentos de infraestrutura, que avaliará o desempenho em termos de sustentabilidade e resiliência. A certificação será concedida com base em critérios como a redução de emissões de GEE, o uso de materiais de baixo impacto ambiental, a implementação de sistemas de reaproveitamento de água e a adoção de medidas de adaptação às mudanças climáticas.

Os empreendimentos certificados terão acesso a benefícios como o Selo de Sustentabilidade e Resiliência, e a elegibilidade para receber recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima. Esses incentivos, segundo o deputado Pedro Lucas, visam estimular a adesão ao programa e acelerar a transição para uma infraestrutura mais sustentável e resiliente.

“Precisamos estar alinhados, também, com os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil no âmbito do Acordo de Paris e da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Acredito que,

ao promovermos a sustentabilidade e a resiliência na infraestrutura, o Brasil contribui para a mitigação das mudanças climáticas, a proteção do meio ambiente e o desenvolvimento econômico e social do país, além de se alcançar protagonismo na agenda climática global”, avalia Pedro Lucas.

O projeto

O projeto começou a tramitar na Câmara no último mês de fevereiro, e passou pelas comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Desenvolvimento Urbano. Com a aprovação do requerimento de pedido de urgência no plenário da Câmara, no último dia 29 de outubro, a proposta entrou para a pauta deliberativa da casa, sem a necessidade de tramitar em mais comissões. No plenário, o relator é Nilto Tatto (PT-SP). Para ele, a aprovação do parecer pelo plenário é “um passo fundamental para o futuro sustentável do Brasil”.

“Vamos proporcionar à infraestrutura instrumentos que vão garantir que grandes obras no país sejam planejadas e executadas com responsabilidade ambiental, eficiência e adaptação às mudanças do clima. Esse projeto coloca o Brasil na linha de frente da transição para uma economia de baixo carbono, e reafirma o nosso compromisso com as agendas e compromissos internacionais”, explicou Tao, que complementou:

“Investir em infraestrutura sustentável é investir em prevenção, em geração de empregos verdes, e em um país mais preparado para os desafios climáticos que já estamos enfrentando. Foi uma conquista colocar o projeto na pauta deliberativa da semana que votaremos propostas na perspectiva da proteção do meio ambiente”, concluiu.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 04/11/2025

TRANSPORTES - PORTOS - TRANSIÇÃO DO PORTO DE ITAJAÍ PARA ADMINISTRAÇÃO DA CODEBA SAIRÁ EM 30 DIAS

Complexo portuário será gerido pela empresa federal baiana até a criação da Companhia Docas de SC

Por CÁSSIO LYRA cassio.lyra@redabenews.com.br



Entre janeiro e agosto deste ano, o Porto de Itajaí movimentou 2,5 milhões de toneladas de carga, mais do que o dobro de 2024.

A transição da administração do Porto de Itajaí (SC) para a Companhia Docas do Estado da Bahia (Codeba) sairá nos próximos 30 dias. A informação é de Anderson Pomini, diretor presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS) que, desde o início do ano, é responsável em administrar o complexo de Itajaí.

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) anunciou a transição da gestão do Porto de Itajaí para a Autoridade Portuária até a criação da Companhia Docas de Santa Catarina, que passará a ser responsável pelo complexo portuário.

O ministro Silvio Costa Filho informou que a alteração na gestão se deu para que a diretoria do Porto de Santos possa focar no planejamento estratégico do maior porto do país, e que a escolha pela Codeba foi pensando em dar maior apoio à autonomia do Porto de Itajaí.

“Nós demos início à transição. Como o Porto de Santos tem obras e um planejamento estratégico, a gente resolveu deixar que a Autoridade Portuária use toda a sua energia com o Porto de Santos. Já a Codeba tem portos de médio porte e poderá dar um maior apoio neste momento ao Porto de Itajaí”, explicou.

A APS iniciou a gestão do Porto de Itajaí em janeiro deste ano, quando houve o processo de federalização do complexo que, desde os anos 1990, era gerido pela Prefeitura. Agora, a companhia informou que seguirá com a transição para a Codeba. "Honrados com a missão e com o sentimento de dever cumprido, temos a certeza de que a Codeba fará um excelente trabalho, pela sua reconhecida competência, e dará continuidade às medidas e ações propostas pela APS", afirmou Pomini.

Retomada

Em 2025, o Porto de Itajaí voltou a receber operações de contêineres e carga geral, após paralisação deste tipo de atividade por quase 1 ano e meio. A partir do contrato de arrendamento transitório, a JBS Terminais assumiu as operações no principal terminal do porto.

De acordo com dados da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), o Porto de Itajaí movimentou 2,5 milhões de toneladas entre janeiro e agosto, frente a 1,1 milhão de toneladas em 2024.

A APS destacou o bom desempenho financeiro do Porto de Itajaí em 2025. Apenas no primeiro semestre de 2025, o faturamento foi de R\$ 105 milhões, com previsão de crescimento de 108% em relação a 2024. A companhia que administra o Porto de Santos informou que recebeu um passivo total de R\$ 136,1 milhões, composto por R\$ 59,5 milhões em contratos, R\$ 61,3 milhões na retomada da dragagem de manutenção e R\$ 14,3 milhões em precatórios.

Arrendamento definitivo

Na última semana, o Ministério de Portos e Aeroportos apresentou o cronograma referente ao arrendamento definitivo do Porto de Itajaí. A previsão é de que a modelagem técnica do arrendamento seja encaminhada ainda em novembro à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e na sequência ao Tribunal de Contas da União (TCU).

A expectativa é que o novo processo licitatório vai garantir mais de R\$ 2 bilhões em investimentos voltados para expansão das operações, além de modernização de equipamentos. O contrato definitivo deverá vigorar pelo prazo de 35 anos.

Empresa federal

O Ministério vem avançando nos últimos meses para a criação da Companhia Docas de Santa Catarina. A APS, a Superintendência do Porto de Itajaí e a Secretaria Nacional de Portos anunciaram a criação de um Grupo de Trabalho para fazer o modelo de gestão que permite a criação da nova empresa federal. O modelo foi concluído e encaminhado para análise do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).

A pasta fará as devidas correções e ajustes e o projeto seguirá para aprovação da Casa Civil. Por fim, a criação precisará ser aprovada pelo Congresso Nacional. Passada a votação no Congresso, serão realizados os atos constitutivos, que incluem a nomeação da futura diretoria e do estatuto social junto à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 04/11/2025

TRANSPORTES | PORTOS - CEARÁ INTENSIFICA TRATAVAS NA CHINA POR NOVO INVESTIMENTO AUTOMOVO

Representantes do estado destacam potencial do Complexo do Pecém e avançam em conversas sobre instalação de fábrica no polo

Da Redação redacao.jornal@redabenews.com.br

Em missão na China, representantes do Governo do Ceará visitaram a sede da empresa SAIC Motor, em Xangai. O encontro teve o objetivo de negociar a ida da empresa para o Polo Automóvel do Ceará. Na ocasião, o presidente da Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará (Adece),

Danilo Serpa, e o presidente do Complexo do Pecém, Max Quintino, foram recebidos pelos diretores da SAIC, Tianxin Fan e Yijun Shen.

"Designados pelo governador Elmano de Freitas, nos aprofundamos na questão do Polo Automóvel do Ceará, bem como o nosso Porto do Pecém. Estamos muito otimistas de que o governador possa dar novas e excelentes notícias para o estado em breve", afirma Danilo Serpa.

O presidente da Adece esteve na empresa pela primeira vez em setembro de 2024, quando iniciou as tratativas para atrair a montadora. Uma segunda visita foi realizada em abril de 2025. "Tivemos a oportunidade de apresentar o potencial do Complexo do Pecém como referência logística e industrial e mostramos como nossa infraestrutura pode facilitar uma futura parceria. Saímos satisfeitos com as perspectivas de novos negócios", destaca Max Quintino.

Polo automotivo

Primeiras multimarcas do Brasil, a Planta Automova do Ceará (Pace), do grupo Comexport, anunciou a General Motors (GM) como marca pioneira a iniciar produção na estrutura, localizada no município de Horizonte.

A planta conta com R\$ 400 milhões em investimentos iniciais e projeta a geração de 9 mil empregos quando estiver em pleno funcionamento. O Polo Automóvel do Ceará tem foco ainda na produção de veículos elétricos e híbridos e conta com incentivos fiscais do programa Mobilidade Verde e Inovação (Mover), do Governo Federal.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 04/11/2025

TRANSPORTES | PORTOS - TCP LIDERA EMBARQUES DE GERGELIM E FEIJÃO NO BRASIL

Terminal de Paranaguá registra altas expressivas nas duas cadeias e amplia presença nos principais mercados asiáticos

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



No ranking dos maiores importadores do gergelim exportado pela TCP estão China, que é o destino de 46% de todo o volume embarcado, Índia, com 21%, e Vietnã, com 8%

Menos de um ano após a abertura do mercado chinês para o gergelim brasileiro, o gigante asiático já assumiu a posição de principal destino para o produto embarcado no TCP, empresa que administra o Terminal de Contêineres de Paranaguá (PR). Até o mês de setembro deste ano, a TCP exportou um total de 249 mil toneladas de gergelim, alta de 184% em comparação com as 88 mil toneladas registradas

no mesmo período do ano anterior. O volume posiciona o Terminal com uma participação de mercado de 71% no volume embarcado pelo Brasil.

Segundo o gerente comercial, de logística e atendimento da TCP, Giovanni Guidolim, "a China é responsável por mais de um terço do consumo global de gergelim. A abertura desse mercado e as recentes habilitações de empresas brasileiras fizeram com que os embarques disparassem e, em menos de um ano, o país asiático já se tornou o principal destino do gergelim exportado pela TCP".

No ranking dos maiores importadores do gergelim exportado pela TCP estão China, que é o destino de 46% de todo o volume embarcado, Índia (21%) e Vietnã (8%). "Os três maiores mercados para o gergelim brasileiro estão no continente asiático, e a TCP conta com oito serviços semanais para chegar a esses destinos, fator que traz mais flexibilidade e capacidade de embarque. Enquanto o



volume exportado pelo país cresceu cerca de 42%, a TCP foi capaz de absorver uma alta de 184%, evidenciando a opção do mercado de embarcar a carga pelo Terminal”, explica Carolina Brown, gerente comercial de armadores e de inteligência de mercado da TCP.

De acordo com os dados da Secretaria de Comércio Exterior compilados pelo Instituto Brasileiro de Feijão e Pulses (IBRAFE), o país exportou 349,67 mil toneladas entre janeiro e setembro deste ano, maior volume já registrado na série histórica, superando as 246,65 mil toneladas do mesmo período de 2024.

Feijão

O feijão brasileiro tem ampliado sua presença ao redor do globo. Os dados compilados pelo IBRAFE apontam que as exportações brasileiras foram de 361,86 mil toneladas até setembro, o maior volume da série histórica, e que supera em 4% o registrado no mesmo período do ano passado.

Na TCP, os embarques de feijão cresceram 79% entre 2024 e 2025, passando de 176 mil toneladas para 315 mil toneladas no período. O resultado posiciona o Terminal de Contêineres de Paranaguá como o maior corredor de exportação de feijão do Brasil, com 87% de participação de mercado no segmento.

Os principais destinos do feijão exportado pela TCP foram Índia (64%), Portugal (6%) e África do Sul (5%). “Por ser uma carga perecível e que exige fumigação, os produtores buscam maior agilidade e eficiência operacional para que suas remessas cheguem no prazo estabelecido pelos importadores. A parceria do Terminal com os armazéns da retroárea de Paranaguá e o alinhamento contínuo para otimização do fluxo junto aos órgãos intervenientes envolvidos no processo de exportação são fatores que tornam o embarque de pulses por Paranaguá mais ágil e rentável”, afirma Guidolim.

O relatório do IBRAFE também destaca que o feijão mungo-preto foi o mais exportado pelo Brasil, com 171 mil toneladas embarcadas. A variedade foi lançada oficialmente em 2024 pelo Instituto Agronômico de Campinas (IAC) e não era cultivada no país. Em segundo lugar ficou o feijão-caipi branco, com 66 mil toneladas.

Diferente do feijão carioca e do feijão preto, os mais consumidos no país, o feijão-mungo preto e o feijão-caipi branco são produzidos com foco no mercado externo, onde integram parte importante da cozinha de países asiáticos, por exemplo.

De acordo com o IBRAFE, esse volume de exportações não afeta o abastecimento interno, sustentado pelo feijão-carioca, que representa 65% da produção nacional e permanece voltado ao consumo doméstico.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 04/11/2025

TRANSPORTES | NAVEGAÇÃO - ANTAQ SUSPENDE COBRANÇA DA TAXA DE SECA NAS OPERAÇÕES COM MANAUS

Agência conclui que cenário hidrológico não justifica o adicional e condiciona eventual retomada a novos níveis críticos do Rio Negro

[Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br](mailto:redacao.jornal@redebenews.com.br)

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) suspendeu, em decisão ad referendum, a cobrança da Low Water Surcharge, conhecida como “taxa de seca”, nas operações de transporte marítimo de contêineres com origem ou destino em Manaus (AM).

A Diretoria Colegiada entendeu que a medida, adotada no ano passado, não era mais necessária, uma vez que, neste ano, o cenário hidrológico da região não foi de estiagem severa. Estudos técnicos do Serviço Geológico do Brasil, encomendados pela Antaq, projetam níveis mínimos historicamente comuns até o final de 2025.

A decisão protege o consumidor final, reduzindo o impacto econômico na cadeia logística e os custos dos produtos que chegam à mesa dos brasileiros, além de mitigar os efeitos para a Zona Franca de Manaus e evitar possíveis abusividades na cobrança da taxa.

A atuação da Antaq é orientada pela proteção dos interesses dos usuários, especialmente quanto à qualidade e à oferta do transporte, bem como ao impacto dos fretes nos preços dos produtos finais. Dessa forma, a Agência garante a prestação adequada dos serviços e assegura uma tarifa justa para todos os atores envolvidos.

Com a suspensão, a agência também determinou que a aplicação da taxa ficará condicionada à ocorrência de níveis iguais ou inferiores a 17,7 metros no Rio Negro até o final de 2026, mediante comprovação da necessidade da cobrança.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 04/11/2025

TRANSPORTES | AVIAÇÃO - AEROPORTOS DA REGIÃO NORTE TÊM O MAIOR VOLUME DE PASSAGEIROS DOS ÚLTIMOS 10 ANOS

Mais de 3 milhões de passageiros passaram por Manaus, Palmas, Marabá, Rio Branco e Parauapebas nos primeiros nove meses do ano

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



O aeroporto de Manaus ultrapassou a marca de 2,35 milhões de passageiros, superando o pico pré-pandemia de 2019 (2,16 milhões)

De janeiro a setembro deste ano, o transporte aéreo na Região Norte apresentou um desempenho histórico: cinco dos dez principais aeroportos da região registraram o maior movimento de passageiros dos últimos 10 anos (2016-2025).

Os recordistas são Manaus (AM), Palmas (TO), Marabá (PA), Rio Branco (AC) e Parauapebas (PA), que, juntos,

somaram 3.615.959 passageiros nos voos de ida e volta, segundo dados da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

O destaque principal é o Aeroporto de Manaus que, pela primeira vez na última década, ultrapassou a marca de 2,35 milhões de passageiros, superando o pico pré-pandemia de 2019 (2,16 milhões).

O Aeroporto de Palmas também se destacou ao atingir 553 mil passageiros, quebrando o recorde que havia estabelecido em 2024 com 539.684. Da mesma forma, o Aeroporto de Rio Branco registrou 269 mil passageiros, superando sua marca anterior de 2018 (266 mil).

Paralelamente aos recordes da década, o Aeroporto de Porto Velho (RO) foi o destaque em crescimento anual, apresentando um salto impressionante de 43,5% em sua movimentação em comparação com 2024.

“O Governo Federal está comprometido com a modernização dos aeroportos em todo o país, e a Região Norte é parte desse esforço. O bom desempenho da movimentação regional demonstra o potencial da área e reforça a importância de continuarmos investindo em sua infraestrutura aeroportuária”, enfatizou o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho.

Aeroportos do Pará

O destaque paraense veio dos aeroportos de Marabá (SBMA) e Parauapebas (SBCJ), que bateram seus recordes de movimentação dos últimos 10 anos, com 284 mil e 158 mil passageiros,

respectivamente. Parauapebas registrou um forte crescimento de 11,1% sobre 2024 e o maior avanço acumulado da década entre os aeroportos paraenses (+35,4% em relação a 2016).

O Aeroporto de Belém manteve sua posição como o mais movimentado de toda a Região Norte, registrando 2,83 milhões de passageiros. Esse número representa uma leve acomodação após o recorde de 2024 para este período, quando atingiu a marca de 2,97 milhões de passageiros, mas ainda é o segundo melhor resultado do terminal na última década no acumulado de janeiro a setembro.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 04/11/2025

TRANSPORTES | AVIAÇÃO - PARÁ AUMENTA MALHA AÉREA COM ROTA DIRETA DE BELÉM PARA BOGOTÁ

Primeiro voo rumo à capital da Colômbia decolou com 111 passageiros; serão três frequências semanais entre as duas cidades em aeronaves Airbus A320

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



A nova rota terá capacidade de transportar semanalmente mais de mil passageiros nos voos de ida e volta entre Belém e Bogotá

O Governo do Estado do Pará deu mais um importante passo para aumento da malha aérea, transformação do Aeroporto Internacional de Belém em hub internacional e ampliação da conectividade do Pará com mais de 30 destinos entre América do Sul, América Central, América do Norte e Europa.

Belém iniciou a rota inédita e direta para Bogotá, na Colômbia, com três frequências semanais operadas pela empresa Avianca, em aeronaves Airbus A320, que possuem capacidade para até 180 passageiros, representando uma oferta total de mais de 1.000 assentos por semana.

Com duração média de 539.684. Da mesma forma, o Aeroporto de Rio Branco registrou 269 mil passageiros, superando sua marca anterior de 2018 (266 mil). Paralelamente aos recordes da década, o Aeroporto de Porto Velho (RO) foi o destaque em crescimento anual, apresentando um salto impressionante de apenas 4h30, os voos partem de Bogotá às 23h05 (horário local), às segundas, quartas e sextas-feiras, do aeroporto El Dorado, considerado um dos mais importantes da América Latina, e que em 2024 registrou mais de 45,8 milhões passageiros. As chegadas previstas em Belém são às 5h40 da manhã do dia seguinte. No sentido inverso, as decolagens ocorrem às terças, quintas e sábados, às 8h50 da manhã, com chegadas à capital colombiana às 11h15 (horário local).

Segundo Lucas Vieira, secretário adjunto da Secretaria de Estado de Turismo (Setur), o Governo do Estado tem trabalhado arduamente para trazer novos voos e consolidar o Pará como a porta de entrada da Amazônia. “Esse novo voo vem somar esforços com o trabalho que já está sendo feito. É mais que um voo Belém-Bogotá, de lá teremos conexões com outros países, então a gente consegue trazer e captar cada vez mais visitantes para nossa região, gerar emprego e fomentar a economia”, avaliou o secretário.

A gerente de vendas para a Avianca no Brasil, Mariana Ferrari, afirmou que Belém está vivendo um momento histórico. “Nosso primeiro voo é para Bogotá. E, de Bogotá, com conexões para 25 países e mais de 80 destinos. Estamos ajudando o Norte do Brasil a se conectar com a América Latina e com o mundo”, disse.

Primeiro voo

O embarque para Bogotá nesta terça contou com 111 passageiros. Para o diretor-presidente da Norte da Amazônia Airports (NOA), Marco Antônio Migliorini, Belém vive uma conjunção de fatores positivos, uma sinergia entre os governos federal e estadual que leva a capital a decolar cada vez mais. “Esse novo voo é mais do que simplesmente um novo destino, é uma porta que se abre para o mundo. Hoje temos mais uma porta de entrada e mais uma porta de saída para o desenvolvimento. Esse já é um grande passo que estamos dando”

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 04/11/2025

TRANSPORTES - MINISTÉRIO DEBATE EFEITOS DA REFORMA TRIBUTÁRIA NAS CONCESSÕES DE RODOVIAS E FERROVIAS

Novo sistema tributário, que está em fase de transição, pode reduzir custos, aumentar a eficiência de contratos e permitir a abertura de novos projetos

Da Redação redacao.jornal@redabenews.com.br



O secretário-executivo do Ministério dos Transportes, George Santoro (ao centro), vê possibilidades de concessões chegarem a regiões que antes não eram contempladas

Representantes do setor e do Governo Federal debateram, nesta segunda-feira (3), em São Paulo, como a reforma tributária pode reduzir custos, melhorar a eficiência dos contratos e abrir espaço para novas concessões de transportes. A análise foi apresentada pelo secretário-executivo do Ministério dos Transportes, George Santoro, em evento na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

O encontro discutiu os potenciais efeitos da reforma tributária, aprovada e promulgada como Emenda Constitucional 132/2023, que prevê a substituição de cinco tributos (ISS, ICMS, PIS, Cofins e IPI) por um Imposto sobre Valor Agregado (IVA), composto pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). O novo sistema tributário está em fase de transição.

“Temos já contratados R\$ 300 bilhões de capex. Vamos contratar até o final do ano que vem mais R\$ 300 bilhões de rodovias e ferrovias. É um volume de R\$ 600 bilhões concentrados justamente no período de transição da reforma”, afirmou o secretário-executivo do Ministério dos Transportes, George Santoro, ao destacar o momento estratégico do setor, com investimentos significa-vos em curso.

Santoro ressaltou que o Brasil tem hoje a maior carteira de concessões rodoviárias do mundo, mas, apesar do cenário positivo, apontou a necessidade de o setor se preparar adequadamente para as mudanças tributárias. “O grande objetivo da reforma tributária é reduzir custos e transformar isso em ganho de produtividade econômica. Temos condições de trazer redução de tarifa por meio da melhoria dos nossos contratos”, disse.

Outro ponto que o secretário-executivo chamou atenção foi para as oportunidades que o novo modelo pode abrir para a expansão da infraestrutura. “Vocês estão diante de uma reforma que permite a geração de valor ao negócio e, com isso, vamos conseguir levar concessões para regiões do país que hoje não conseguimos alcançar. Do jeito que a reforma foi calibrada, se o setor se organizar, será possível migrar a necessidade de reequilíbrios contratuais”, completou.

Câmara setorial



Também presente no debate, o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dário Durigan, reforçou a importância da coordenação entre as áreas setoriais e tributárias durante a implementação do novo sistema.

“É preciso ter uma espécie de câmara setorial em que a gente uniformize entendimentos quando os pleitos aparecerem, para evitar o contencioso e trazer estabilidade e segurança jurídica, que é o que mais precisamos para o investimento de longo prazo”, afirmou.

Já o responsável pela coordenação técnica da reforma tributária, o secretário extraordinário da Fazenda, Bernard Appy, detalhou os impactos positivos para o setor de transportes, sobretudo na desoneração de investimentos.

“Com a reforma, a recuperação do crédito em todas as despesas das concessionárias será integral e muito rápida. O ganho financeiro com isso é brutal e afeta bastante a projeção de caixa das empresas”, explicou.

Appy também reforçou a necessidade de o setor trabalhar de forma organizada, por meio de câmaras setoriais e manuais de boas práticas, para avaliar adequadamente os impactos da reformulação tributária sobre contratos existentes e futuros.

O evento reuniu, ainda, especialistas dos modais rodoviário e ferroviário, que compartilharam análises técnicas e desafios regulatórios da transição tributária para concessões em andamento e futuros projetos estruturados pelo governo

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 04/11/2025

TRANSPORTES - ROTA SERTANEJA VAI A LEILÃO ESTA SEMANA COM PREVISÃO DE R\$ 10 BILHÕES EM INVESTIMENTOS

O ministro dos Transportes, Renan Filho, levará a leilão, nesta quinta-feira (6), o trecho das rodovias BR-153/262/ GO/MG, conhecido como Rota Sertaneja, que conecta 21 municípios estratégicos entre Hidrolândia (GO) e Comendador Gomes (MG).

Trata-se de um lote federal crucial para a infraestrutura e logística das regiões Centro-Oeste e Sudeste do Brasil. Estão previstos investimentos de mais de R\$ 10 bilhões ao longo dos 30 anos de concessão. Quatro grupos entraram na disputa: Vinci, Way Concessões, consórcio Rota do Cerrado e consórcio Construcap / Copasa.

O leilão visa a modernização, duplicação e ampliação de 530,6 km da capacidade da malha, promovendo segurança viária, melhoria das condições de tráfego e redução de acidentes; desenvolvimento econômico, com a facilitação do escoamento da produção agrícola e industrial (notadamente do agronegócio de Goiás e Minas Gerais).

A previsão é que sejam gerados mais de 80 mil empregos diretos, indiretos e efeito-renda durante o período da concessão, além da implantação de serviços de apoio ao usuário, como socorro médico e mecânico.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 04/11/2025

TRANSPORTES | TERRESTRES - TECNOLOGIA REDEFINE CUMPRIMENTO DA LEI DO FRETE MÍNIMO

Novo modelo de controle cruza dados instantaneamente e amplia pressão por processos padronizados nas empresas

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



A Lei do Frete Mínimo define pisos obrigatórios para o transporte rodoviário de cargas, calculados por quilômetro rodado, eixo carregado, distância e tipo de mercadoria

A entrada em operação da nova fase de fiscalização automática da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) marca uma mudança estrutural no setor logístico brasileiro. Desde outubro, o cumprimento da Lei do Frete Mínimo (Lei nº 13.703) passou a ser monitorado em tempo real, o que exige maior organização interna e maturidade tecnológica das transportadoras, embarcadores e operadores.

A automatização permite cruzar instantaneamente dados como valor do frete, trajeto e tipo de carga, eliminando parte das falhas comuns em auditorias manuais. Qualquer inconsistência identificada pelos sistemas passa a ser notificada de forma imediata, ampliando o rigor regulatório e elevando o nível de exigência sobre os processos internos das empresas.

A ANTT também publicou a Nota Técnica 2025.001, com ajustes nas regras de validação, reforçando a transição para um modelo de fiscalização mais preciso. O objetivo declarado é garantir remuneração mínima adequada aos caminhoneiros e oferecer previsibilidade de custos a embarcadores e transportadores. Mas o novo padrão de controle afeta diretamente a operação de empresas de todos os portes, que precisam revisar procedimentos, integrar sistemas e evitar falhas que podem resultar em multas, bloqueios de cadastro e até interdições.

Criada em 2018 após a paralisação dos caminhoneiros, a Lei do Frete Mínimo define pisos obrigatórios para o transporte rodoviário de cargas, calculados por quilômetro rodado, eixo carregado, distância e tipo de mercadoria. Além de publicar as tabelas, cabe à ANTT adotar medidas administrativas e punitivas para garantir o cumprimento das regras — tarefa que, até então, enfrentava limitações na fiscalização manual.

A digitalização do controle se soma a outros instrumentos que vêm modernizando a gestão logística, como o Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais (MDF-e) e o Código Identificador da Operação de Transporte (CIOT). Nesse contexto, a nova etapa da Lei do Frete Mínimo pressiona o mercado a adotar práticas mais integradas, garantindo que cálculos, documentos e operações estejam alinhados às exigências atualizadas.

Ponto de atenção

A necessidade de integração de bases de dados e de uniformização das informações registradas nos documentos fiscais é apontada como um dos principais pontos de atenção para o setor. Sem isso, o risco de inconsistências aumenta e, com ele, a possibilidade de sanções automáticas — o que pode comprometer a continuidade de operações e reduzir a competitividade das empresas.

A digitalização da fiscalização, porém, também abre espaço para ganhos de eficiência. Processos automatizados permitem reduzir erros, acelerar a emissão de documentos, assegurar aderência às tabelas vigentes e melhorar a visibilidade dos custos do frete. Para especialistas, o uso estruturado de tecnologia deixa de ser apenas uma ferramenta de conformidade e passa a influenciar diretamente a competitividade e a sustentabilidade financeira das operações logísticas.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 04/11/2025

TRANSPORTES | FERROVIÁRIOS - VLI ANUNCIA NOVO COMANDO PARA AS OPERAÇÕES DO CORREDOR NORTE

Cesar Toniolo assume gestão da rota que conecta a produção agrícola ao Terminal Portuário São Luís

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



A VLI, empresa de soluções logísticas que opera ferrovias, portos e terminais, anunciou na última semana a promoção de Cesar Toniolo ao cargo de diretor de Operações do Corredor Norte. O executivo tem uma trajetória de 19 anos na companhia e atuará para consolidar o Corredor Norte como um dos mais eficientes e estratégicos do país.

Desde que iniciou sua carreira na VLI, em 2006, Toniolo ocupou diversos cargos de gestão, atuando mais recentemente como gerente-geral de Engenharia, Desenvolvimento e Tecnologia Operacional. Sua formação em Engenharia Elétrica, com Pós-Graduação em Engenharia Ferroviária e um MBA, reforça seu perfil de especialista em infraestrutura e inovação. "A trajetória de Toniolo na VLI, desde supervisor de via permanente até a liderança do Corredor Norte, é um testemunho da força de nossa cultura e do valor que atribuímos ao conhecimento operacional. Seu conhecimento será fundamental para sustentar o ritmo de crescimento da empresa. Com o corredor sob sua direção, continuaremos a impulsionar os investimentos e a eficiência que geram valor para a economia nacional e para os nossos clientes", afirma Fábio Marchiori, CEO da VLI.

Matopiba

O Corredor Norte consolidou sua relevância como a espinha dorsal logística do agronegócio no Matopiba (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia). Composto pelo tramo norte da Ferrovia Norte-Sul (FNS) e o acesso ao Terminal Portuário São Luís, ele viabiliza o escoamento de commodities, como grãos (soja, milho e farelo), celulose e minério. Em dez anos, o volume transportado por essa malha saltou de 4,3 bilhões para 14,4 bilhões de toneladas por quilômetro útil (TKU), um aumento de 235%, bilhão investidos pela VLI em avos estruturais nos últimos cinco anos, incluindo a renovação de mais de 357 km de trilhos e a expansão de seus três terminais integradores na região.

"O Corredor Norte vem se consolidando como um dos principais na exportação de grãos e outras commodities no Brasil. Ele possui um forte potencial de crescimento, aliado à expansão da fronteira agrícola do Arco Norte. Assumir sua liderança é um desafio único, com potencial de desenvolver a logística da região e do país, habilitar seu crescimento e buscar níveis de eficiência e sustentabilidade cada vez mais elevados para atendimento aos nossos clientes", aponta Cesar Toniolo.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 04/11/2025

COMÉRCIO EXTERIOR - BRASIL CONSOLIDA LIDERANÇA MUNDIAL NA EXPORTAÇÃO DE CARNE BOVINA

Índice de embarques em setembro subiu 25,1% relação a agosto, mesmo sob efeito de tarifas dos EUA

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br

O Brasil reforçou sua posição como o maior exportador mundial de carne bovina, registrando um forte desempenho em setembro de 2025. O país embarcou 314,7 mil toneladas de carne in natura, um aumento de 25,1% em relação ao mês de agosto.

De acordo com dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex), o preço médio por tonelada no acumulado do ano chegou a aproximadamente US\$ 5.600. O crescimento é atribuído à estabilidade

do mercado doméstico e à expansão de acordos comerciais, incluindo novos destinos como o Paraguai.



O Brasil exportou em setembro 314,7 mil toneladas de carne in natura. Estabilidade do mercado interno e expansão de acordos comerciais ajudaram na alta

Apesar de o Brasil enfrentar uma tarifa total de 76,4% sobre o produto nas relações com os Estados Unidos — resultado da soma da nova sobretaxa de 50% às tarifas já existentes de 26,4% —, o setor mantém o ritmo.

Luiz Almeida, diretor de Agronegócio da EEmovel Agro, destacou a força da pecuária nacional, com ênfase no protagonismo de Mato Grosso. O estado lidera a produção e exportação de carne bovina, possuindo um rebanho de 32,8 milhões de cabeças, superando com folga São Paulo, Maranhão e Paraná.

O avanço das exportações reflete a crescente competitividade e a diversificação da produção brasileira. Almeida ressaltou que a combinação de gestão eficiente, tecnologia e investimentos estruturais é determinante para manter o país como um dos maiores fornecedores globais.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 04/11/2025

COMÉRCIO EXTERIOR - RESÍDUO DE COURO BRASILEIRO VIRA MATÉRIA-PRIMA DE FERTILIZANTE NA ITÁLIA

Empresa exporta todo mês 550 toneladas de farelo de rebaixe, produzido em Goiás, Minas Gerais e São Paulo

Do Estadão Conteúdo



Funcionário opera máquina em uma das unidades brasileiras da JBS. A tecnologia otimiza o uso da pele

A JBS Couros exporta mensalmente 550 toneladas de farelo de rebaixe, resíduo do processo de rebaixamento do couro, para a Itália, onde o material é utilizado como matéria-prima na produção de fertilizantes, informou a empresa em nota.

O farelo exportado é produzido em três das quatro unidades brasileiras da companhia: Itumbiara (GO), Uberlândia (MG) e Lins (SP). Segundo a JBS Couros, a iniciativa já permitiu redução média de 15% nas emissões de carbono nos artigos de couro, chegando a 25% em alguns casos.

De acordo com a companhia, a iniciativa faz parte de uma estratégia mais ampla de aproveitamento total da matéria-prima pela JBS Couros. Lançado em 2019, o Kind Leather é outro pilar dessa visão.

A tecnologia otimiza o uso da pele desde o início, removendo as partes de menor aproveitamento antes do curtimento, transformando o que antes seria resíduo em coproduto para outras indústrias. A abordagem aumenta o rendimento do couro e reduz o consumo de água, de energia e de resíduos sólidos, explicou a JBS Couros na nota.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 04/11/2025

COMÉRCIO EXTERIOR - BRASIL APOSTA EM ANÚNCIO IMINENTE SOBRE ACESSO DA CARNE BOVINA AO MERCADO JAPONÊS

Auditória final do Japão ocorre ainda neste mês; ministro diz que entraves sanitários já foram superados

Do Estadão Conteúdo

De acordo com o ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, o cenário é mais positivo neste momento. "Tinham algumas barreiras sanitárias que foram superadas"

O ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, voltou a afirmar que o governo mantém a expectativa de abertura do Japão para a carne bovina brasileira ainda neste ano. "Há mais de 20 anos o Brasil pleiteia esse mercado", disse após participar da abertura da Conferência de Ministros da Agricultura das Américas.

De acordo com Fávaro, o cenário é mais positivo neste momento. "Tinham algumas barreiras sanitárias que foram superadas, como, por exemplo, o reconhecimento da Organização Mundial de Saúde Animal com o Brasil Livre de Febre Aftosa sem Vacinação".

O ministro lembrou que autoridades japonesas fizeram uma inspeção no mês de junho e virão fazer auditoria final no mês de novembro nas plantas frigoríficas. "Acho que o protocolo fica pronto e devemos ter anúncio, se Deus quiser, ainda este ano", esmou. O governo esperava que o anúncio do Japão quanto à abertura de mercado pudesse ser formalizado ainda durante a COP30. Entretanto, ainda há questões a serem sanadas entre os países.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 04/11/2025

ENERGIA - PORTOS RS MIRA PARCERIAS E INOVAÇÃO PARA A ENERGIA EÓLICA OFFSHORE

Durante o Brazil Windpower, Autoridade Portuária assinou termo de cooperação para instalação da primeira torre eólica flutuante do país

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



A equipe da Portos RS participou de reuniões com representantes de governos estrangeiros e empresas do setor durante o Brazil Windpower 2025, em São Paulo

em projetos estruturantes.

Ao longo dos três dias da Brazil Windpower 2025, na semana passada, em São Paulo, a Portos RS participou de uma série de agendas técnicas, institucionais e estratégicas que reforçaram o papel do Rio Grande do Sul na cadeia da energia renovável, especialmente na indústria eólica offshore. A presença da companhia portuária estadual no evento, considerada a maior feira do setor na América Latina, gerou oportunidades de negócios e avanços concretos

Durante a cerimônia de abertura, a Portos RS acompanhou a assinatura da carta de coalizão pelo governador Eduardo Leite, em apoio à aceleração e fortalecimento da energia eólica offshore no Brasil. Na ocasião, Leite destacou a estrutura da companhia portuária estadual voltada ao desenvolvimento de um projeto-piloto para instalação de uma plataforma flutuante no estado, sinalizando a convergência entre o poder público e o setor produtivo na agenda da transição energética.



Ao longo do evento, a equipe da Portos RS participou de reuniões com representantes de governos estrangeiros e empresas do setor. Entre os destaques, esteve a reunião com a dinamarquesa Blue Water, no estande do Consulado da Dinamarca, onde foram apresentados os diferenciais logísticos e territoriais do Porto do Rio Grande para receber a indústria eólica offshore. Além disso, o estande da Portos RS foi visitado pela cônsul-geral da Bélgica em São Paulo, Valentine Mangez, o que resultou em trocas positivas com os representantes da empresa pública.

A principal entrega institucional foi a assinatura do termo de cooperação entre Portos RS, Sindienergia-RS e a fabricante de turbinas Mingyang. O documento estabelece as bases para a implantação da primeira torre eólica de base flutuante do país, no Porto do Rio Grande, e consolida o projeto-piloto como um marco para a inovação portuária e energética nacional.

Outras agendas

A programação também contou com agendas paralelas. A convite do consulado da Bélgica, representantes da Portos RS participaram de recepção com empresários europeus e apresentaram os potenciais do sistema hidroportuário gaúcho a investidores internacionais.

Na esfera técnica, o diretor de Meio Ambiente da Portos RS, Henrique Ilha, participou como debatedor do painel "Infraestrutura, Financiamento e Industrialização: Uma rota de mercado pelas Eólicas Off-shore".

O encontro discutiu os desafios da preparação portuária, como profundidade de calado, capacidade de solo e modelos de contrato, além de estratégias para viabilizar a industrialização local da cadeia eólica.

Ainda dentro da feira, a Portos RS deu início à articulação com o Instituto Nacional de Eficiência Energética (INEE), que deverá selecionar três portos no estado para avaliação de eficiência energética e elaboração de um case internacional.

Transição energética

No último dia da feira, a empresa integrou a comitiva do Rio Grande do Sul no evento "Diálogos Invest RS: Regulamentações da Energia Eólica Offshore", promovido na sede da Invest RS. O encontro reforçou o alinhamento do Estado com os marcos legais da transição energética e o ambiente de negócios para o setor.

Para o presidente da Portos RS, Cristiano Klinger, a participação na Windpower 2025 foi positiva e estratégica.

"Uma feira que vem na proposição de juntar todo o mercado que trata das energias. Um momento importante para apresentar o nosso potencial para implementar grandes projetos. Encerramos a feira com um balanço positivo, fortalecendo parcerias e demonstrando nossa capacidade para contribuir com a transição energética", afirmou

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 04/11/2025

ENERGIA - ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE CODERN E SENAI-RN TAMBÉM VISA ENERGIA LIMPA EM ALTO-MAR

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br

A Companhia Docas do Rio Grande do Norte (Codern) e o Instituto Senai de Inovação em Energias Renováveis (ISI-ER) firmaram um acordo de cooperação voltado à expansão de projetos de pesquisa, inovação e formação profissional na área de energia eólica offshore. A assinatura ocorreu também no Brazil Windpower 2025.

A iniciativa prevê a instalação de uma base tecnológica em Areia Branca, em uma área da Codern, com foco no desenvolvimento de soluções para a cadeia produtiva da energia eólica no mar, contribuindo para o fortalecimento econômico sustentável do Rio Grande do Norte e para a

qualificação de mão de obra especializada, diretrizes alinhadas às políticas estratégicas do Governo do Estado.

A cerimônia contou com a presença da Governadora Fátima Bezerra, do Diretor-Presidente da Codern, Paulo Henrique Macedo, do Diretor do Senai-RN e do ISI-ER, Rodrigo Mello, além de representantes de instituições públicas, empresas do setor energético e demais autoridades.

Essa parceria marca um novo capítulo para a Codern e para o Rio Grande do Norte. A área em Areia Branca, que antes era utilizada para atividades operacionais ligadas ao Portolha, passa agora a integrar um esforço conjunto com o SenaiRN e o ISI-ER em prol da pesquisa, inovação e formação de profissionais para o setor de energia eólica offshore.

A Codern não apenas apoia, mas participa ativamente dessa iniciativa, reforçando seu papel como parceira estratégica no desenvolvimento sustentável e tecnológico do estado. "Com isso, contribuímos para gerar conhecimento, qualificação e novas oportunidades em uma das fronteiras mais promissoras da economia potiguar e brasileira, além de reafirmar nosso compromisso em estimular o avanço da energia eólica offshore na Margem Equatorial, consolidando o Rio Grande do Norte uma referência nacional nessa nova matriz energética, como trabalha nisso de maneira pioneira o Governo do Estado", afirmou Paulo Henrique

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 04/11/2025

PETRÓLEO E GÁS - PRODUÇÃO NACIONAL DE PETRÓLEO E GÁS VOLTA A BATER RECORDE EM SETEMBRO

ANP registra 5,114 milhões de boe/d, impulsionados pelo avanço do pré-sal, que alcançou 4,143 milhões de boe/d

Por Estadão Conteúdo



O campo de Tupi, no pré-sal da bacia de Santos, foi o maior produtor, registrando 818,08 bpd de petróleo e 40,48 milhões de m³/d de gás natural

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) confirmou que a produção de petróleo e gás natural no Brasil superou os 5 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boed) em setembro, conforme antecipou o Broadcast (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado), atingindo 5,114 milhões de boed.

A marca foi impulsionada pela produção do pré-sal, que bateu novo recorde ao alcançar 4,143 milhões de boed.

No caso do petróleo, foram extraídos em território nacional em setembro, 3,915 milhões de barris por dia (bpd), um aumento de 0,5% na comparação com agosto e de 12,7% em relação ao mesmo mês de 2024. Já a produção de gás natural foi de 190,60 milhões de metros cúbicos por dia (m³/d).

Isso representou um aumento de 0,9% em comparação ao mês anterior e de 12,1% com relação a setembro de 2024, informou a ANP.

No pré-sal, a produção de petróleo somou 3,209 milhões de bpd e a de gás natural, 148,3 milhões de m³/d, representando 81,1% do total nacional.



Segundo a ANP, em setembro o aproveitamento de gás natural foi de 97,9%. Foram disponibilizados ao mercado 66,24 milhões de m³/d e a queima foi de 4,10 milhões de m³/d. A queima reduziu em 16,1% se comparada ao mês anterior e cresceu 12,8% na comparação com setembro de 2024.

O campo de Tupi, no pré-sal da bacia de Santos, foi o maior produtor, registrando 818,08 bpd de petróleo e 40,48 milhões de m³/d de gás natural. A instalação com a maior produção de petróleo foi o FPSO Almirante Tamandaré, operando nos campos de Búzios e de Tambuatá com 222.160 bbl/d. Já a maior produção de gás natural foi do FPSO Guanabara, na jazida compartilhada de Mero, com 12,13 milhões de m³/d de gás natural.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 04/11/2025

PETRÓLEO E GÁS - PETROBRAS LANÇA PDV PARA ATÉ 1,1 MIL EMPREGADOS APOSENTADOS

Programa aprovado pelo conselho mira trabalhadores que se aposentaram antes da reforma da Previdência e terá adesões ao longo de 2026

Por Agência Brasil

A Petrobras aprovou um plano de demissão voluntária que pode contemplar até 1,1 mil funcionários do quadro da companhia. A medida foi avalizada pelo conselho de administração da estatal e divulgada nesta segunda-feira (3). A empresa prevê que as demissões devem acontecer ao longo de 2026.

A companhia explicou que o Programa de Desligamento Voluntário (PDV) é direcionado a até 1,1 mil empregados que tenham se aposentado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) antes da promulgação da Emenda Constitucional 103/2019, em 12 de novembro de 2019.

Mais conhecida como reforma da previdência, a emenda alterou o sistema de previdência social e estabeleceu regras de transição e disposições transitórias. A companhia justifica que o PDV é uma ferramenta de gestão pessoal que “oferece aos aposentados uma oportunidade de transição de carreira ao mesmo tempo que contribui para a renovação continua e gradual dos quadros da companhia”.

No comunicado a investidores no qual anunciou a aprovação do PDV, a companhia não informa o custo do programa. “O impacto financeiro será reconhecido nas demonstrações contábeis à medida que as adesões forem efetivadas”, explicou a Petrobras, que tem 41,7 mil empregados.

No comunicado a investidores no qual anunciou a aprovação do PDV, a companhia não informa o custo do programa. “O impacto financeiro será reconhecido nas demonstrações contábeis à medida que as adesões forem efetivadas”, explicou a Petrobras, que tem 41,7 mil empregados.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 04/11/2025

PETRÓLEO E GÁS - SEMANA DO OFFSHORE PAULISTA TEM PROGRAMAÇÃO VOLTADA À EMPREGABILIDADE NO SETOR

Objetivo é aproximar o mercado offshore das universidades, escolas técnicas e da sociedade, incentivando a troca de experiências

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br

A Semana do Offshore Paulista 2025 será realizada quarta (5) e quinta-feira (6), em Santos (SP), reunindo representantes de empresas, instituições de ensino e jovens interessados em construir carreira no setor de petróleo, gás e energia. Painéis, palestras, networking e atividades voltadas à formação profissional e ao futuro do mercado de energia serão discutidas durante o evento.



Com o tema “Histórias que Inspiram o Offshore Paulista”, o evento é promovido pela Câmara de Petróleo, Gás e Energia (CPGE), da Associação Comercial de Santos (ACS), em parceria com o Brazilian Energy Council (BRENC) e o Comitê de Desenvolvimento do Offshore Paulista (CDOP), e conta com o apoio da Prefeitura, por meio da Coordenadoria Municipal da Infância e Juventude (Cojuv).

O objetivo é aproximar o mercado offshore das universidades, escolas técnicas e da sociedade, incentivando a troca de experiências e a reflexão sobre empregabilidade, capacitação e inclusão social. Durante dois dias, a programação contemplará debates, painéis de integração e atividades voltadas a estudantes e profissionais, com foco na preparação de mão de obra qualificada para um dos segmentos mais estratégicos da economia brasileira. Os interessados podem garantir seus ingressos gratuitamente para as atividades em [sympla.com.br/evento/ semana-do-offshore-paulista-2025/ 3153136](https://sympla.com.br/evento/semana-do-offshore-paulista-2025/)

CONFIRA A PROGRAMAÇÃO COMPLETA:

Dia 5 de novembro (quarta-feira)

Petrobras - 9h30 às 13h - Rua Marquês de Herval, 90 – Valongo

Abertura oficial, palestras sobre oportunidades, inclusão social e PDI, além de visita ao COI.

Unisanta - 18h30 às 21h - Rua Oswaldo Cruz, 277 – Boqueirão Networking entre empresas e universidades, seguido de palestra sobre empregabilidade voltada a universitários.

Dia 6 de novembro (quinta-feira)

Camps | 9h às 13h | Av. Washington Luís, s/nº – Vila Mathias

Palestra sobre empregabilidade no setor offshore para 500 jovens aprendizes, seguida de almoço com empresas e apresentação institucional do Camps.

Senai | 14h às 17h | Av. Senador Feijó, 421 – Vila Mathias

Palestra sobre oportunidades para nível técnico e interação entre empresas e instituições de ensino profissionalizante.

Associação Comercial de Santos (ACS) | 18h às 21h

Coquetel de encerramento com presença de autoridades e apoiadores. Rua XV de Novembro, 137 – Centro Histórico

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 04/11/2025

PETRÓLEO E GÁS - PETRÓLEO FECHA EM ALTA LEVE APÓS OPEP+ INDICAR MANUTENÇÃO DE NÍVEIS COM MAIS OFERTA EM DEZEMBRO

Reação do mercado após queda em novembro veio com anúncio de novo aumento e pausa entre janeiro e março de 2026

Do Estadão Conteúdo

O petróleo fechou em alta marginal na primeira sessão do mês de novembro, após a Organização dos Países Exportadores de Petróleo e aliados (Opep+) afirmar que pretende manter os níveis de produção no início de 2026 - antes já havia anunciado um pequeno novo aumento em dezembro.

O petróleo WTI para dezembro, negociado na New York Mercantile Exchange (Nymex), fechou em alta de 0,11% (US\$ 0,07), a US\$ 61,05 o barril. Já o Brent para janeiro, negociado na Intercontinental Exchange de Londres (ICE), avançou 0,19% (US\$ 0,12), a US\$ 64,89 o barril.

Após fechar novembro com queda acumulada, os contratos respondem de forma limitada ao sinal da Opep+ de que pretende interromper a entrega adicional de barris entre janeiro e março, após anunciar o aumento de 137 mil barris em dezembro.

"A decisão ajudou o petróleo bruto dos EUA a começar a semana em alta, embora os compradores ainda pareçam hesitantes em romper níveis técnicos importantes", escreveu a analista do Swissquote, Ipek Ozkardeskaya. "A faixa de US\$ 62 a US\$ 62,15 por barril - que inclui a pequena retração de Fibonacci de 23,6% da queda de junho a outubro e a média móvel de 50 dias - provavelmente continuará sendo um teto difícil por enquanto", completou.

Segundo a analista do BofA, Jean Salisbury, embora a Opep tenha atribuído a pausa de três meses à sazonalidade (normalmente menor demanda no primeiro trimestre), "isso certamente sugere que a Opep+ reconhece o excesso de oferta e provavelmente indica que não deseja que os preços do petróleo recuem muito (ou seja, abaixo de US\$ 50)". Para a analista, esse possível "piso" deve ser visto de forma positiva pelos investidores.



Paralelamente, o mercado assimilava declarações do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, que disse, em entrevista, não acreditar que os EUA se envolverão em uma guerra contra a Venezuela. O dirigente, contudo, avaliou que os dias de Nicolás Maduro como presidente venezuelano estão contados.

A Organização dos Países Exportadores de Petróleo e aliados pretende interromper a entrega adicional de barris nos primeiros meses de 2026

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 04/11/2025

PETRÓLEO E GÁS - DISTRIBUIDORA DE GÁS ABRE CHAMADA PÚBLICA PARA COMPRA DE BIOMETANO

As propostas comerciais poderão ser enviadas até o dia 3 de dezembro de 2025

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br

A distribuidora de gás encanado Comgás anunciou nesta segunda-feira, dia 3, a abertura de sua segunda chamada pública para a aquisição de biometano. O objetivo é ampliar o fornecimento deste combustível renovável para atender a demanda dos consumidores do mercado cativo.

As propostas comerciais poderão ser enviadas até o dia 3 de dezembro de 2025 por e-mail. Para obter mais detalhes sobre como participar, acesse o site www.comgas.com.br/chamadapublica/biometano.

O biometano é um gás renovável obtido pela purificação do biogás, gerado pela decomposição de resíduos orgânicos, como dejetos agropecuários, restos agrícolas e lixo industrial e urbano. Por reduzir a emissão de gases de efeito estufa, o combustível é considerado um vetor estratégico na descarbonização, com grande potencial para substituir combustíveis fósseis.

A iniciativa faz parte da estratégia de transição energética da Comgás, que busca incorporar o biometano ao seu portfólio. A expansão do uso está focada no estado de São Paulo, especialmente para atender indústrias e frotas de veículos pesados. O biometano é totalmente intercambiável com o gás natural, o que facilita seu transporte e distribuição pela rede da Comgás.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 04/11/2025

FINANÇAS - DÓLAR CAI 0,43% EM DIA POSITIVO PARA DIVISAS LATINO-AMERICANAS

Moeda norte-americana fechou o dia em R\$ 5,3574, após encerrar outubro com ganhos de 1,08%. No ano, o recuo é 13,31%

Por Estadão Conteúdo



Investidores ajustam posições à medida que digerem falas de dirigentes do Federal Reserve e aguardam a decisão do Copom sobre a taxa Selic

O dólar apresentou queda firme no mercado local nesta segunda-feira, 3, marcada por valorização de divisas latino-americanas, na esteira de indicadores acima das expectativas na China. Segundo operadores, o real também pode ter se beneficiado por fluxo externo para a bolsa doméstica, com o Ibovespa alcançando a marca histórica dos 150 mil pontos.

Investidores também ajustam posições à medida que digerem falas de dirigentes do Federal Reserve e aguardam a decisão, nesta quarta-feira, 5, do Comitê de Política Monetária (Copom), que deve manter a taxa Selic em 15% ao ano. A perspectiva é que a atratividade do carry trade, com amplo diferencial entre juros interno e externo, migre parte das pressões sobre o real vindas do aumento das remessas ao exterior no fim do ano.

Com mínima a R\$ 5,3455, o dólar à vista fechou em baixa de 0,43% a R\$ 5,3574, após encerrar outubro com ganhos de 1,08%. No ano, a moeda americana recua 13,31% em relação ao real, que apresenta o melhor desempenho entre as divisas latino-americanas no período. “O comportamento das moedas emergentes reflete hoje dados da China um pouco melhores que o esperado, o que impulsiona praticamente os preços de todas as commodities”, afirma o economista-chefe da Frente Corretora, Fabrizio Velloni.

Pesquisa da S&P Global divulgado domingo à noite, em parcial com a RangDog, mostrou que o Índice de Gerentes de Compras (PMI) Industrial da China recuou de 51,2 em setembro para 50,6 em outubro. A leitura, contudo, ficou acima das projeções de analistas, de 49,8, e se manteve acima de 50, o que indica expansão da atividade.

Termômetro do comportamento do dólar em relação a uma cesta de seis moedas fortes, o índice DXY operou em ligeira alta no fim da tarde, perto do nível dos 100 mil pontos, com máxima aos 99 988 pontos. O Dollar Index foi impulsionado, sobretudo, pelos ganhos de mais de 0,40% do euro.

Apagão

Na ausência de indicadores de emprego da economia americana, diante do “apagão de dados” provocado pela paralisação parcial (shutdown) do governo dos EUA, investidores buscam em declarações de dirigentes do Fed informações para calibrar as apostas sobre o nível de juros no fim do ano.

O debate sobre o tamanho do alívio monetário esquentou após o presidente do Fed, Jerome Powell, sugerir que pode haver uma pausa no afrouxamento em dezembro, após dois cortes seguidos de 25 pontos-base na taxa básica americana.

Pela manhã, o diretor do Federal Reserve (Fed) Stephen Miran – indicado por Donald Trump e voto vencido por corte de 50 pontos-base na reunião do Fed na semana passada – disse que a postura do BC americano é “muito restritiva”, o que aumenta os riscos de recessão.

À tarde, o presidente do Fed de Chicago, Austan Goolsbee, afirmou que não tomou uma decisão sobre o que fará na reunião de política monetária de dezembro, mas alertou que “o limite para cortar os juros é mais alto que nas reuniões anteriores”.



Mente aberta

Presidente do Fed de São Francisco, Mary Daly disse que mantém a “mente aberta” em relação ao próximo passo do Fed e defendeu que a taxa de juros continue “modesta - mente restrita”, dado que a inflação ainda está acima da meta. Ecoando fala de Powell, a diretora do Federal Reserve (Fed) Lisa Cook disse que a política monetária não está em trajetória predeterminada.

“Parece que há muitas dúvidas dentro do Fed, após os cortes de juros. Além da incerteza sobre o impacto das tarifas, temos o prolongamento do shutdown, que impede a divulgação dos dados de emprego. O Fed está praticamente trabalhando no escuro”, afirma Velloni, ressaltando que, apesar do ambiente de cautela em relação aos EUA, as divisas emergentes se apoiam na valorização das commodities.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 04/11/2025

FINANÇAS - DIRETORA DO FED DEIXA EM ABERTO DECISÃO DE JUROS EM DEZEMBRO E DESTACA DEPENDÊNCIA DE DADOS

Por Estadão Conteúdo

A diretora do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano) Lisa Cook ponderou que manter as taxas de juros por muito tempo pode deteriorar o mercado de trabalho, mas que baixar os juros rápido demais aumenta o risco de desancorar expectativas de inflação. A análise foi feita durante evento da Brookings Institution, nesta segunda-feira.

Diante do cenário, ela reforçou que determina a política monetária a cada reunião e com dados de várias fontes, sendo cada reunião, incluindo a de dezembro, “uma reunião viva”. “Há muito o que antecipar para a reunião de dezembro, muito acontecerá até lá. A reunião de dezembro acontecerá em tempo real e considerando dados atualizados”, afirmou ela, ao dizer que a política monetária não está em trajetória predeterminada.

Cook avaliou que o BC americano está “na direção certa” para cumprir o duplo mandato, que prevê pleno emprego e estabilidade de preços, e fortaleceu o compromisso de atingir a inflação em 2%. “Estou preparada para agir se houver sinais de salto nos preços por tarifas ou se expectativas de inflação ficarem persistentemente elevadas”, citou.

Do lado do emprego, a diretora disse que o relatório de empregos (payroll) não mostra um quadro preciso do arrefecimento do mercado de trabalho.

Cook disse que a paralisação do governo dos EUA pesará sobre o Produto Interno Bruto (PIB) do país, já que deve afetar múltiplas áreas da economia neste trimestre, mas que, apesar do shutdown, o PIB continuará com crescimento “moderado” graças à inteligência artificial (IA). Ela espera que a IA continue a ajudar no crescimento nos próximos anos.

Na ocasião, ela disse que a pausa do aperto quantitativo pelo Fed é consistente com condições de amplas reservas do balanço patrimonial.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 04/11/2025

FINANÇAS - IBOVESPA VAI A INÉDITOS 150 MIL PONTOS EM SEXTO RECORDE DE FECHAMENTO SEGUIDO

A expectativa de que o corte na Selic está cada vez mais perto respalda a alta; comunicado do Copom acontece nesta quarta-feira

Por Estadão Conteúdo



Levantamento mostra que o mercado antecipou a previsão de corte na taxa Selic de março para janeiro de 2026

O Ibovespa alcançou os inéditos 150 mil pontos na manhã desta segunda-feira, 3, e conseguiu se segurar nesse nível, renovando recorde de fechamento pelo sexto pregão consecutivo.

A alta espelha o movimento do S&P 500 e do Nasdaq, em Nova York, e tem respaldo na expectativa do mercado pelo comunicado do Copom nesta quarta-feira, com o entendimento de que um corte na Selic está cada vez mais perto.

A temporada de balanços também segue a todo vapor, com destaque para os resultados do Itaú e da Petrobras nesta semana. Pela nona sessão seguida, o Ibovespa fechou em alta, aos 150.454,24 pontos (+0,61%), com giro financeiro de R\$ 21,28 bilhões.

Para a economista-chefe da InvestSmart XP, Mônica Araújo, o Brasil surfa na alta vista no cenário internacional. “Por mais que as ações aqui tenham múltiplos bem atrativos para o investidor local e estrangeiro, a alta de 2025 vem muito mais do cenário externo. Há uma realocação de investidores globais que deixam de colocar 100% dos avos no mercado americano e colocam 1%, 2% em outros mercados - montante suficiente para fazer com que os preços ganhem uma relevância maior”, afirma.

Além de seguir os movimentos dos mercados internacionais, o Ibovespa também sobe na expectativa da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC), avalia o head de alocação de investimentos e sócio da GT Capital, Nicolas Gass. “Tem expectativa de queda nos juros chegando. O mercado vai olhar de perto o comunicado, ver se o Copom vai dar algum ‘spoiler’”, afirma.

Levantamento do Projeções Broadcast mostra que o mercado antecipou a previsão de corte na taxa Selic de março para janeiro de 2026. Assim que o ciclo de afrouxamento começar, a Bolsa deve subir 12% no trimestre seguinte e 25% em seis meses, calcula diretor de Renda Variável para a América Latina do Goldman Sachs, Juliano Arruda, em entrevista ao Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado.

“O Brasil é o mercado emergente mais alavancado, em taxas de juros locais, de toda a amostra que o Goldman Sachs acompanha. Então se o Brasil está indo para um ciclo de corte nos juros, a renda variável aqui tende a performar muito bem”, disse.

IPCA

Nesta segunda, o cenário de afrouxamento monetário foi reforçado nas esmavas para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no Focus, visto que a projeção para IPCA de 2025 passou de 4,56% para 4,55%.

Araújo, da InvestSmart XP, nota que grande parte do fôlego do Ibovespa nesta segunda-feira se dá pela alta de Petrobras PN (+1,18%) e ON (+0,89%) e do setor financeiro, com Itaú PN (+1,67%) liderando os ganhos entre grandes bancos. Ambas reportam resultados nesta semana, com expectativa de balanços robustos, diz a economista.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 04/11/2025



FINANÇAS - TAXAS FUTURAS DE JUROS SOBEM EM SINTONIA COM MERCADO EXTERNO

Investidores deixaram em segundo plano a leve melhora das expectativas inflacionárias
Do Estadão Conteúdo

A dois dias da decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) que deve manter a Selic nos atuais 15%, os investidores deixaram em segundo plano a leve melhora das expectativas inflacionárias, em um dia de agenda enxuta de indicadores locais, e os juros futuros negociados na B3 subiram seguindo a tendência do exterior, a despeito da queda de 0,43% do dólar na sessão.

Após duas semanas de redução mais contundente das estimativas de inflação, o movimento observado no bolema Focus divulgado nesta segunda-feira, 3, foi mais fraco, o que reforçou a percepção de grande parte dos analistas de que o Banco Central ainda não vai suavizar a comunicação conservadora no encontro da quarta-feira.

Já lá fora, as incertezas trazidas pela continuidade do shutdown nos Estados Unidos e sobre qual será a definição de juros da Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano) em dezembro mantiveram os Treasuries em firme elevação. A abertura da curva americana na visão de agentes, foi o principal impulsionador das taxas futuras por aqui.

Encerrados os negócios, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2027 aumentou de 13,849% no ajuste de sexta-feira para 13,875%. O DI para janeiro de 2029 oscilou de 13,075% no ajuste antecedente a 13,080%. O DI para janeiro de 2031 marcou 13,375%, vindo de 13,351% no ajuste.

No mesmo horário, a taxa da T-Note de 2 anos avançava a 3,598%, e a de 10 anos, a 4,107%. Neste trecho da curva, pesaram mais as dúvidas sobre se o Fed vai afrouxar a política monetária em dezembro, avalia Étore Sanchez, economista-chefe da Ava Investimentos, mas o rendimento do título soberano de 30 anos também abria, a 4,688%.

“Os efeitos do shutdown sobre a política agrícola e o agravamento dos impactos da paralisação, pela cegueira estática e consequências na distribuição de recursos, elevam as incertezas”, diz Sanchez. Já sobre os títulos dos EUA com vencimentos curtos e intermediários, o economista destaca o aparente dissenso no Comitê de Mercado Aberto (FOMC, na sigla em inglês), sobre a próxima decisão de juros da Fed.

Cenário interno

No cenário local, o bolema Focus desta segunda trouxe novo ajuste das expectativas inflacionárias, mas mais discreto do que nas duas semanas anteriores. A projeção para o aumento do IPCA deste ano caiu 0,01 ponto, para 4,55%, mas próximo do teto da meta de inflação, de 4,5%. A previsão para 2026 ficou em 4,2%, e para 2027 e 2028, diminuiu de 3,82% a 3,80% e de 3,54% para 3,50%, respectivamente.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 04/11/2025

INOVAÇÃO E TECNOLOGIA - BRASIL SOBE PARA 53º LUGAR EM COMPETITIVIDADE DIGITAL

Evolução é puxada por produção científica e investimentos em IA, enquanto gargalos persistem em inovação, educação técnica e mão de obra qualificada

Do Estadão Conteúdo

O Brasil subiu quatro posições e passou a ocupar o 53º lugar no ranking de competitividade digital. O levantamento, que mede a capacidade de adoção de novas tecnologias, é feito anualmente pela

escola de negócios suíça IMD (Institute for Management Development), tendo na liderança a própria Suíça. Na sequência, Estados Unidos e Cingapura aparecem no topo.



O Brasil evoluiu na produção de publicações de pesquisas, nos investimentos privados em inteligência artificial e na adoção de robôs em educação e pesquisa e desenvolvimento

Após estagnar nos rankings de 2023 e 2024, o Brasil evoluiu na produção de publicações de pesquisas - quesito onde o país mostra sua melhor colocação (9º lugar) - e nos investimentos privados em inteligência artificial. Também são destaques positivos a adoção de robôs em educação e pesquisa e desenvolvimento, bem como o uso de serviços públicos online pela população. Com isso, o Brasil ultrapassou África do Sul, Eslováquia, Bulgária e Turquia, nações que estavam à sua frente no ranking do ano passado.

Por outro lado, o país ainda aparece dentre as últimas posições na integração entre universidades, empresas e setor público, no financiamento da inovação, na atração de profissionais estrangeiros altamente qualificados e no intercâmbio de conhecimento com o exterior.

Na avaliação de pesquisadores da Fundação Dom Cabral (FDC), parceira do IMD no ranking, os resultados demonstram uma recuperação gradual da competitividade digital brasileira, com destaque aos avanços em produção científica e na adoção de novas tecnologias. Mas também reforçam a necessidade de o Brasil enfrentar desafios estruturais à sua competitividade. Nesse sentido, defendem os pesquisadores, uma maior coordenação entre poder público, iniciativa privada e instituições de ensino pode promover um ambiente mais inovador e produtivo.

Além disso, é apontada como “imprescindível” uma revisão profunda das políticas educacionais e profissionais, privilegiando o treinamento técnico especializado, junto com o investimento estratégico em pesquisa e desenvolvimento.

Diretor do núcleo de inovação, IA e tecnologias digitais da FDC, Hugo Tadeu observou na apresentação do estudo à imprensa que os investimentos em tecnologia também são afetados por desafios econômicos e pelo alto custo de financiamento. “É óbvio que juros acima de 15% são um desafio para as empresas brasileiras e estrangeiras na expansão e acesso das tecnologias”, comentou Tadeu.

Ao explorar o problema da falta de mão de obra qualificada, o especialista ressaltou que a formação de mestres e doutores no Brasil se dá, em sua maioria, em áreas das ciências sociais, quando o País precisa formar mais em engenharia e ciências da computação. “O menor porcentual está na formação em áreas técnicas, ao contrário do que acontece cada vez mais no mundo”, comentou. Para piorar, complementou Tadeu, muitos engenheiros formados no Brasil não possuem habilidades de programação esperadas pelo mercado.

Os países que lideram o ranking mundial de competitividade digital se destacam pela combinação de estabilidade institucional com investimentos contínuos em ciência e políticas de incentivo à formação de talentos. O ranking é elaborado a partir de dados estáticos internacionais e de entrevistas com executivos. No Brasil, a FDC coletou respostas de mais de 100 executivos de diferentes setores, regiões e portes de empresas, assegurando representatividade nacional.

Dada a inclusão de Quênia, Omã e Namíbia, o levantamento chegou na edição deste ano a 69 economias, com a Venezuela na última colocação. Apesar da melhora, o Brasil está entre os 17 países menos competitivos na adoção de novas tecnologias. O Chile, na 43ª colocação, é o mais bem posicionado na América do Sul.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 04/11/2025

INOVAÇÃO E TECNOLOGIA - FINEP LIBERA R\$ 1 BILHÃO PARA NOVOS FINANCIAMENTOS À INOVAÇÃO

Programa Inovacred abre ciclo de crédito até 31 de dezembro e reserva parte dos recursos para projetos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste

Do Estadão Conteúdo

A agência pública Finep abriu nesta segunda-feira, 3, um novo ciclo do programa de crédito descentralizado Inovacred, liberando R\$ 1 bilhão do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) para financiar projetos de inovação em todo o país. O prazo para apresentar propostas vai até o próximo 31 de dezembro, informou a agência.

Segundo a Finep, pelo menos R\$ 300 milhões serão destinados às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Os empréstimos têm taxa de TR+ 6,068% ao ano e até 96 meses de prazo total, com 24 meses de carência, e até 100% de participação da Finep.

"A liberação desses recursos em todo o Brasil é a materialização do compromisso assumido pela Finep e pelo governo federal de conferir robustez e regularidade nos investimentos em ciência, tecnologia e inovação no país, com oportunidades tanto nas localidades que concentram mais projetos quanto para o desenvolvimento regional", afirmou em nota o presidente da Finep, Luiz Antonio Elias.

O programa de financiamento reembolsável da Finep, Inovacred, é operado por cerca de 30 agentes financeiros no país, que estão encarregados de avaliar, aprovar e acompanhar os projetos contratados, financiando itens como equipamentos, softwares, infraestrutura, mão de obra e serviços especializados, para promover inovação em produtos, processos ou serviços em todo o território nacional, informou a Finep.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 04/11/2025

JUSTIÇA - PF APURA REDE QUE TERIA ANTECIPADO DECISÕES E INFLUENCIADO PROCESSOS NO STJ

Operação Sisamnes reúne indícios de circulação irregular de minutas, atuação de lobistas e participação de servidores em processos de falência do agronegócio

Do Estadão Conteúdo



A PF anexou diálogos entre os lobistas Andreson de Oliveira e Roberto Zampieri, que, segundo os investigadores, evidenciam acesso antecipado a minutas de decisões do STJ

A Polícia Federal identificou indícios de "acesso privilegiado a documentos decisórios e de influência externa" exercidos por lobistas em gabinetes de ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Os autos da Operação Sisamnes mostram o avanço das investigações sobre um suposto mercado de venda de decisões que teria se estruturado em tribunais estaduais e também no STJ.

Os ministros Isabel Gallo, Nancy Andrichi e Og Fernandes — cujos processos aparecem sob escrutínio dos investigadores — não são alvo da operação. Pelas assessorias, Gallo informou que "desconhece o conteúdo da investigação"; Nancy afirmou que "os processos de responsabilização



encontram- -se em andamento”; e Og declarou que “quem cometer ato ilícito deve assumir as consequências legais cabíveis”.

A PF anexou diálogos entre os lobistas Andreson de Oliveira e Roberto Zampieri, assassinado em dezembro de 2023, que, segundo os investigadores, evidenciam acesso antecipado a minutas de decisões do STJ. Em 28 de outubro de 2019, Andreson escreveu: “Quem vai fazer o voto vai ser a juíza extrutora amiga minha”. Ele acrescenta: “Se a gente acerta ela faz a favor e entrega pra mim”. Os federais concluíram que as minutas enviadas por Andreson a Zampieri pertenciam ao gabinete da ministra Isabel Gallo e foram compartilhadas antes da publicação oficial.

O relatório afirma que os documentos tinham siglas de identificação do servidor que os editou, caracterizando material interno.

A conversa citou ainda ministros do STJ. Andreson perguntou: “Você mostrou o voto do Buzzi a ele?”, em referência ao ministro Marco Aurélio Buzzi, e mencionou “quando ele paga para o Salomão ir com a gente”, citando o vice-presidente da Corte, Luís Felipe Salomão. Os investigadores destacam que esses nomes aparecem nas mensagens, mas os ministros não são investigados.

A menção a Salomão surge em trecho que tem origem em relatório elaborado pelo próprio ministro quando era corregedor nacional de Justiça, em 2024, documento que serviu de base para a investigação. Buzzi e Salomão não comentaram.

A PF afirma que, em pelo menos sete processos sob relatoria de Gallo , decisões teriam sido manipuladas com ajuda de minutas antecipadas. O relatório descreve coincidência temporal entre mensagens trocadas pelos lobistas e atos seguintes. No diálogo, Zampieri reage: “Você tá foda!!!!!! Quero ver os meus bandido!!!!!!”, ao que Andreson responde: “Já fez esperando passar. No crivo dela. Fica em paz”.

A investigação aponta atuação coordenada envolvendo servidores que teriam manipulado decisões, interferido em processos e vazado informações sigilosas. Entre eles estão Daimler Alberto de Campos, ex-chefe de gabinete de Gallo ; Márcio José Toledo Pinto, também ex-assessor na Corte; e Rodrigo Falcão, ex-chefe de gabinete de Og Fernandes. A PF avalia que outros nomes podem surgir.

A defesa de Daimler afirma que o nome dele foi “utilizado de maneira espúria para gerar uma influência fictícia”. O Estadão busca contato com as defesas de Toledo, Falcão e do lobista Andreson de Oliveira.

Segundo a PF, as hipóteses criminais envolvem principalmente processos de falência de empresas do agronegócio. A investigação corre sob relatoria do ministro Cristiano Zanin Martins

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 04/11/2025

JUSTIÇA - ACUSADOS POR LOBISTAS DIZEM NÃO TER LIGAÇÃO COM FATOS APURADOS

Do Estadão Conteúdo

A divulgação dos trechos da investigação reacendeu a busca por posicionamentos dos servidores citados nos autos da Operação Sisamnes. A defesa de Daimler Alberto de Campos, ex-chefe de gabinete da ministra Isabel Gallo, reiterou que não há vinculação do ex-servidor aos fatos sob apuração. “O seu nome (assim como o de outras autoridades) foi utilizado de maneira espúria para gerar uma influência fictícia”, afirmou o advogado Bernardo Fenelon, acrescentando que os contatos telefônicos atribuídos ao cliente “pertencem a terceiros que ele desconhece absolutamente”.

A reportagem também busca posicionamento das defesas de Márcio José Toledo Pinto e de Rodrigo Falcão, ex-assessores de ministros citados nos autos. Ambos foram mencionados pela PF como

parte de um grupo que teria operado manipulações processuais e vazamentos de informações sigilosas. O espaço está aberto para manifestação das defesas e dos demais citados.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 04/11/2025

MEIO AMBIENTE - BRASIL REDUZ 16,7% DAS EMISSÕES DE GASES DO EFEITO ESTUFA, DIZ OBSERVATÓRIO DO CLIMA

Dados divulgados nesta segunda-feira mostram que queda registrada em 2024 é a maior dos últimos 16 anos

Do Agência Brasil



Tuiuiú, ave símbolo do Pantanal, protege seu ninho. O bioma foi o que teve a queda mais expressiva de forma proporcional ao seu território, com redução de 66%

OS DADOS FORAM DIVULGADOS NESTA SEGUNDA-FEIRA (3) PELA REDE OBSERVATÓRIO DO CLIMA, NA 13ª EDIÇÃO DO SISTEMA DE ESTIMATIVAS DE EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA (SEEG), QUE TRAZ UM PANORAMA DO ANO DE 2024 A PARTIR DO INVENTÁRIO DE CINCO GRANDES SETORES: MUDANÇA DE USO DA TERRA, AGROPECUÁRIA, ENERGIA, PROCESSOS INDUSTRIALIS

O Brasil emitiu 2,145 bilhões de toneladas de gás carbônico equivalente (GtCO₂e) ao longo de 2024, registrando queda de 16,7% nas emissões brutas de gases do efeito estufa, em relação ao ano anterior, quando foram emitidas 2,576 GtCO₂e. A diminuição é de 22%, quando consideradas emissões líquidas, que descontam a captura de carbono por florestas secundárias e áreas protegidas.

Os dados foram divulgados nesta segunda-feira (3) pela rede Observatório do Clima, na 13ª edição do Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SEEG), que traz um panorama do ano de 2024 a partir do inventário de cinco grandes setores: mudança de uso da terra, agropecuária, energia, processos industriais e resíduos.

A queda registrada no último ano é a maior dos últimos 16 anos e a segunda mais significativa da série histórica iniciada em 1990, quando os dados revelaram uma diminuição de 17,2% na população climática.

Na avaliação de Márcio Astrini, secretário-executivo do Observatório do Clima, o resultado positivo posiciona bem a liderança brasileira na 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), que se inicia no próximo dia 10 de novembro.

“Difícilmente teremos dentro do G20 ou dentro dos dez maiores emissores, países chegando na COP30 com um número de redução total das suas emissões, tal qual esse número que a gente está apresentando agora.”



Quando consideradas as emissões brutas por setor, do total de 2,145 bilhões de toneladas de gás carbônico equivalente em 2024, a mudança de uso da terra respondeu por 42%, agropecuária foi responsável por 29%, o setor de energia emitiu 20%, enquanto os resíduos e os processos industriais foram responsáveis por 5% e 4% respectivamente.

Uso do solo

No Brasil, o setor de mudança de uso do solo é o maior responsável pelas emissões desde o início da série histórica. Em 2024, o setor foi responsável pela emissão de 906 milhões de toneladas de CO₂e, sendo que 98% desse total tem origem no desmatamento.

Segundo a pesquisadora Bárbara Zimbres, do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), desde 2022, o setor tem observado queda nas emissões decorrente do aumento do controle do desmatamento. "No último ano a gente teve a maior queda nas emissões brutas de 32%", destacou.

A Amazônia registrou a queda expressiva com redução de 41% nas emissões de gases do efeito estufa e o Cerrado também reduziu em 20% a poluição climática, mas o Pantanal foi o bioma com a queda mais expressiva de forma proporcional ao seu território, com redução de 66%. Apenas o Pampa aumentou as emissões no último ano, com crescimento de 6%.

Agropecuária

Em 2024, o setor de agropecuária também registrou queda de 0,7% nas emissões de gases do efeito estufa, enquanto que os demais setores aumentaram o volume de poluição climática, registrando aumentos de 0,8% em energia, 2,8% em processos industriais e 3,6% em resíduos. No recorte por estado, Rondônia, Pará e Mato Grosso foram os campeões na redução de emissões brutas, com redução de 65%, 44% e 44% respectivamente. Apenas Minas Gerais, Piauí, Roraima, Rio Grande do Sul e Sergipe registraram aumento nas emissões de 2024, em relação ao ano anterior.

Emissões líquidas

O total de emissões líquidas do Brasil, em 2024, foi de 1,49 GtCO₂e, quando consideradas as remoções por áreas protegidas e florestas secundárias. Isso leva o setor de uso da terra a registrar uma queda ainda maior de 64% no total das emissões, com redução de 685 milhões para 249 milhões de toneladas de CO₂ equivalente entre 2024 e 2023.

A queda reposiciona o setor em segundo lugar de emissões líquidas no país, respondendo por 17% do total em 2024, enquanto que a agropecuária, passa a ser responsável por 42% da poluição líquida do Brasil, no último ano.

Queimadas

No SEEG, as queimadas não são associadas ao desmatamento, que não chegam a caracterizar mudança no uso do solo, entram em um estudo à parte, não contabilizados no inventário.

"O Brasil queimou inteiro, em quase todos os biomas houve aumentos expressivos na área queimada em 2024. Isso refletiu no aumento de duas vezes e meia nas emissões líquidas por fogo no Brasil nos biomas", destaca Bárbara Zimbres.

De acordo com a pesquisadora, se esse processo entrasse para o inventário de emissões haveria de 20% a 30% nas emissões líquidas dos últimos 10 anos. "Em 2024 chegou a quase 100% das emissões líquidas, então se (as queimadas) fossem contabilizadas, a gente veria as emissões líquidas no setor de uso do solo dobrarem".

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 04/11/2025

MEIO AMBIENTE - BRASIL ALCANÇA REDUÇÃO HISTÓRICA DE DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA E NO CERRADO

Entre agosto de 2024 e julho de 2025, a queda foi de 31% e 45%, respectivamente. Números são ainda melhores quando comparados com 2022

Da Agência Brasil



De acordo com os dados divulgados pelo Inpe, na comparação com 2022, a redução no desmatamento da Amazônia foi de 74%

O Brasil alcançou resultados históricos no combate ao desmatamento em Unidades de Conservação (UCs) federais de agosto de 2024 a julho de 2025, mostram dados do sistema Prodes, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Houve queda expressiva tanto na Amazônia (31%), quanto no Cerrado (45%), em relação ao mesmo período do ano passado. Em comparação a 2022, a queda é ainda maior: 74% na Amazônia e 62% no Cerrado. O índice é o menor registrado para a Amazônia e o segundo menor para o Cerrado desde a criação do Instituto, em 2007. Entre agosto de 2024 e julho de 2025, 134 quilômetros quadrados de desmatamento foram registrados em unidades de conservação federais da Amazônia e 31 quilômetros quadrados no Cerrado, apontando para a viabilidade de cumprimento da meta do Brasil, de desmatamento zero até 2030

Os números consolidam o papel estratégico das áreas protegidas no enfrentamento da crise climática, já que as mudanças no uso da terra, que se referem majoritariamente ao desmatamento, equivalem à maior fonte de emissões de gases de efeito estufa no Brasil. Os resultados demonstram que onde há unidade de conservação, cai o desmatamento, mesmo diante de pressões predatórias.

A ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, comemorou os dados e destacou que a queda do desmatamento nas Unidades de Conservação federais em 2025 “reveia o compromisso do atual governo com a meta de zerá-lo até 2030. E confirma a importância dessas áreas para proteger nossos biomas, a biodiversidade e os modos de vida. Ao manter serviços ecossistêmicos — estabilidade climática e regulação das chuvas —, elas beneficiam toda a sociedade e a própria economia brasileira”.

“A queda continua dos últimos anos mostra que a estratégia do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) está apresentando resultado real e consistente”, avalia o presidente do órgão, Mauro Pires, que destaca o envolvimento direto da ministra do Meio Ambiente e da Mudança Climática Marina Silva e a orientação política clara do presidente Lula, comprometida com a meta de desmatamento zero, para o alcance destes resultados.

“A retomada da presença do ICMBio nos territórios tem sido decisiva para este resultado positivo, com o reforço da fiscalização e do combate às ilegalidades, a recomposição de conselhos participativos, a reativação de políticas sociais que chegam diretamente a povos e comunidades tradicionais e a aquisição de veículos e equipamentos, entre outras ações”, reiterou o presidente do ICMBio

O desmatamento total na Amazônia Legal também apresentou queda robusta em 2025, de acordo com dados do Prodes/Inpe divulgados na última quinta-feira (30/10): 11,08% em relação ao período anterior, terceira menor taxa desde 1988. No Cerrado, a taxa geral teve queda de 11,49% em relação ao período anterior. Esses números confirmam a tendência de retração iniciada em 2023, após cinco anos consecutivos de alta.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 04/11/2025

INTERNACIONAL - EUA: SUPREMA CORTE EXAMINA VALIDADE JURÍDICA DAS TARIFAS IMPOSTAS POR TRUMP

Juízes analisam se o presidente norte-americano ultrapassou a autoridade legal ao impor taxas de importação durante seu mandato

Do Estadão Conteúdo



O presidente norte-americano Trump argumenta que suas ações foram legais e necessárias para proteger a economia e a segurança nacional

A Suprema Corte dos Estados Unidos iniciou nesta semana o julgamento que vai decidir se o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, extrapolou seus poderes ao impor tarifas sobre importações durante o governo.

Agora, os juízes da Suprema Corte vão decidir se Trump tinha amparo legal para agir dessa forma.

Duas instâncias inferiores já haviam determinado que o presidente ultrapassou sua autoridade ao invocar a Lei de Poderes Econômicos de Emergência Internacional (IEEPA, em inglês) de 1977. Se gundo essas decisões, o dispositivo não autoriza o presidente a criar tarifas, mas sim o Congresso americano.

Trump argumenta que suas ações foram legais e necessárias para proteger a economia e a segurança nacional. O Departamento de Justiça defende e diz que as tarifas se enquadram na prerrogativa presidencial sobre política externa, uma área em que o Judiciário historicamente evita interferir.

O presidente descreveu o processo como "um dos mais importantes da história americana" e afirmou que uma derrota seria "um desastre" para o país.

Na Casa Branca, assessores admitem preocupação. A equipe comercial de Trump trabalha em planos alternativos caso a Suprema Corte decida contra o governo. A ideia é recorrer a outros mecanismos legais, em bora isso torne o processo burocrático.

Para Josh Lipsky, diretor de economia internacional do Atlantic Council e ex-funcionário do governo Obama, o modo como Trump usa tarifas é inédito. "Presidentes geralmente tratam tarifas como um bisturi, não como uma marreta", afirmou.

A especialista Emily Kilcrease, ex-negociadora comercial dos governos Obama, Trump e Biden e diretora do Center for a New American Security, diz que o presidente transformou o instrumento em "ataque econômico em larga escala" para forçar mudanças de postura em governos estrangeiros.

Entretanto, Kilcrease avalia que o caso não é claro. A Suprema Corte pode decidir a favor de Trump, já que o IEEPA concede "poderes amplos e flexíveis" ao presidente em situações de emergência.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 04/11/2025

INTERNACIONAL - BYD REGISTRA QUEDA DE VENDAS NA CHINA À MEDIDA QUE INCENVOS PARA O SETOR DIMINUuem

País asiático eliminou um crédito fiscal de US\$ 7.500 para cada compra de veículo elétrico no último mês de setembro

Do Estadão Conteúdo



Enquanto exportações da BYD aumentaram, suas vendas ao mercado chinês caíram 24%

Os compradores de carros americanos acabaram de perder os benefícios fiscais federais para veículos elétricos. Ao mesmo tempo, os incentivos chineses também estão diminuindo, o que deve pressionar as vendas de carros elétricos em outro mercado chave para a Tesla.

Até agora, neste ano, as vendas de veículos elétricos têm sido sólidas. Em outubro, a líder chinesa de veículos elétricos BYD entregou 222.559 carros totalmente elétricos, um aumento de 17% em relação ao mesmo período do ano passado.

No entanto, a BYD entregou um total de 441.706 veículos, incluindo híbridos plug-in, uma queda de 11% em relação ao ano passado. Além disso, exportou 83.542 veículos, um aumento de 188% em relação ao ano anterior, o que significa que as vendas domésticas foram de 358.164 veículos, uma queda de 24% em relação ao ano passado.

O mercado de carros novos na China parece estar desacelerando. Isso não é bom para os fabricantes de automóveis chineses, nem para a Tesla. Esta última faz muitos negócios no país: as vendas na China representaram mais de 20% da receita da Tesla em 2024.

Os cortes nos subsídios chineses ocorrem mediante a eliminação pelo governo do crédito fiscal de US\$ 7.500 para compra de veículos elétricos em setembro. Compradores correram antes do vencimento do benefício. O que acontece no quarto trimestre e nos períodos subsequentes é o que gera apreensão entre os investidores.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 04/11/2025

INTERNACIONAL - CHINA E UE REAFIRMAM COMPROMISSO COM ESTABILIDADE DE CADEIAS EM MEIO A CONTROLES DE EXPORTAÇÃO

Segundo comissário do Comércio da União Europeia, Maros Sefcovic, Pequim confirmou que a suspensão dos controles de exportação de outubro se aplica ao bloco

Por *Estadão Conteúdo*

A China e a União Europeia concordaram em manter o diálogo para promover a estabilidade e a "fluidez" das cadeias industriais e de suprimentos entre as duas economias, informou o Ministério do Comércio chinês em comunicado divulgado após reuniões em Bruxelas.

O encontro ocorreu entre 31 de outubro e 1º de novembro, reunindo o diretor do Departamento de Segurança e Controle do Ministério chinês, Jiang Qianliang, e o vice-diretor-geral da Direção-Geral de Comércio da Comissão Europeia, Denis Redonnet, em uma rodada "aprimorada" do Diálogo China-UE sobre Controle de Exportações. Segundo o comunicado, as partes mantiveram "comunicações aprofundadas e construtivas" sobre temas de interesse mútuo.

Em publicação no X, o comissário do Comércio da UE, Maros Sefcovic, descreveu as conversas como "construtivas" e disse que a China confirmou que a suspensão dos controles de exportação de outubro se aplica ao bloco europeu. Ele acrescentou que "ambos os lados reafirmaram o compromisso de continuar o engajamento para melhorar a implementação das políticas de controle de exportações".

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 04/11/2025

INTERNACIONAL - TRUMP DECLARA QUE CHIPS MAIS AVANÇADOS DA NVIDIA SERÃO EXCLUSIVOS DOS EUA

Medida impede que China e outros países restrinjam a compra do chip Blackwell, mais recente produto da fabricante.

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, anunciou que os chips de inteligência artificial (IA) mais avançados da Nvidia, baseados na arquitetura Blackwell, serão reservados exclusivamente para empresas americanas.

A decisão exclui a China e outras nações, sinalizando uma potencial intensificação nas restrições de exportação de semicondutores de ponta para Pequim. A declaração foi feita durante uma entrevista à CBS e a repórteres a bordo do Air Force One, sugerindo um endurecimento na política de controle de exportação, indo além das indicações anteriores de autoridades americanas.

O foco da restrição está no chip Blackwell, a mais recente e poderosa arquitetura de GPU da Nvidia, que possui 208 bilhões de transistores e um mecanismo Transformer de segunda geração, representando um salto em desempenho e eficiência para o desenvolvimento de IA.

Apesar do bloqueio total à versão mais avançada, Trump não descartou a possibilidade de a China adquirir uma versão "atenuada" (scaled-down) do chip Blackwell. "Nós os deixaremos negociar com a Nvidia, mas não em termos dos mais avançados", afirmou.

Essa possibilidade, contudo, gerou críticas de congressistas em Washington, que temem que mesmo uma versão menos potente possa impulsionar as capacidades militares e o desenvolvimento de IA da China. O congressista republicano John Moolenaar, presidente do Comitê Seletivo da Câmara sobre a China, comparou a medida a "dar urânio de grau de arma ao Irã".

Nvidia e a importância do mercado chinês

A Nvidia, a empresa mais valiosa do mundo em capitalização de mercado, tem se manifestado contra as restrições, argumentando que elas prejudicam a competitividade dos EUA e que o acesso ao mercado chinês é fundamental para financiar pesquisa e desenvolvimento.

Recentemente, o CEO da Nvidia, Jensen Huang, afirmou que a empresa não buscou licenças de exportação para a China, citando que Pequim deixou claro que "não quer a Nvidia lá agora". Apesar das restrições, a Nvidia havia anunciado que fornecerá mais de 260.000 chips Blackwell para a Coreia do Sul e suas maiores empresas, incluindo a Samsung Electronics.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 04/11/2025

INTERNACIONAL | OPINIÃO – GEOPOLÍTICA - A SENTENÇA DE BLACKWELL E O CHOQUE NA CORRIDA TECNOLÓGICA CHINESA

ROBSON CHAVES

Consultor de comércio exterior, especialista em Geopolítica e Economia Chinesa e professor universitário

opiniao@portalbenews.com.br

As recentes declarações do presidente Donald Trump, de que os chips de inteligência artificial (IA) mais avançados da Nvidia, baseados na arquitetura Blackwell, serão reservados exclusivamente para empresas americanas, são, concretamente, um ponto de inflexão decisivo na guerra fria tecnológica entre Washington e Pequim. Agindo como um guardião severo, Trump não apenas reforça a política de restrição de exportação, mas ainda sentencia a China a uma luta mais árdua e

demorada para alcançar a paridade em IA. Esta decisão ressalta a importância estratégica dos processadores de última geração na economia global e levanta questões críticas sobre o futuro da inovação e da interdependência comercial.

A arquitetura Blackwell da Nvidia representa o ápice atual da computação para IA, essencial para o treinamento de grandes modelos de linguagem (LLMs) e para impulsionar a próxima geração de inovações. Trata-se do "combustível" que move a Quarta Revolução Industrial. Ao barrar o acesso da China a este superchip, Washington não está apenas negando um produto; está negando a capacidade de acelerar a pesquisa e o desenvolvimento (P&D) chinês em áreas críticas como robótica, computação quântica e, crucialmente, poder militar baseado em IA.

A tática de Trump, embora politicamente motivada pela segurança nacional, traz consigo implicações econômicas complexas, especialmente para a Nvidia. O CEO Jensen Huang reconheceu publicamente a necessidade da receita chinesa, um mercado anteriormente responsável por uma fatia substancial de seus lucros, para financiar a P&D nos EUA. A ausência da China, que já sinaliza o desenvolvimento de alternativas nacionais, força a Nvidia a se reorientar e, potencialmente, a aceitar um crescimento mais lento em nome do alinhamento geopolítico.

Para a China, o impacto imediato é um "choque de tempo". A corrida tecnológica é, em grande parte, uma corrida contra o relógio. Cada geração de chips perdida ou atrasada custa meses de desenvolvimento e bilhões em investimentos que poderiam ser usados para avançar em outras frentes. Embora o país esteja investindo pesadamente no desenvolvimento de semicondutores e software de IA domésticos, um movimento de "autossuficiência" acelerado pelas sanções americanas, a substituição da tecnologia de ponta da Nvidia é uma tarefa monumental.

Nesse cenário, a China tem respondido de duas maneiras. Uma delas é a aceleração da capacidade doméstica: A crescente pressão sobre empresas locais para "comprar Chinês" e a injeção de capital maciço em fabricantes como a Huawei e a SMIC demonstram a urgência de Pequim em fechar a lacuna de semicondutores. E a segunda estratégia é se adaptar a versões tecnológicas limitadas: A Nvidia já havia criado chips "capados" (como o H20), versões menos potentes para cumprir regulamentos anteriores, embora seu sucesso no mercado chinês tenha sido limitado, como relatam fontes da indústria. As restrições do Blackwell, no entanto, tornam o desafio ainda maior, forçando a China a se contentar com tecnologias de um ou dois anos de defasagem ou a investir ainda mais em otimizações de software para compensar o déficit de hardware.

No xadrez geopolítico, o chip Blackwell não é apenas um componente, é uma arma estratégica. A capacidade de processar dados em altíssima velocidade é o que diferencia o poderio militar e econômico moderno. Ao proibir a exportação, os EUA buscam manter uma assimetria de poder que consideram vital para a segurança global.

As negociações de alto nível entre Trump e Xi Jinping, que pareciam sugerir uma possível trégua ou um canal para a retomada de alguns negócios da Nvidia, foram rapidamente neutralizadas pela declaração do presidente americano. Isso sinaliza que, embora as relações comerciais possam ter pequenos recuos (como a redução de tarifas em terras raras ou a retomada da compra de soja), a questão da tecnologia de ponta em IA é uma "linha vermelha" que Washington não está disposto a cruzar.

A longo prazo, essa escalada tem um efeito colateral preocupante: a fragmentação da cadeia de suprimentos global. Ao se fechar, os EUA incentivam a China a criar um ecossistema tecnológico totalmente autônomo, o que, embora difícil, é possível. Se a China conseguir, o mundo terá dois padrões tecnológicos distintos e concorrentes, o que representa um risco para a eficiência econômica global e para a cooperação científica. A decisão de Trump pode, ironicamente, solidificar a determinação de Pequim em se tornar totalmente independente da tecnologia ocidental.

O destino do Blackwell é um lembrete contundente de que, na era da IA, o silício é o novo petróleo. E o controle sobre quem o refina e o distribui é o poder mais importante do século XXI.

NO XADREZ GEOPOLÍTICO, O CHIP BLACKWELL NÃO É APENAS UM COMPONENTE, É UMA ARMA ESTRATÉGICA. A CAPACIDADE DE PROCESSAR DADOS EM ALTÍSSIMA VELOCIDADE É O QUE DIFERENCIARÁ O PODERIO MILITAR E ECONÔMICO MODERNO. AO PROIBIR A EXPORTAÇÃO, OS EUA BUSCAM MANTER UMA ASSIMETRIA DE PODER QUE CONSIDERAM VITAL PARA A SEGURANÇA GLOBAL

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 04/11/2025



JORNAL O GLOBO – RJ

EMBRAER LUCRA R\$ 289 MILHÕES NO 3º TRIMESTRE, MAS SOFRE IMPACTO DE TARIFA DE TRUMP MESMO COM EXCEÇÃO

Fabricante de aeronaves brasileira foi afetada pela 'tarifa recíproca' universal de 10% estabelecida por Trump para importados pelos americanos

Por AFP — Brasília



Aeronave E195-E2, da Embraer — Foto: Divulgação/Embraer

A Embraer teve um lucro líquido de R\$ 289,4 milhões no terceiro trimestre de 2025, apesar do impacto das tarifas de Donald Trump sobre os resultados de sua divisão de jatos executivos, informou hoje a companhia.

A fabricante brasileira de aeronaves conseguiu evitar a maior parte das tarifas punitivas impostas em agosto pelo presidente americano sobre os produtos brasileiros exportados para os EUA, seu principal mercado, mas foi penalizada pela "tarifa recíproca" universal de 10% que o presidente americano havia estabelecido em abril. No entanto, a empresa está otimista sobre as negociações entre EUA e Brasil.

Mesmo na lista de exceções da sobretaxa de 40% de agosto — que levou itens como carnes e calçados a enfrentar uma tarifa total de 50% nos EUA —, o tarifaço afetou a Embraer. A empresa havia reportado lucro de R\$ 1,2 bilhão no terceiro trimestre de 2024.

— As peças que a Embraer envia para os Estados Unidos para a montagem dos aviões executivos sofrem o pagamento da alíquota e isso aumenta as despesas da Embraer e deixa o produto mais caro — explicou seu CEO, Francisco Gomes Neto, em uma apresentação virtual dos resultados.

O pagamento de tarifas aos Estados Unidos pelo envio de peças aos EUA totalizou US\$ 17 milhões (cerca de R\$ 90 milhões na cotação atual) durante o trimestre, apontam as demonstrações financeiras.

No entanto, a empresa atingiu R\$ 10,9 bilhões em receitas no terceiro trimestre, um recorde de vendas para o período. Ela também alcançou a sua maior carteira de encomendas de sua história: de US\$ 31,3 bilhões (cerca de R\$ 167 bilhões na cotação atual) em aviões a serem entregues.

— Continuamos confiantes em nossas perspectivas e estamos no caminho certo para atingir nossas metas para 2025 — afirmou Antonio Carlos García, vice-presidente executivo de Finanças da Embraer.

A terceira maior fabricante de aeronaves do mundo, depois da europeia Airbus e da americana Boeing, entregou 62 aviões entre julho e setembro, três a mais do que no mesmo período de 2024.

O lobby da Embraer junto com outras grandes companhias brasileiras teria ajudado a desbloquear o diálogo entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e Trump. Gomes Neto, CEO da Embraer, estava na comitiva do brasileiro.

O presidente dos EUA impôs algumas das tarifas mais altas do mundo a produtos do Brasil, por considerar que havia uma "caça às bruxas" contra o ex-presidente Jair Bolsonaro, condenado em setembro por tentativa de golpe de Estado. Trump e Lula se encontraram há algumas semanas na Malásia para discutir as tarifas e abriram uma negociação estreitamente comercial entre os dois países.

— Estamos muito positivos com esse processo — disse Gomes Neto, lembrando que, nas negociações com Reino Unido, União Europeia e Japão, os Estados Unidos concordaram em suspender todas as sobretaxas impostas a peças de aeronaves.

Fonte: *O Globo - RJ*

Data: 04/11/2025

UE ABRE INVESTIGAÇÃO SOBRE A OFERTA CHINESA DE COMPRAR AS MINAS DE NÍQUEL DA ANGLO AMERICAN NO BRASIL

Segundo o bloco, a operação, de US\$ 500 milhões, poderia permitir à MMG restringir o fornecimento de feroníquel aos fabricantes europeus de aço e, consequentemente, aumentar seus custos de produção

Por AFP — Bruxelas



Vista aérea do projeto de níquel Barro Alto, da Anglo American, no Brasil — Foto: Simon Rutter / Anglo-American/Anglo American

A União Europeia anunciou nesta terça-feira uma investigação sobre o plano da multinacional mineradora Anglo American de vender seu negócio de níquel no Brasil ao grupo MMG, controlado por uma empresa estatal chinesa.

O acordo, anunciado em fevereiro, abre caminho para que a MMG compre por US\$ 500 milhões duas operações de feroníquel no Brasil — Barro Alto e Codemin — além de outros dois projetos, Jacaré e Morro Sem Boné.

Mas, segundo a Comissão Europeia, a operação poderia permitir à MMG restringir o fornecimento de feroníquel — uma liga utilizada na produção de aço inoxidável — aos fabricantes europeus de aço e, consequentemente, aumentar seus custos de produção.

Em comunicado conjunto, MMG e Anglo American afirmaram que, embora não acreditem que o acordo apresente problemas de concorrência, trabalharão com os órgãos da UE para responder de forma abrangente a quaisquer questões pendentes.

A aquisição dos ativos da Anglo reforça o forte controle das empresas chinesas sobre o fornecimento global de níquel. A MMG tem ações listadas em Hong Kong, mas seu acionista controlador é a estatal chinesa China Minmetals.

Além da UE, o acordo também recebeu críticas nos Estados Unidos, com o Instituto Americano do Ferro e do Aço pedindo que a Casa Branca intervenha, alegando que a transação poderia dar à China maior controle sobre as reservas globais de níquel.

As empresas haviam tentado evitar uma investigação completa da UE oferecendo um compromisso em que a Anglo compraria da MMG o fornecimento de ferroníquel proveniente das minas de Codemin e Barro Alto, no Brasil, mas os reguladores consideraram a medida insuficiente.

A Bloomberg havia noticiado anteriormente o plano de abrir uma investigação mais profunda.

As chamadas investigações de “Fase 2” da UE geralmente acrescentam cerca de 90 dias úteis às análises de fusões, mas podem se estender caso os reguladores interrompam o prazo para exigir mais dados.

O braço antitruste da UE normalmente exige soluções robustas para resolver preocupações concorrenciais, mas às vezes concede aprovação incondicional se as preocupações iniciais se mostrarem infundadas.

Fundada em 1917 na África do Sul pelo industrial alemão Ernest Oppenheimer, a Anglo American é uma das maiores companhias mineradoras do mundo, listada tanto em Londres (onde fica sua sede) quanto em Joanesburgo.

O grupo está reorganizando sua estrutura para dividir seus negócios em diferentes unidades, que incluem carvão metalúrgico, platina e diamantes, além de cobre, minério de ferro e fertilizantes.

De acordo com a legislação da União Europeia, o bloco pode controlar operações de fusão, mesmo entre empresas fora da UE, se essas afetarem os mercados europeus.

Fonte: *O Globo - RJ*

Data: 04/11/2025

SERIA 'IRRESPONSABILIDADE' DIZER QUE BRASIL NÃO VAI MAIS USAR PETRÓLEO, DIZ LULA SOBRE LICENÇA NA FOZ DO AMAZONAS

Presidente afirmou que não haverá improvisação por parte da Petrobras na exploração de óleo na região

Por Ivan Martínez-Vargas — Brasília



Sonda NS-42 (ODN-II), usada pela Petrobras em simulação na Bacia Foz do Amazonas, na Margem Equatorial — Foto: Divulgação/Foresea/Petrobras

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu nesta terça-feira a concessão, pelo Ibama, da licença de operação para que a Petrobras perfure um poço exploratório localizado em águas profundas do Amapá, a 500 quilômetros da foz do Rio Amazonas e a 175 quilômetros da costa, na Margem Equatorial brasileira. Lula disse que seria irresponsável afirmar que o Brasil não vai explorar petróleo porque o país não pode,

ainda, substituir o combustível fóssil.

— Eu não quero ser líder ambiental. Nunca reivindiquei. Quero fazer as coisas que os especialistas e meu governo, as pessoas de minha confiança, dizem que tem que fazer. Seria incoerente se eu, em um ato de irresponsabilidade, dissesse que não vamos mais usar petróleo. Porque não sobreviveríamos sem isso. E poucos países estão mais próximos do que nós de sobreviver sem isso — diz Lula.

Por meio desta pesquisa exploratória, a Petrobras busca obter mais informações geológicas e avaliar se há petróleo e gás na área em escala econômica e em que concentração. Não há produção de petróleo nessa fase.

Lula diz não ver contradição entre a realização da COP30 e o anúncio da licença pelo Ibama, que enfrenta ressalva de ambientalistas, mas é defendida por aliados-chave do governo, como o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP).

— Se eu fosse um líder falso e mentiroso, eu esperaria passar a COP para anunciar (a licença para a realização de estudos na Margem Equatorial). Mas, se eu fizesse isso, estaria sendo pequeno diante da importância do que significa você fazer um teste na Margem Equatorial. Temos autorização para fazer o teste. Se a gente encontrar o petróleo que se pensa que tem, vai ter que começar tudo outra vez para dar a licença — afirmou Lula a jornalistas.

O presidente concedeu uma entrevista a agências internacionais em Belém, cidade que vai sediar a Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima nas próximas semanas.

— Nós iremos fazer, se tiver que explorar, da forma mais cuidadosa que alguém pode fazer. Nós não vamos colocar em risco uma coisa que nós acreditamos que faz bem para a humanidade (a região Amazônica). Agora, o Brasil é um país pobre. (...) Se você tiver (petróleo), tem que saber como explorar e como evitar qualquer risco — disse Lula.

Lula voltou a dizer que a Petrobras "é a empresa mundial com a maior competência de prospecção em águas profundas do mundo" e que "os cuidados já foram tomados" para evitar eventuais desastres ambientais na região.

— Não haverá improvisação. Não é porque a gente precisa (explorar petróleo) que a gente vai fazer as coisas mal feitas, porque o prejuízo seria maior — afirmou o presidente.

O presidente também criticou discursos que defendem o fim imediato da exploração de petróleo no mundo.

— Temos gente que acha que nós não devemos explorar petróleo em lugar nenhum. Está cheio de gente que fala isso. Mas isso sim é incoerente, se você não apresenta uma alternativa. Eu acabo o petróleo e vou utilizar o quê? Temos que ter responsabilidade como chefe de Estado — disse.

Lula disse que o momento de fazer a prospecção na Margem Equatorial é agora pelo que chamou de "oportunidade tecnológica". — Não tem muita sonda no mundo à disposição. Então nós fizemos proveito do tempo e vamos lá, deixa eu testar para ver o que é que tem e depois nós vamos saber como é que a gente vai fazer para explorar aquilo com o cuidado que temos que ter com a nossa Amazônia.

Fonte: *O Globo - RJ*

Data: 04/11/2025

JBS VAI PAGAR US\$ 1,1 MI PARA ENCERRAR PROCESSO AMBIENTAL EM NY

Ação acusava a maior processadora de carne do mundo de enganar o público sobre a redução do impacto ambiental de suas operações

Por Bloomberg — Nova York

A JBS, maior processadora de carnes do mundo, concordou em pagar US\$ 1,1 milhão para encerrar um processo judicial movido pelo estado de Nova York, que acusava a empresa de enganar o público sobre a redução do impacto ambiental de suas operações.

Como parte do acordo, anunciado pela procuradora-geral de Nova York, Letitia James, a JBS concordou em revisar a linguagem relacionada ao marketing ambiental da empresa e em produzir relatórios anuais para o gabinete da procuradora-geral.



JBS vai pagar quantia milionária para encerrar processo ambiental em NY — Foto: Chet Strange/Bloomberg

"Os nova-iorquinos merecem saber a verdade quando se trata do impacto ambiental dos produtos que compram", disse Letitia em comunicado à imprensa. "Meu gabinete sempre responsabilizará as empresas quando elas enganarem os nova-iorquinos e prejudicarem nosso planeta."

Em comunicado, a JBS afirmou que o acordo "não reflete uma admissão de culpa". A unidade da empresa nos EUA declarou que "continua empenhada em promover a agricultura sustentável".

"Mantemos o foco contínuo em investir em soluções práticas que fortaleçam a resiliência do sistema alimentar", acrescentou a empresa em nota.

A JBS foi processada por Letitia em fevereiro de 2024, acusada de alardear seus esforços para atingir "emissões líquidas zero" de gases de efeito estufa até 2040, apesar de "não ter um plano viável" para cumprir essa meta.

Um tribunal de Nova York rejeitou o processo de Letitia James no início deste ano, mas concedeu ao gabinete da procuradora-geral 90 dias para apresentar uma nova versão da denúncia.

O acordo surge menos de cinco meses após a JBS começar a negociar suas ações na bolsa de Nova York. A tão aguardada listagem da empresa nos Estados Unidos provou ser altamente controversa, o que atraiu a atenção de parlamentares em Washington e enfrentou forte oposição de grupos de ambientalistas.

O pagamento de US\$ 1,1 milhão será feito ao Programa de Saúde e Resiliência do Solo de Nova York, da Faculdade de Agricultura e Ciências da Vida da Universidade Cornell, com o objetivo de "apoiar a agricultura climática inteligente", segundo os termos do acordo.

O gabinete de Letitia afirmou que os fundos "ajudarão os agricultores de Nova York a adotar as melhores práticas para reduzir as emissões, aumentar a resiliência e aprimorar a produtividade".

Fonte: O Globo - RJ

Data: 04/11/2025

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

AJUSTE FISCAL DE LULA EM 2027 SERIA ESTELIONATO ELEITORAL, ELE NÃO VENDERÁ ISSO, DIZ MARCOS MENDES

Para economista, o mundo está sob o 'signo do populismo' e chance de ajuste fiscal no Brasil é baixa
Por Alvaro Gribel

BRASÍLIA - O economista Marcos Mendes tem baixa expectativa de que o Brasil consiga implementar uma agenda de ajuste fiscal em 2027, após as eleições presidenciais do ano que vem.

Se a vitória for do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ele avalia como “zero” a chance de reequilíbrio das contas públicas: “Eu acho que um ajuste fiscal (de Lula) será um tremendo estelionato eleitoral, porque ele não vai fazer campanha nesses termos. Ele vai fazer campanha prometendo mais coisas”, apostila.

Já em caso de vitória da oposição, Mendes vê uma chance apenas “marginal” de um ajuste efetivo, “que não será suficiente para tirar o País de uma escalada da dívida pública e de uma taxa de juros de equilíbrio mais alta”, diz.

Ele entende que o mundo vive um momento de populismo na área fiscal, com agendas de expansão de gastos nas maiores economias do mundo, e que o debate polarizado das redes sociais torna o quadro ainda mais difícil para que os governantes implementem essa agenda.

O cenário, para ele, é de que o ajuste será feito da pior forma no País: via aumento da inflação (uma forma de calote disfarçado na dívida), com o Banco Central em algum momento “jogando a toalha” do controle sobre os preços.

A seguir, os principais trechos da segunda entrevista da série “Ajuste fiscal: A encruzilhada do próximo governo”, concedida ao Estadão.



'Efetivamente, o arcabouço não deu certo', diz Marcos Mendes Foto: Wilton Junior/Estadão

O Brasil tem um encontro marcado com o ajuste fiscal em 2027, ganhe situação ou oposição?

Infelizmente, acho que não temos esse encontro marcado, mas a gente deveria ter. O mundo político brasileiro e o cenário internacional estão sob o signo do populismo. Ele tem duas características. A primeira é entregar o máximo de benefícios no curto prazo e não se preocupar com o custo, deixar para frente. E a segunda é criar inimigos, fazer o “nós contra eles”, criar polarização, dividir a sociedade para mobilizar a militância e conseguir colocar a culpa nos outros do que não está dando certo.

Qual a sua visão em caso de reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva?

Se o Lula for reeleito, é zero a chance de ajuste fiscal. Porque um ajuste fiscal será um tremendo estelionato eleitoral, ele não vai fazer campanha nesses termos. Ele vai fazer campanha prometendo mais coisas, prometendo passagem de graça, mais aumento de salário mínimo, como fez na última campanha e como tem governado.

O que o Brasil terá de fazer para evitar o colapso das contas públicas no próximo governo?
Judiciário e Legislativo têm de aceitar que não se cria recurso do nada, diz Mendonça de Barros

E no caso de vitória da oposição?

Se alguém da oposição for eleito, você tem chance de um ajuste marginal que não será suficiente para tirar o País de uma escalada da dívida pública e de uma taxa de juros de equilíbrio mais alta. Alguns ajustes fiscais você pode ter, mas longe daquilo que é necessário.

Por quê?

Se nós tivermos uma mudança de governo, vai ser algum partido com base no Centrão. E o Centrão é cliente de políticas de expansão fiscal, emendas parlamentares, benefícios fiscais, tem uma conexão muito grande com lobbies específicos de determinado setor de economia. Então, você vai ter que ter um trabalho de coordenação do Executivo muito grande, uma capacidade política de criar uma coalizão, de distribuir poder, de fazer as lideranças partidárias enquadrarem os seus deputados e senadores, de forma a fazer reformas. Aí você teria alguma chance de alguma reforma marginal,

mas nem de perto do que precisa ser feito de estrutural para fazer a dívida pública cair e fazer a taxa de juros de equilíbrio cair.

E qual a consequência desses cenários?

O que estamos vendo no cenário internacional? Uma leniência muito grande com o desequilíbrio fiscal. Tem o (presidente dos EUA, Donald) Trump aprovando déficits primários grandes, déficit nominal na faixa de 6% do PIB. A França com a dificuldade muito grande de fazer ajuste. A Europa tendo que gastar para se rearmar. Na parte monetária, Trump comandando um assédio ao Banco Central para reduzir taxas de juros. Quando isso aparece lá fora, acaba se internalizando no Brasil e, com isso, deixa de ter aquela pressão para ajustar.

O que mais te preocupa ao olhar para as contas públicas?

Quando o arcabouço fiscal foi lançado, o Ministério da Fazenda fez uma apresentação em que projetava a dívida bruta para 2026 em 76% ou 77% do PIB, no pior cenário. Ela vai estar em 83% ou 84%. Efetivamente, o arcabouço não deu certo. Além disso, eles criaram uma série de artifícios para gastar por fora do Orçamento, seja liberando dinheiro para fazer operação de crédito, seja criando despesa fora do Orçamento, como o programa Pé-de-Meia. Somando tudo isso, você está tendo uma expansão fiscal muito maior do que aparece nos números. Esse é o primeiro ponto.

O que mais?

O segundo ponto é que você não consegue fazer no Brasil um ajuste fiscal radical de um dia para o outro. Há muita indexação, muita despesa obrigatória, despesas vinculadas ao crescimento da receita. Tem que fazer ajuste ao longo do tempo. Mas tem que começar logo, porque dado que não se consegue fazer abruptamente, não se pode esperar chegar uma crise para fazer na crise. Mas isso parece que acaba tirando o incentivo para o ajuste, porque o custo político é maior do que os ganhos de curto prazo.

Qual seria o item número um dessa agenda de reformas?

Sem dúvida, a política de salário mínimo. Dar aumentos reais (acima da inflação) todos os anos para o salário mínimo, com o impacto na Previdência e na assistência social, é insustentável. Isso em dez anos come metade da reforma da Previdência que foi feita em 2019. Se você parar de aumentar o salário mínimo acima da inflação, corrigir só pela inflação, no primeiro ano o ganho vai ser desprezível, cerca de R\$ 15 bilhões. Mas, no décimo ano, essa diferença vai estar em R\$ 240 bilhões.

É melhor trocar o arcabouço fiscal ou tentar inserir despesas dentro do teto da regra?

A sociedade brasileira já provou que não tem maturidade para obedecer teto de gastos. Teve o teto de gastos no governo Temer, foi furado. Esse governo fez um outro teto, foi furado. Não adianta passar um ano discutindo uma nova lei de regra fiscal para, no dia seguinte em que a lei for aprovada, a começar a ser desrespeitada. O governo tem que partir para as reformas que efetivamente precisam ser feitas.

Quais?

Nós não temos coesão social suficiente para acreditarmos que estamos todos no mesmo barco e precisamos fazer esse ajuste. Fica cada um querendo passar na frente. Então, a gente tem que ir para as reformas. Tem que reformar a política de salário mínimo. Tem que desindexar despesas em relação à receita. Tem que reformar o microempreendedor individual, que é uma bomba previdenciária. Tem que criar mecanismos para evitar novas bombas fiscais, como a recente aprovação da PEC da Previdência dos Agentes Comunitários de Saúde. A Previdência dos militares tem que entrar na conta. Regra para os supersalários, revisar benefícios tributários. A velha história do abono salarial, que não acaba nunca. Redesenhar o seguro-desemprego. Tem uma agenda imensa que pode ser feita, mas que é muito difícil de fazer.

Como os candidatos vão promover esses tipos de medidas em um mundo polarizado e dominado pelas redes sociais?

É muito difícil. Você tem que criar o convencimento da sociedade de que aquilo é necessário. Você tem que fazer o diálogo. E, nesse ambiente de você querer lacrar em rede social, não há espaço

para diálogo. Lacração não é diálogo. Então, esse é mais um fator que dificulta muito. A gente precisa que surja uma liderança que consiga unir Executivo e Legislativo para abrandar essa pressão que vem de fora.

E o papel do Poder Judiciário nessa discussão?

O Judiciário entra de duas formas. Uma é a politização do Judiciário. Juízes do Supremo (Tribunal Federal) tomando decisões com um viés político muito forte. E a segunda é a judicialização de políticas públicas. Chegam ações no STF ou no STJ (Superior Tribunal de Justiça) questionando determinada política pública e os juízes expandem aquela política pública para outras áreas. Isso aumenta muito os gastos.

O sr. é muito crítico ao crescimento das emendas parlamentares. Elas são parte do problema?

Isso é um fenômeno totalmente brasileiro. Não existe em outros lugares do mundo nas dimensões que acontecem aqui. Nos EUA, representa 1% da despesa discricionária (não obrigatória). Aqui, já passou de 20%. É o interesse privado eleitoral de cada parlamentar, que captura o Orçamento público. Você cria um desequilíbrio na competição eleitoral. Alguém que não é parlamentar vai estar concorrendo contra alguém que está com um bolso cheio de dinheiro para distribuir para o seu eleitorado, ou para beneficiar o financiador da sua campanha. É preciso que a imprensa continue denunciando todos os dias os casos de corrupção das emendas para conseguir mudar.

E a reforma administrativa? O deputado Pedro Paulo apresentou um projeto amplo sobre isso.

O projeto do deputado Pedro Paulo (PSD-RJ) é muito interessante porque ele sai desse padrão de um grupo de pressão, de um lobby que foi lá e colocou um projeto na mão de um parlamentar e esse projeto ganhou protagonismo. Pedro Paulo fez um trabalho de parlamentar com P maiúsculo.

O sr. fez muitos alertas sobre o chamado ‘parafiscal’. O governo recuou dessas medidas?

O governo está tentando se defender, porque o TCU (Tribunal de Contas da União) acordou. O TCU está com um relatório para sair, está aguardando a defesa do próprio governo, mas o governo continua fazendo isso. Ele acabou de lançar um regime especial para data centers que tem mais um mecanismo de criatividade fiscal. A expansão fiscal existe, a pressão sobre a demanda existe, o aumento sobre os preços existe, a necessidade de financiar a dívida para o governo continua existindo, os agentes econômicos acabam percebendo, a taxa de juros fica alta, mas o governo vai fazendo aquele jogo de engano.

Como que a gente compara isso com o governo Dilma Rousseff?

A grande diferença é que, no período da Dilma, ninguém estava preparado para isso; a sociedade não estava preparada, não estava escaldada. Então, quando a sociedade percebeu, a coisa já estava em uma dimensão enorme. Mas a dívida naquela época era de 50% do PIB; hoje, está em 80%. Não precisa ter um estrago tão grande quanto aquele para ter as mesmas consequências econômicas, porque a gente está em situação pior em termos de finanças públicas.

O que seria esse pior cenário, uma disparada da inflação?

Se não fizer nada, o ajuste é via inflação, não tenho a menor dúvida. Esse processo vai acontecer por meio de um esgotamento da política monetária do Banco Central. Em algum momento, o Banco Central vai jogar a toalha, vai reduzir a taxa de juros, vai deixar a demanda correr mais frouxa. Aí as expectativas ficam desancoradas. Esse processo é muito rápido.

Há uma corrente de economistas que entende que a culpa da piora do fiscal é do Banco Central, pelo gastos com juros. Mas se o governo tem déficit primário, ele está se endividando mais, como funciona esse processo?

Se o governo tem déficit primário, ele não está arrecadando o suficiente para pagar a despesa não financeira dele. Então, ele está tendo que se endividar mais para pagar os juros e o principal da dívida que está vencendo, e também se endividar para pagar o adicional do que ele não está cobrindo nas contas do dia a dia. Por isso, é preciso voltar a ter superávit primário, não reduzir juros na marra.

O governo atual, de uma certa forma, empurrou o problema fiscal com a barriga. O próximo poderá fazer isso?

Estou vendo muita complacência do mercado financeiro com a questão fiscal, tanto interno quanto externo. Eventualmente, o próximo governo consegue empurrar mais um ano (o ajuste), mas essas coisas mudam abruptamente. As crises não vão se anunciando devagarinho. Acontece um fato diferente, acontece uma crise fora, aumenta a desconfiança em relação às emergências, e tudo muda. O Brasil não pode esperar mais para enfrentar essa agenda.

O Brasil fez muitas reformas nos últimos anos: Previdência, trabalhista e agora tributária. Elas não deveriam ser um anteparo para esse risco de crise?

De fato, fizemos muitas reformas que impediram o País de ir para uma situação tão crítica como, por exemplo, a da Argentina. Mas elas não garantiram significativo aumento no potencial de crescimento da economia nem o equilíbrio das contas públicas. Isso se deve, basicamente, a três fatores. O primeiro é que parte das reformas foi aprovada de forma mitigada. O segundo é que houve significativas contrarreformas, que desmontaram parte das reformas realizadas, por ação dos três Poderes. O terceiro é que reformas fundamentais para destravar o crescimento não ocorreram.

Fonte: *O Estado de São Paulo - SP*

Data: 04/11/2025

COSAN NÃO SALVA FIASCO DE 2025 EM AÇÕES, MAS SINALIZA QUE HÁ APETITE

Operações movimentaram R\$ 6,2 bilhões no ano até agora, baixa de 76% frente a 2024

Por Altamiro Silva Junior (Broadcast) e Cynthia Decloedt (Broadcast)



Transação da Cosan, dona da Rumo, fechada na segunda-feira, movimentou R\$ 1,8 bilhão Foto: Tiago Queiroz/Estadão - 22/10/2012

A oferta de ações da Cosan, fechada ontem, 3, e que movimentou R\$ 1,8 bilhão, não salva 2025 como um dos piores anos para ofertas de ações da última década. Com essa operação, o volume levantado até agora no ano é de R\$ 6,2 bilhões, queda de 76% na comparação com o mesmo período de 2024, que já havia sido um ano fraco, de acordo com dados da Associação Brasileira das Entidades dos Mercado

Financeiro e de Capitais (Anbima). Mas a forte demanda pelos papéis, que chegou a R\$ 9 bilhões, vinda de grandes investidores institucionais, sinaliza que há apetite por ações no mercado, embora não a qualquer preço e não para qualquer empresa, na visão de banqueiros e gestores de recursos.

A Cosan ainda faz nesta semana uma nova oferta subsequente de ações (follow-on), que deve ficar em R\$ 1 bilhão. Mesmo com mais essa operação, que levaria o total do ano para R\$ 7,2 bilhões, os números estão longe de períodos bons para o mercado de renda variável. Em 2022, foram R\$ 57 bilhões captados com ofertas de ações. Em 2021, foram R\$ 128 bilhões e, antes da pandemia, em 2019, foram R\$ 90 bilhões.

Na oferta de ações da Cosan, a ação saiu a R\$ 5,00, um desconto de 20% em relação ao preço de tela que o papel vinha sendo negociado. Por isso, gestoras de recursos e o varejo se animaram a comprar o papel, apesar da proibição de venda da ação (lockup) por dois anos, algo inédito no mercado brasileiro. Esse tipo de trava é colocado para impedir que o investidor seja atraído pelo lucro, comprando o papel com desconto na oferta e vendendo no dia seguinte no mercado, um tipo de estratégia muito comum em ofertas iniciais de ações (IPOs, em inglês).

Mais operações devem ocorrer em 2026

Para banqueiros da Faria Lima, com a tendência de corte de juros começando em janeiro, 2026 deve ter mais ofertas de follow-on, incluindo de operações menores. Foi o caso da Pague Menos, que levantou R\$ 243 milhões em uma oferta fechada no começo de outubro. Com o Ibovespa superando

os 150 mil, empresários podem se animar a fazer uma oferta de ações, comenta um gestor. "Esperamos algumas ofertas no primeiro trimestre de 2026", disse o diretor de um banco de investimento.

Até a oferta da Cosan, a Caixa Seguridade havia feito uma das maiores ofertas de 2025, de R\$ 1,2 bilhão, em março. Em outra operação, da Orizon, empresa de gestão de resíduos, que levantou R\$ 635 milhões em maio, os controladores compraram todo o lote principal e mais parte do lote extra, ficando com cerca de R\$ 400 milhões do total.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 04/11/2025

STJ ANULA CONDENAÇÃO DE R\$ 1,48 BI CONTRA PETROBRAS E DETERMINA NOVO JULGAMENTO

Recurso contestava decisão do TJRJ que havia condenado a empresa a indenizar a Paragon Offshore (Holanda) por encerrar contratos de afretamento de navios-sonda antes do prazo
Por Lavínia Kaucz (Broadcast)

BRASÍLIA - A 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) anulou nesta segunda-feira, 4, a condenação de cerca de US\$ 275 milhões (R\$ 1,48 bilhão) imposta à Petrobras em disputa com uma empresa holandesa. Os ministros determinaram a devolução do processo para um novo julgamento no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ).

A Turma acolheu recurso da Petrobras contra decisão do TJRJ que havia condenado a empresa a pagar uma indenização à Paragon Offshore (Holanda) por encerrar contratos de afretamento de navios-sonda antes do prazo estipulado.



O relator no STJ, ministro Moura Ribeiro, viu vício processual 'grave' no julgamento do TJRJ Foto: Marcello Casal Jr/Agência Brasil

A Petrobras alegou que a decisão do TJRJ violou normas processuais e de direito material e questionou a interpretação das cláusulas contratuais feita pelo tribunal.

O relator no STJ, ministro Moura Ribeiro, viu um vício processual "grave" no julgamento do TJRJ por descumprimento da regra que prevê que serão

"convocados os desembargadores da Câmara de número imediatamente superior àquele em que se deu o julgamento não unânime, do mais novo para o mais antigo".

"A tese reforça que o vício de formação do Colegiado, ocorrido em dissonância absoluta com a lei e o princípio do juiz natural, comprometeu o julgamento, e a sua apreciação para correção deve ser admitida nos embargos de declaração opostos no TJ e no recurso especial, com a consequente determinação para saneamento do vício e garantia do devido processo legal", disse o relator no voto.

Moura Ribeiro foi acompanhado por Ricardo Villas Bôas Cueva, Nancy Andrighi e Daniela Teixeira, enquanto Humberto Martins foi voto vencido.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 04/11/2025

CASA BRANCA FORMALIZA REDUÇÃO DE TARIFA EXTRA À CHINA ASSOCIADA AO FENTANIL

A formalização da redução dessa alíquota ocorre após acordo na reunião entre os presidentes Donald Trump e Xi Jinping no fim de outubro

Por Patricia Lara

A Casa Branca divulgou nesta terça-feira, 4, uma ordem executiva na qual formaliza a redução de tarifa para a China após discussões entre os Estados Unidos e o país asiático.



Redução de tarifa indica alívio na guerra comercial entre Trump e Xi (na foto, os dois na Cúpula do G-20 em Osaka, Japão, em 2019) Foto: Erin Schaff/NYT

"Entre outras coisas, a RPC (República Popular da China) se compromete a tomar medidas para aliviar a emergência nacional declarada na Ordem Executiva 14195. Especificamente, a RPC comprometeu-se a tomar medidas significativas para interromper o fluxo de fentanyl para os Estados Unidos, incluindo a suspensão do envio de certos produtos químicos designados para

a América do Norte e o controle rigoroso das exportações de certos outros produtos químicos para todos os destinos do mundo", destaca a ordem executiva publicada nesta terça-feira.

Com base no compromisso, os Estados Unidos se comprometeram, entre outras medidas, a reduzir a alíquota adicional do imposto ad valorem aplicável nos termos da Ordem Executiva 14195, conforme alterada, de 20% para 10%, com vigência a partir de 10 de novembro de 2025, de acordo com a medida.

A formalização da redução dessa alíquota ocorre após acordo na reunião entre os presidentes Donald Trump e Xi Jinping no fim de outubro.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 04/11/2025

AMAPÁ QUER REPLICAR SUCESSO DA CIDADE DE MARICÁ COM ROYALTIES DE PETRÓLEO E DINAMISMO ECONÔMICO

Às vésperas do início da exploração da Margem Equatorial, Estado comemora a retomada de projetos em outras áreas, como mineração e celulose

Por Denise Luna (Broadcast)

RIO - Relegado ao posto de território até 1988, o Amapá ganhou holofotes recentemente com o início

da exploração da Margem Equatorial brasileira, mas, de acordo com o presidente da Agência de Desenvolvimento Econômico do Amapá, Wandemberg Pitaluga Filho, o Estado também vem comemorando a retomada de projetos em outras áreas, como mineração e celulose, e tem tudo para deixar de ser, nos próximos anos, o Estado com o terceiro pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do País.



Amapá vislumbra um novo momento, com a exploração de petróleo (na foto, chegada de navio com turistas, em 28 de outubro) Foto: Gabriel Penha/Governo do Amapá

Se o petróleo for encontrado pela Petrobras nos reservatórios da bacia da Foz do Amazonas, em frente ao Oiapoque, será a cereja do bolo de uma série de iniciativas em andamento. Segundo

Wandenbergs, a alta do preço do ouro animou a volta da exploração do mineral pela Tucano Gold, na mina de Tucano, também rica em minério de ferro e manganês.

Ao mesmo tempo, a DEV Mineração assumiu a mina de minério de ferro que já foi da MMX e depois da Anglo, o Projeto Ferro Amapá, e até mesmo o projeto Jari Celulose deve voltar a produzir.

"E isso tudo ao mesmo tempo. Hoje o nosso maior desafio é de fato ter um plano diretor pro Oiapoque, um município de 30 mil habitantes que está numa região onde a parte territorial utilizada é de só 3%, que tem quilombolas, povos originários e indígenas", disse o executivo sobre o município que virou base da Petrobras.

A formação de mão de obra e a atração de empresas do setor de petróleo estão no topo da lista da agência, que já conseguiu avanços como levar o Repetro para o Estado, a exemplo do que já acontece no Rio de Janeiro, um regime aduaneiro especial para importação de plataformas de petróleo.

"A gente começou a construir já a base tributária de incentivos fiscais para receber essas empresas. Como o Repetro, por exemplo, que é uma base de incentivo para as empresas da cadeia com uma redução tributária como incentivo, e já está publicado. Agora é olhar para capacitação, infraestrutura e os resultados da exploração, que deve ser até março", afirmou.

Depois de 11 anos de espera, a Petrobras iniciou a perfuração do poço Morpho, no bloco FZA-M-59, em frente ao Oiapoque, e mais três estão previstos para serem perfurados até março.

A região é a maior aposta da estatal na busca de petróleo e gás natural para recompor suas reservas. O otimismo de uma descoberta leva em conta os reservatórios gigantes que já vêm sendo explorados pelos países vizinhos, Guiana e Suriname, e pelas estimativas de volume já divulgadas pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), de 10 bilhões de barris, e pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), de 30 bilhões de barris.

O estudo do município fluminense

De acordo com Wandenberg, para desenvolver essas reservas o Estado tem estudado o caso de Maricá, município do Rio de Janeiro recordista na arrecadação de royalties e participações especiais. Ele quer levar para o Amapá o dinamismo que hoje o município tem para gerir os recursos de petróleo.

"Hoje Maricá tem uma estrutura bilionária de orçamento. Eles inclusive têm liberdade para construir hotéis, para fazer hospitais, usando parte do recurso dos royalties para isso. Eu saí de Maricá impressionado com essa liberdade de gestão de recursos. Obviamente que tudo acompanhado pelo Tribunal de Contas e tal, e aí você vê o dinheiro indo para a ponta literalmente, que é o que eu vislumbro que a gente consegue fazer", disse.

Além disso, Wandenberg vê a possibilidade de utilizar áreas de livre-comércio da capital Macapá e do município de Santana, este com um porto na rota Brasil-China, um pouco abaixo da base da Petrobras, no Oiapoque, mas que pode receber a cadeia de fornecedores do setor.

O porto de Macapá, porém, é pequeno para receber as operações offshore "que são extensas e grandiosas", e por isso o Estado está organizando áreas próximas ao porto ou áreas conexas para receber a cadeia de fornecedores.

O executivo destacou ainda, que várias oportunidades profissionais serão abertas no Estado — onde 50% da população de cerca de 800 mil pessoas é composta de servidores públicos. Para levar conhecimento ao Estado, ele vem costurando projetos com o Instituto Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (IBP) e com a Confederação Nacional da Indústria (CNI).

"Agora é o momento de mostrar para a camada mais jovem da população que eles precisam se capacitar. Um moço de convés (nível inicial da Marinha Mercante) tem remuneração de R\$ 7 mil a

R\$ 8 mil, inicial. Agora imagina isso na realidade do Oiapoque, que é uma cidade desse tamanho e que não tinha nenhuma oportunidade. Isso muda uma geração”, diz.

Fonte: *O Estado de São Paulo - SP*

Data: 04/11/2025

AGRONEGÓCIO, PETRÓLEO E GÁS: O QUE OS GRANDES EMISSORES DE GASES POLUENTES VÃO DEFENDER NA COP-30?

Associações setoriais e empresas estarão em painéis de debates dentro e fora da área de negociação

Por Luciana Dyniewicz

Responsáveis por volumes importantes de emissões de gases que aquecem o planeta, setores como de óleo e gás e da agropecuária também vão à COP-30, a Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas, que começa na segunda-feira, 10, em Belém. Historicamente, entidades que reúnem o setor e empresas costumam participar tanto com painéis dentro do espaço das negociações (a chamada Blue Zone, ou área azul, na tradução para o português) como fora, além de, em alguns casos, terem representantes credenciados como “delegados”.

É comum que organizações civis e o setor privado participem da COP. Nesse caso, seus representantes tradicionalmente recebem crachá de “observadores”, o que significa que têm acesso aos negociadores e à parte das salas em que ocorrem as discussões.

ONGs que atuam na área ambiental e climática, como o Observatório do Clima, e entidades setoriais, como a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), estão entre essas organizações credenciadas pela ONU para atuarem acompanhando as negociações, compartilhando conhecimentos com negociadores, garantir transparência de todos os processos e até mesmo influenciando os debates.

“A CNA é observadora do Acordo de Paris (tratado assinado por 196 países com o objetivo de limitar o aquecimento global a 1,5°C) e acompanhamos tecnicamente as discussões. Participamos para entender como reduzir as emissões”, diz Amanda Roza, assessora técnica de sustentabilidade da CNA.



Plataforma da Petrobras na Bacia de Santos; empresa afirma participar da COP para 'acompanhar e contribuir com os debates internacionais sobre clima e energia' Foto: Fabio Motta/Estadão

O agronegócio é responsável por 29% das emissões brasileiras e está ligado às emissões por mudanças do uso da terra — atividades que emitem 42% dos gases poluentes brasileiros e, em sua maioria, são feitas para dar espaço ao agro. Apesar disso, o setor estará na COP para mostrar ao mundo que as práticas brasileiras

são mais sustentáveis do que as de outras potências agrícolas, de acordo com Roza. “Achamos que é uma oportunidade para mostrar como funciona o agro aqui. O Brasil tem ampliado a adoção de práticas sustentáveis.”

De fato, o País tem algumas vantagens na comparação com outros e pode ampliar sua produção sem desmatar, dado que já tem áreas degradadas e podem ser recuperadas. O clima tropical também permite o cultivo de mais de uma safra em um mesmo ano e em um mesmo solo, o que torna a produção mais sustentável. Os Estados Unidos, outra potência no setor, não conseguem fazer isso em seu “corn belt” (o cinturão do milho, região produtora de grãos do país), atingido por nevascas no inverno.

O desafio de parar de desmatar, no entanto, ainda é significativo. Roza afirma que a CNA se posiciona contra o desmatamento ilegal. “Ele é crime. É dever do Estado combatê-lo. O setor privado não pode ser responsabilizado por um crime. Apoiamos que os produtores tenham suas situações regularizadas e mantenham as áreas de preservação permanente.”

A CNA terá um stand na Blue Zone (espaço administrado pela ONU), onde terá uma programação de discussões focada nos temas que estarão em negociação pelos países, como financiamento climático. “Todos os setores da economia terão de reduzir suas emissões. Isso acarreta um aumento no custo de produção. Quais serão os mecanismos de financiamento para os produtores?”, questiona Roza.

Outra discussão que os representantes da CNA estarão atentos será às relacionadas à contabilização das emissões. Há uma tentativa de mostrar para outros países que técnicas adotadas aqui, como o plantio direto, mitigam emissões de gases poluentes. Se isso for reconhecido, permitiria que as metas de redução do setor fossem mais flexíveis.

Fora da Blue Zone, a CNA terá um stand na AgriZone — um espaço fora do Parque da Cidade, onde estará acontecendo oficialmente a COP. Organizado pela Embrapa, a AgriZone será um local criado especificamente para discussões sobre agropecuária. Ali, haverá debates sobre tecnologias e soluções sustentáveis desenvolvidas para diferentes culturas.

O que a Petrobras faz na COP?

Também responsável por grande parte das emissões, o setor brasileiro de óleo e gás participará da COP-30 principalmente por meio da Petrobras. A empresa terá ao menos dois painéis no Pavilhão Brasil da Blue Zone e outros dois no da Green Zone — a área verde, o espaço no Parque da Cidade administrado pelo governo brasileiro cuja ideia é dar visibilidade para soluções climáticas e democratizar o debate sobre o clima. Diferentemente da Blue Zone, a Green Zone não exige nenhum tipo de credenciamento.

Entre os painéis organizados pela Petrobras estão um sobre descarbonização do próprio setor de óleo e gás e outro sobre descarbonização do transporte. Questionada sobre sua participação na COP, a Petrobras afirmou, em nota, que estará na conferência para “acompanhar e contribuir com os debates internacionais sobre clima e energia, apresentando iniciativas concretas e um plano de investimentos que equilibra segurança energética, desenvolvimento econômico e responsabilidade climática”.

Disse ainda ter enviado profissionais a COPs anteriores e que as conferências são “uma oportunidade de discutir modelos sustentáveis, que associem a produção de energia com uso de tecnologia e inovação, soluções que mitiguem as mudanças climáticas e protejam o meio ambiente e as pessoas, gerando emprego, renda e desenvolvimento inclusivo para o País”.

Ainda no stand do Brasil na Blue Zone, o Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP) terá um painel sobre redução das emissões de metano. Na Green Zone, o IBP participará de painéis no stand da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

O instituto será representado por seu presidente, Roberto Ardenghy, e pelo gerente de sustentabilidade, Carlos Victal. Como o IBP não é um observador credenciado pela ONU, Ardenghy recebeu credencial do governo brasileiro para participar da conferência como membro da delegação do País — o que é permitido.

Nesse caso, o executivo tem acesso a um número maior de salas de negociação do que os observadores, mas não tem direito a voto. O Brasil é um dos poucos países que credencia muitos agentes de fora do governo como membros da delegação.

“É uma forma que o País encontrou para mobilizar a sociedade civil e o setor privado. Ninguém que é credenciado dessa forma fala em nome da delegação”, explica a diretora de clima e energia do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), Viviane Romeiro.

Sobre a participação do IBP na conferência e a forma como a entidade vê o fato de que, na COP-28, os países concordaram em fazer uma transição “para longe” dos combustíveis fósseis, Victal afirma que a demanda energética global é crescente. “A energia tem de vir de combustível fóssil ou renovável. Mas as fontes renováveis são intermitentes. Não há democracia que resista a uma crise energética, e quem dá escala e lastro é o fóssil.”

Victal acrescenta que o mundo vai continuar consumindo “muito petróleo”. “Então, quando se fala em afastamento, é um afastamento no sentido de diluir a participação do óleo e gás no setor energético (dado que a demanda por energia vai aumentar e as renováveis também vão crescer) ”.

O executivo diz ainda que o setor petroleiro é o que tem capacidade financeira e de gestão para investir em projetos renováveis. Na Petrobras, porém, os investimentos destinados a iniciativas de baixo carbono até 2029 corresponderão a apenas 15% do total.

Para Caio Vieira, especialista em políticas climáticas do Instituto Talanoa (organização que trabalha para dar respostas à emergência climática), é “meritório” que os setores intensivos em carbono tentem trazer soluções ao problema à medida que haja um alinhamento de suas propostas com a ciência. “O problema é que vemos muitos discursos que são meias-verdades.”

Vieira cita como exemplo o fato de o setor brasileiro de óleo e gás afirmar que sua produção é menos poluente do que a de outros países, o que é correto. A questão, entretanto, é que 90% das emissões do segmento ocorrem na queima dos combustíveis, e apenas 10% na exploração.

O especialista diz ainda que, dada a importância econômica do setor de óleo e gás para o País, é compreensível que haja representantes na delegação brasileira. Mas pondera que esses representantes precisam estar “alinhadados às necessidades da ciência”. “Quais são os interesses dessa participação?”, questiona.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 04/11/2025



VALOR ECONÔMICO (SP)

COM DINHEIRO DA CONTA DE LUZ, ITAIPU BANCA COMPRA DE PRÉDIO PARA UNIVERSIDADE POR R\$ 65 MILHÕES

Operação levanta debates sobre o uso dos recursos da estatal binacional; recursos de Itaipu são provenientes da tarifa de energia paga por cerca de 130 milhões de brasileiros

Por Robson Rodrigues, Valor — São Paulo



Especialistas afirmam que dinheiro deveria ser destinado à redução das contas de luz, conforme o Tratado de fundação de Itaipu — Foto: Divulgação/Divulgação

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o ministro da Educação, Camilo Santana, assinaram, na última sexta-feira (31), o Decreto nº 12.706, que autoriza a desapropriação do imóvel utilizado pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), em Foz do Iguaçu (PR). A medida, publicada no Diário Oficial da União

(DOU), prevê que o imóvel seja adquirido pela União pelo valor de R\$ 65 milhões repassados por Itaipu Binacional, via convênio firmado com a universidade.

O prédio, localizado na Avenida Tarquínio Joslin dos Santos, no bairro Jardim Universitário, abriga há mais de uma década atividades de ensino, pesquisa e extensão da instituição. O decreto autoriza a União a desapropriar o imóvel, que passará a ser de propriedade pública após a conclusão do processo, conduzido em caráter de urgência.

Especialistas criticam operação

A operação, no entanto, levanta debates sobre o uso dos recursos da estatal binacional. Os recursos da Itaipu são provenientes da tarifa de energia paga por cerca de 130 milhões de brasileiros das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Especialistas afirmam que o dinheiro deveria ser destinado à redução das contas de luz, conforme determina o Tratado de fundação da usina.

A reportagem questionou a usina sobre por que não foram utilizados recursos do Ministério da Educação (MEC) ou do Tesouro Nacional para bancar a aquisição. Em nota, Itaipu disse que apoiou a desapropriação do imóvel porque a Unila é estratégica para o desenvolvimento do território onde a usina atua, e que a operação foi anunciada em junho de 2025, durante visita do ministro da Educação, Camilo Santana, a Itaipu.

A empresa disse que a atuação socioambiental de Itaipu é prevista na sua missão institucional e respaldada pelas Notas Reversais de 31 de março de 2005 (BR nº 228 / PY nº 01). “A nota reversal já vem sendo observada, portanto, desde esta data por todas as gestões que passaram pela Itaipu, sempre respeitadas às competências do Conselho de Administração, órgão máximo da Itaipu”.

A validade do documento, no entanto, é questionada, já que o Itamaraty informou que ele não foi submetido ao Congresso e não altera a estrutura tarifária da usina. A empresa binacional frisa ainda que o repasse não altera o valor vigente da tarifa de energia pactuada entre Brasil e Paraguai congelada até dezembro de 2026.

Itaipu já financia uma obra da Unila orçada em R\$ 752 milhões. A reportagem questionou a universidade sobre se o valor de R\$ 62 milhões faz parte deste pacote ou é dinheiro novo. Segundo a universidade, dentro deste mesmo pacote de investimentos, a Unila articulou convênio com Itaipu para atender a outra demanda de infraestrutura necessária para a plena territorialização da Universidade em Foz do Iguaçu.

Non posicionamento, a instituição de ensino disse ainda que a parceria possibilitou o acordo de cooperação pactuado em 2024 com o Unops, organismo das Nações Unidas (ONU) especializado em projetos de infraestrutura, e ocorrem via PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) do governo na área da educação.

“O valor destinado para aquisição do prédio do Jardim Universitário (JU) faz parte do convênio Unila - Itaipu para repasse de R\$ 65 milhões para investimento em infraestrutura, tendo em vista que a retomada das obras do Campus Arandu não inclui ginásio de esportes e laboratórios de média e alta complexidade, por exemplo”, disse.

Gastos adicionais anuais de Itaipu ultrapassam US\$ 1,51 bi

Por ano, os gastos adicionais de Itaipu ultrapassam US\$ 1,51 bilhão, valor que tem sido alvo de críticas por financiar despesas que vão além da sua principal função: gerar energia elétrica. A usina pertence meio a meio ao Brasil e ao Paraguai, o que significa que cada dólar gasto de um lado precisa ter o mesmo valor gasto do outro.

Mas há um detalhe importante: o Paraguai não consome toda a energia a que tem direito e vende o excedente ao Brasil. Na prática, isso faz com que cerca de 80% de todo o orçamento da Itaipu seja bancado pelos brasileiros, por meio das contas de luz.



"Política do pague dois e leve um"

Em outras palavras, os consumidores do Brasil vão arcar com cerca de R\$ 104 milhões (valor correspondente à sua fatia no orçamento da usina) para que seja possível a compra do imóvel de R\$ 65 milhões usado pela Unila. "Essa é a política do pague dois e leve um", diz o ex-diretor-geral na Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Jerson Kelman.

O imóvel que agora será desapropriado pertenceu à antiga Uniamérica. A Unila ocupa o prédio desde sua fundação, há mais de 10 anos, pagando aluguel mensal superior a R\$ 426 mil. As negociações para a compra se arrastavam há pelo menos dois anos.

Com o decreto presidencial, a área será incorporada ao patrimônio da União e destinada oficialmente ao uso da Unila, permitindo à universidade investir em expansão, ampliação e melhoria da infraestrutura de ensino e pesquisa.

O Decreto nº 12.706 autoriza a União a invocar o caráter de urgência na desapropriação, com base no Decreto-Lei nº 3.365/1941. O processo será conduzido pelo Ministério da Educação, que indicou a necessidade de garantir a continuidade das atividades acadêmicas da Unila em um espaço próprio e definitivo.

A reportagem também questionou o MEC sobre por que não foram utilizados recursos da pasta ou do Tesouro Nacional, já que o orçamento da usina é pago por consumidores de energia e, segundo o Tratado, devem servir para a modicidade tarifária. Em nota, o MEC disse que a Itaipu Binacional, empresa pública vinculada ao Ministério de Minas e Energia, possui, além de sua função na geração de energia, um reconhecido e histórico papel de fomento ao desenvolvimento social, econômico e sustentável em sua área de influência.

"O investimento na aquisição do imóvel para a Unila está alinhado a essa missão. A destinação de recursos para a finalidade não é aleatória, mas se alinha ao Plano Estratégico da Itaipu 2024-2028 (aprovado pela Resolução RCA-023/2023)".

Os gastos têm chamado atenção de parlamentares. O senador Esperidião Amin (Progressistas/SC) propôs o Projeto de Lei 1830/2025 para limitar o preço pago pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica pela parcela da potência e da energia elétrica vinculada a essa potência que cabe ao Brasil.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 04/11/2025

PREFEITOS DE CIDADES BRASILEIRAS APROVAM CARTA QUE SERÁ LEVADA A LÍDERES GLOBAIS NA COP30

O documento traz propostas e pedidos para que medidas de combate às mudanças climáticas sejam adotadas nos próximos anos, com foco nas cidades e entes subnacionais

Por Paula Martini e Victoria Netto, Valor — Rio

Mais de cem prefeitos e prefeitas dos 400 maiores municípios do país aprovaram nesta terça-feira (4) uma carta que será oficialmente apresentada durante a COP30, que ocorre de 11 a 21 de novembro em Belém (PA).

O documento traz propostas e pedidos para que medidas de combate às mudanças climáticas sejam adotadas nos próximos anos, com foco nas cidades e entes subnacionais.

A carta foi redigida por líderes municipais que integram a Frente Nacional de Prefeitos (FNP) e se reuniram no Rio durante o Fórum de Líderes Locais, que acontece até quarta-feira na capital

fluminense. O ofício será entregue ao prefeito de Belém, Igor Normando, que irá representar os entes municipais na conferência climática.



Eduardo Paes, presidente da Frente Nacional dos Prefeitos — Foto: Fabiano Rocha/Agência O Globo

De acordo com o prefeito do Rio, Eduardo Paes, que preside a Frente Nacional dos Prefeitos, um dos focos do texto é a participação de municípios no financiamento climático.

“Houve nos últimos anos, no Brasil, uma centralização muito grande de recursos no governo federal em Brasília. É uma preocupação permanente. A gente insiste muito na importância da participação dos municípios no financiamento”, afirmou.

O prefeito de Salvador, Bruno Reis, enfatizou que os grandes desafios para as cidades são as obras de infraestrutura necessárias para evitar os desastres e as intervenções para reduzir as emissões de gases do efeito estufa, além de investimentos em construções sustentáveis, eletrificação da frota e neutralização de emissões em aterros sanitários.

“Existe uma série de medidas que são investimentos de recursos expressivos que sem apoio do governo federal e de organismos internacionais, nós não teremos condição de dar as respostas necessárias e construir mundo mais sustentável”, disse.

O prefeito de Maringá, Silvio Barros, presidente da comissão de Meio Ambiente e mitigação da FNP, destacou que as grandes e médias cidades estão apresentando um compromisso com a redução das emissões e mitigação dos extremos climáticos.

Ele também destacou a necessidade e estabelecer um mecanismo de comunicação e governança entre as três esferas governamentais na área ambiental.

“Pedimos apoio para que o projeto de governança seja compartilhado de forma que prefeitos, governadores e União trabalhem juntos para ter acesso às informações e serem vistos como protagonistas nesse processo”, disse.

Barros afirmou que as prefeituras precisam de mais recursos para preparar os municípios para os eventos climáticos que serão cada vez mais intensos.

“Tem muitos municípios que não têm recursos para isso e nós precisamos pleitear que esse dinheiro para combater as mudanças climáticas possa também chegar aos municípios brasileiros”, completou.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 04/11/2025

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

GOVERNO LANÇOU EDITAL DE R\$ 200 MILHÕES PARA RETOMADA DE OBRAS DA FERROVIA TRANSNORDESTINA EM PE

Da Redação Portos e logística 04/11/2025 - 21:11



Os ministros de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, dos Transportes, Renan Filho, e das Comunicações, Frederico Siqueira, anunciaram na última sexta-feira (31) em Brasília o lançamento de edital para a retomada das obras da Ferrovia Transnordestina em Pernambuco. A licitação prevê investimento de R\$ 200 milhões em obras em um trecho de 73 quilômetros entre as cidades de Custódia e Arcos, parte do traçado que liga Salgueiro ao Porto de Suape e abrange também Sertânia e Buíque.

Os trabalhos serão custeados com recursos do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e a expectativa é que gerem aproximadamente seis mil empregos diretos e indiretos, nos 57 meses de execução. Segundo Costa Filho, a ferrovia vai ampliar a capacidade de movimentação de contêineres e as operações do Porto de Suape, fortalecendo os setores de fruticultura da região do Rio São Francisco, de produtores de gesso e de piscicultura.

Em Pernambuco, 179 quilômetros da ferrovia já estão prontos, o que representa 38% do total da obra no estado. O ministro Renan anunciou que os editais para outros trechos serão lançados no próximo ano. "SPS é a abreviação de Salgueiro e Porto de Suape. Hoje, nós estamos publicando o SPS 4, e, no primeiro semestre do ano que vem, vamos publicar o SPS 7 e depois o SPS 5", disse Renan.

A Transnordestina terá mais de 1.200 quilômetros, de Eliseu Martins, no Piauí, ao Porto do Pecém, no Ceará, com um ramal passando por Pernambuco até o Porto de Suape, atravessando 53 cidades. O objetivo principal do projeto é reduzir os custos logísticos, ampliar a capacidade de escoamento de mercadorias, como grãos e minérios, e estimular o desenvolvimento econômico de toda a região.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 04/11/2025

TCP LIDERA EMBARQUES DE GERGELIM E DE FEIJÃO NO BRASIL EM 2025

Da Redação Portos e logística 04/11/2025 - 20:47



A TCP, empresa que administra o Terminal de Contêineres de Paranaguá (TCP), exportou, de janeiro a setembro de 2025, 249 mil toneladas de gergelim, com alta de 184% em relação às 88 mil toneladas do mesmo período do ano passado. Segundo a empresa, passaram pelo terminal 71% do volume total embarcado pelo Brasil nos nove primeiros meses do ano, com 46% da movimentação sendo de produto destinado à China, 21% à Índia e 8% ao Vietnã.

A companhia divulgou ainda que os embarques de feijão no terminal paranaense cresceram 74%, de 2024 para 2025, passando de 176 mil toneladas para 315 mil toneladas, o que representou 87% das 361,86 mil toneladas exportadas pelo Brasil de janeiro a setembro. De acordo com ela, os principais destinos do produto embarcado no TCP foram a Índia, com participação de 64%, Portugal, com 6%, e a África do Sul, com 5%.

Segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Feijão e Pulses (Ibrafe), o feijão-mungo-preto foi o tipo mais exportado pelo Brasil, com 171 mil toneladas embarcadas. A variedade foi lançada oficialmente em 2024 pelo Instituto Agronômico de Campinas (IAC) e não era cultivada no país. Em segundo lugar ficou o feijão-caupi branco, com 66 mil toneladas. Diferentemente do carioca e do preto, os mais consumidos no país, o feijão-mungo preto e o feijão-caupi branco são produzidos com foco no mercado externo.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 04/11/2025

FROTA DE APOIO EM AJB FECHOU SETEMBRO COM 463 EMBARCAÇÕES

Por Danilo Oliveira Offshore 04/11/2025 - 20:39



Número de barcos de suporte offshore com bandeira brasileira representa 83% do total, segundo relatório mais recente elaborado pelo Syndarma/Abeam

A frota de apoio marítimo em águas jurisdicionais brasileiras (AJB) totalizou 463 embarcações em setembro, com duas embarcações a mais do que em agosto (461) e 19 unidades a mais do que em setembro de 2024. De acordo com o relatório mais recente da Associação Brasileira das Empresas de Apoio Marítimo (Abeam) e do Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima (Syndarma), 386 correspondiam a

unidades de bandeira brasileira e 77 de bandeira estrangeira, na posição de setembro de 2025. No mesmo mês do ano passado, a frota era composta por 378 embarcações de bandeira nacional e 66 estrangeiras.

Em relação a dezembro de 2015, quando a demanda começou a ser impactada pela retração no setor de petróleo e gás, foram desmobilizadas 213 embarcações de bandeira estrangeira e acrescentadas 118 de bandeira brasileira. Cerca de 96 embarcações, originalmente de bandeira estrangeira, tiveram suas bandeiras trocadas para o pavilhão nacional nesse período.

Em setembro, as embarcações com bandeira nacional representam 83% da frota de apoio offshore, enquanto 17% correspondem a embarcações de apoio com bandeiras estrangeiras. Nos meses anteriores, os percentuais de participação da bandeira nacional na atividade oscilaram entre 83% e 84%. Em agosto, 387 de bandeira brasileira e 74 de bandeiras de outros países. Em julho, o levantamento Syndarma/Abeam havia identificado 463 embarcações, das quais 386 de bandeira brasileira e 77 de bandeiras estrangeiras.

Em junho, foram 385 de bandeira brasileira e 79 de bandeiras estrangeiras. Em maio, havia 385 de bandeira brasileira e 79 de bandeiras estrangeiras, totalizando 464 unidades. Em abril, havia 386 de bandeira brasileira e 76 de bandeira estrangeira. Em março, o levantamento Syndarma/Abeam havia identificado 459 embarcações, das quais 386 de bandeira brasileira e 73 de bandeiras estrangeiras. Em janeiro e em fevereiro, também eram 459 embarcações, das quais 382 de bandeira brasileira e 77 de bandeiras estrangeiras.

De acordo com a publicação, a frota em setembro era composta por 44% de PSVs (transporte de suprimentos) e OSRVs (combate a derramamento de óleo), totalizando 202, quatro barcos a menos que no mês anterior. Outros 14% eram LHs (manuseio de linhas e amarrações) e SVs (mini supridores), que correspondem a 63 barcos. Os AHTS (manuseio de âncoras) somaram 63 unidades no período (14%), enquanto 27 barcos de apoio eram FSVs (supridores de cargas rápidas) e crew boats (transporte de tripulantes), 34 RSVs (embarcações equipadas com robôs), 16 MPSVs (multipropósito) e CSVs (apoio à construção offshore), além de 20 PLSVs (lançamento de linhas).

Na edição anterior, o Syndarma/Abeam promoveu reclassificações do tipo de algumas embarcações em virtude da incorporação de equipamentos que ensejaram alteração da atividade principal desenvolvida pela embarcação, ou por novos agrupamentos por tipos de embarcação. "Estas reclassificações e agrupamentos não resultaram na adição ou subtração de embarcações, portanto sem impacto no total de embarcações em relação ao relatório anterior", ressaltou a entidade.

A Bram Offshore/Alfanave, do grupo norte-americano Edison Chouest, permanece como a empresa de navegação com mais embarcações em operação, ou aguardando contratação, com 78 unidades

(13 estrangeiras), seguida pela CBO, que opera 45 barcos de apoio com bandeira brasileira. A Tranship e a Starnav aparecem na sequência, respectivamente, com 26 e 25 barcos de pavilhão nacional. A Wilson Sons Ultratug (WSUT), com 23 embarcações de bandeira brasileira, vêm logo em seguida. Segundo o relatório, a DOF/Norskan (17 de bandeira brasileira e 5 estrangeiras) aparece com 22 barcos de apoio e a OceanPact com 21 unidades, das quais 19 unidades de bandeira brasileira e duas de bandeira estrangeira.

Já considerando as últimas reclassificações, a frota da Bram/Alfanave, segundo o relatório, agora conta com 49 PSVs/OSRVs, 12 AHTS, 9 RSVs, 4 WSV (estimulação de poços) e 3 CSV/MPSVs (multi-função), entre outras embarcações. A CBO é a empresa de apoio offshore que, em setembro, tinha mais AHTS: 13 embarcações desse tipo, além de 27 PSV/OSRVs e 5 RSVs. A Tranship permanece como a empresa com mais embarcações LH/SV: 23 unidades, seguida pela Camorim, que tem 15 unidades com essas especificações.

Nem todas as unidades listadas na publicação estão em operação, pois o relatório inclui embarcações que podem ou não estar amparadas por contratos, estar no mercado spot, em manutenção ou fora de operação. O relatório não considera embarcações dos tipos lanchas, pesquisa, nem embarcações com porte inferior a 100 TPB ou BHP inferior a 1.000. Os dados foram obtidos junto à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), à Diretoria de Portos e Costas da Marinha (DPC), publicações especializadas e informações das empresas.

Fonte: [Portal Portos e Navios - RJ](#)

Data: 04/11/2025

ÓRGÃO AMBIENTAL NEGA QUE DRAGAGEM EM SUAPE TENHA CAUSADO MORTES DE ANIMAIS MARINHOS

Da Redação *Portos e logística* 04/11/2025 - 19:36



A Agência Estadual de Meio Ambiente de Pernambuco (CPRH) negou que a obra para dragagem do canal interno do Porto de Suape (PE) tenha sido a causa de mortes de cavalos-marinhos, de outras espécies de peixes e de tartarugas. A negativa foi divulgada após vistorias e análises feitas em vários pontos próximos aos em que são realizados os trabalhos.

A última fiscalização ambiental da CPRH foi feita na última sexta-feira (31/10). Segundo a autoridade portuária, a conclusão é respaldada também por associações de pescadores, moradores da região e mergulhadores profissionais do atracadouro. Segundo a administração de Suape, a vistoria foi feita por 12 profissionais, tanto com as drags paradas, quanto na maré baixa, sem ter encontrado nenhum animal morto nem indícios visuais de alteração na qualidade da água ou qualquer outra anormalidade associada. Os resultados das análises serão encaminhados ao Ministério Público Federal (MPF).

As denúncias sobre as mortes que, segundo a autoridade portuária, não foram confirmadas, foram divulgadas em redes sociais após o início, no dia 29 de agosto, dos trabalhos para remoção de mais de quatro milhões de metros cúbicos (m^3) de sedimentos. A autoridade portuária ressaltou que, apesar de os vídeos com denúncias terem sido atribuídos a pescadores, nenhuma das entidades que representam o setor pesqueiro as respaldou.

A autoridade portuária explicou que implementou um plano de assistência aos pescadores com aporte mensal de R\$ 831.864,00 durante o período da obra de dragagem. Informou ainda que pescadores e pescadoras indicados pelas três associações estão recebendo auxílio financeiro e cesta de alimentos até o fim dos serviços, previsto para serem encerrados em janeiro de 2026.

Fonte: [Portal Portos e Navios - RJ](#)

Data: 04/11/2025

PORTRARIA MINISTERIAL TORNA SEGURANÇA NOS PORTOS ORGANIZADOS EXCLUSIVA DA GUARDA PORTUÁRIA

Da Redação *Portos e logística* 04/11/2025 - 19:39



O ministro de portos e aeroportos, Silvio Costa Filho, assinou nesta terça-feira (4) portaria que proíbe a terceirização dos serviços ligados ao poder de polícia em portos autorizados e torna exclusivas da Guarda Portuária e do Sistema Único de Segurança Pública (Susp) as atividades de segurança e vigilância em áreas portuárias. O texto, informou o Ministério de Portos e Aeroportos (Mpor), assegura que a guarda mantenha a exclusividade em ações de patrulhamento, controle de acesso, vigilância patrimonial e gestão de riscos.

De acordo com a pasta, a nova regulação é resultado de debates feitos no Fórum Permanente dos Trabalhadores Portuários, com participação de autoridades portuárias, trabalhadores, operadores privados e da Secretaria Nacional de Portos. Além de estabelecer a responsabilidade exclusiva da Guarda Portuária na segurança dos portos organizados, a portaria define critérios de capacitação para cargos de chefia na guarda, incluindo planos de capacitação permanente, e limita a contratação de vigilância privada a funções consideradas auxiliares, como controle de acesso e vigilância patrimonial.

Na cerimônia de assinatura, na presença de representantes do setor portuário, incluindo de sindicatos de trabalhadores, o ministro Silvio Costa Filho destacou o caráter coletivo do processo de elaboração da norma e ressaltou a importância do diálogo para o avanço das políticas públicas. "Estou feliz porque o que está acontecendo hoje aqui é fruto do Fórum dos Trabalhadores", afirmou.

Fonte: *Portal Portos e Navios - RJ*

Data: 04/11/2025

PARCERIA ENTRE BRASIL E NORUEGA FOMENTA PESQUISAS SOBRE TRANSPORTE MARÍTIMO SUSTENTÁVEL E ENERGIA

Da Redação *Indústria naval* 04/11/2025 - 19:39



O Conselho de Pesquisa da Noruega (RCN, na sigla original) e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) do Brasil, divulgaram, nesta quarta-feira (4), durante evento pré-COP30 no Rio de Janeiro (RJ), parceria para financiamento e apoio a projetos de pesquisa em cooperação entre empresas brasileiras e norueguesas em inovação tecnológica em energia e transporte marítimo sustentável. Para o desenvolvimento das pesquisas, serão usadas linhas de fomento em ambos os países.

Será a quinta colaboração entre Brasil e Noruega com base no acordo de cooperação entre o MCTI brasileiro e os ministérios da Educação e Pesquisa e de Energia noruegueses. A parceria foi anunciada por Lars-Erik Walle, assessor sênior da Sintef, e Maurício Alves Syrio, superintendente da diretoria de investimentos da Finep.

Os dois participam da 12ª edição da November Conference, dedicada à transição energética e à inovação sustentável. O encontro é organizado pela Innovation Norway, pelo Consulado-Geral da Noruega no Brasil, pela Universidade de Oslo e por instituições de pesquisas brasileiras e

noruegueses e antecipa discussões que orientarão a agenda da economia de baixo carbono na Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 (COP 30), que será realizada de 10 a 21 deste mês em Belém, no Pará.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 04/11/2025

BNDES APROVA LIBERAÇÃO DE R\$ 848 MILHÕES DO FMM PARA EXPANSÃO DO TECON SALVADOR

Da Redação Indústria naval 04/11/2025 - 17:32



O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) anunciou, na última segunda-feira (3), a aprovação de financiamento de R\$ 848 milhões, com recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM), para obras de modernização e expansão do terminal de contêineres de Salvador (BA), operado pela Wilson Sons. O valor compreende a ampliação do pátio de armazenamento, a compra de equipamentos, melhoria da infraestrutura e modernização tecnológica.

Após as obras e a modernização, o Tecon Salvador prevê aumento da capacidade de movimentação anual dos atuais 553.000 TEUs para mais de 1 milhão de TEUs. Além disso, o número de contêineres movimentados por hora passará de 70 para, pelo menos, 100. A expectativa é de que os trabalhos gerem 1.400 empregos diretos e indiretos.

O presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, disse que a expansão do terminal reduzirá gargalos logísticos e vai fortalecer a integração comercial entre os estados das regiões Nordeste, Centro-Oeste e parte do Sudeste e do Norte, sobretudo Bahia, Minas Gerais, Goiás e Tocantins, e com mercados externos. Segundo Mercadante, a localização do terminal, equidistante do Canal do Panamá e do Cabo Horn, facilita conexões com as rotas marítimas para a Europa, a África, a Ásia e a América do Norte.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 04/11/2025

CECAFÉ E LOGÍSTICA BRASIL DEFENDEM LEILÃO DO TECON 10 ESTE ANO E SEM RESTRIÇÕES

Da Redação Portos e logística 03/11/2025 - 22:18



O Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé) e a associação Logística Brasil divulgaram um comunicado conjunto em que cobram a realização ainda este ano do leilão para concessão do novo terminal de contêineres Santos, o Tecon 10, e que sejam seguidas as regras propostas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) de abertura de participação a todos os interessados. As entidades ressaltaram que a proposta consta em instrução da Unidade de Auditoria Especializada em Infraestrutura Portuária e Ferroviária (AudPortoFerrovia), da Corte de Contas.

Cecafé e Logística Brasil alegam que, em seu parecer, auditores do tribunal consideraram que a proposição do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) e da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), de realização do leilão em duas etapas, afastando da primeira grupos econômicos que controlam terminais no complexo santista ou empresas armadoras, foi considerada inconstitucional por desrespeitar o princípio da livre concorrência.

Além disso, as entidades argumentam que, se forem mantidas as sugestões dos órgãos de governo, haverá recursos na Justiça, paralisando o processo de concessão e atrasará a entrada em operação do Tecon 10. A avaliação é que prejudicaria a economia brasileira, com destaque para exportadores e para as atividades portuárias e de navegação.

No comunicado, as duas entidades alegam ainda que, ao restringir a participação de grandes grupos econômicos, com grande experiência em operações portuárias, o MPor e a Antaq abrem mão de contar no Tecon 10 com a possibilidade de ter a qualidade reconhecida dessas empresas e de receber valores maiores pela outorga no processo de concessão. Cecafé e a Logística Brasil pedem que os dois órgãos governamentais acatem as proposições do TCU, que consideram as melhores, e divulguem logo o edital relativo ao leilão do terminal, para que ele possa ser feito ainda em 2025.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 03/11/2025

PONTOS DO AÇU E DE ANTUÉRIA-BRUGES PLANEJAM CRIAR CORREDOR VERDE DE E-COMBUSTÍVEIS ATÉ 2030

Por Danilo Oliveira Portos e logística 03/11/2025 - 20:42



Com rota marítima de e-combustíveis, porto belga projeta importação de 6 a 10 milhões de toneladas de amônia verde, a serem embarcadas por ano, no complexo portuário fluminense

O Porto do Açu (RJ) e o Porto de Antuérpia-Bruges assinaram, nesta segunda-feira (3), uma carta de intenções para a criação de um corredor marítimo verde entre Brasil e Europa, com potencial para se tornar uma rota de exportação de e-combustíveis. A expectativa é que o corredor transatlântico esteja em operação antes de 2030.

O porto belga projeta a importação de 6 milhões a 10 milhões de toneladas de amônia verde a serem embarcadas anualmente no Açu até 2030 — o equivalente a 1,2 milhão a 1,5 milhão de toneladas de hidrogênio verde. O H2 é parte do processo para se chegar na amônia verde e está diretamente conectado à produção dos combustíveis verdes que vão integrar o corredor.

Essa demanda de mercado poderá ser atendida pela produção brasileira, incluindo a prevista para o hub de hidrogênio e derivados do complexo portuário e industrial brasileiro, localizado no norte fluminense. Um estudo de pré-viabilidade desenvolvido pelo Rocky Mountain Institute (RMI) e pelo Global Maritime Forum (GMF) foi apresentado durante o evento 'Oceans of Opportunity Summit', no Rio de Janeiro, quando foi anunciado o acordo para o desenvolvimento do corredor.

O trabalho apontou que o trajeto Açu-Antuérpia oferece vantagens comerciais, entre os quais a possibilidade de paridade de custos na operação dos navios em relação a combustíveis convencionais, além do mapeamento da infraestrutura necessária, incluindo terminais, protocolos de segurança e requisitos regulatórios e da viabilidade comercial para atender à demanda europeia com baixo risco de compliance.

O mapeamento destacou que o Brasil possui condições competitivas para se tornar um dos maiores produtores globais de e-combustíveis, impulsionado por sua matriz elétrica predominantemente renovável, políticas públicas para o setor e baixo custo de capital. O levantamento também apontou que a perspectiva de implementação da estrutura Net Zero da Organização Marítima Internacional (IMO) e políticas europeias como FuelEU Maritime e Emissions Trading System (ETS) devem criar incentivos adicionais para combustíveis de emissão zero ou quase zero.

O CEO do Porto de Antuérpia-Bruges Internacional, Kristof Waterschoot, destacou que o complexo belga é o segundo maior hub de abastecimento de combustíveis marítimos e o maior cluster

petroquímico da União Europeia. "Juntos, estamos preparando os primeiros fluxos de importação de amônia verde do Açu para Antuérpia-Bruges, impulsionando uma economia marítima verdadeiramente sustentável e circular", declarou.

O CEO da Prumo, Rogério Zampronha, destacou que corredores verdes premiam embarcações que trafegam em rotas com volume de emissões mais baixos, com a disponibilidade dos combustíveis utilizados nessas embarcações nas duas pontas, independente de qual seja o insumo. O executivo disse que o momento pré-COP30, que acontece de 10 a 21 de novembro em Belém (PA), é de muitas articulações que podem colocar o Brasil em posição relevante e temas relacionados à transição energética.

Para Zampronha, o Brasil está entrando tarde na corrida por combustíveis amônia e metanol, mas tem potencial de liderar esse processo, independente do timing das decisões regulatórias por parte dos membros da IMO e dos governos de diferentes países. "Não podemos só esperar governos e a regulação tomarem decisões que vão mudar o mundo. Podemos fazer parte disso na frente e puxar a legislação e a regulação (...). A implementação de corredores verdes é uma das ações que podemos fazer, independente de qualquer decisão política", comentou em entrevista a jornalistas durante o evento.

O CEO do Porto do Açu, Eugenio Figueiredo, acrescentou que, quando se coloca nas duas pontas portos que têm capacidade para fazer abastecimento com esse tipo de combustível, se cria uma forma de fazer essa movimentação com combustíveis verdes naquele trajeto. "Não adianta ter forma de abastecer com amônia ou com metanol no Açu se for para outro porto que não tenha o mesmo combustível na outra ponta", ressaltou.

O projeto do Porto do Açu visa um hub global de exportação de combustíveis marítimos de emissão zero, que conecte parte da produção brasileira à crescente demanda europeia por soluções de baixo carbono e alinhado à descarbonização do setor marítimo, que hoje é responsável por aproximadamente 3% das emissões globais.

O CEO do Porto do Açu relatou que grande parte das discussões em evento do Global Maritime Forum, em Antuérpia, em outubro, debateu a busca por acordos bilaterais, regionais ou com subgrupos das discussões da IMO para que a transição continue avançando nos 12 meses de postergação das decisões sobre a estrutura Net Zero da IMO. Ele também sinalizou para a possibilidade de novos corredores envolvendo o complexo portuário brasileiro. "Os desenvolvimentos continuam, existem outras pontas. Não necessariamente só uma rota para a Europa, mas para outras áreas do globo", contou Figueiredo.

(Em atualização)

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 03/11/2025

WÄRTSILÄ CONCLUI VENDA DA DIVISÃO DE SISTEMAS ELÉTRICOS MARÍTIMOS PARA VINCI ENERGIES

Da Redação Indústria naval 03/11/2025 - 20:51



A Wärtsilä, anunciou, na última sexta-feira (31/10), que encerrou o processo de venda da sua divisão de Sistemas Elétricos Marítimos para a Vinci Energies. O acordo fora anunciado em 17 de julho. Com receita de 100 milhões de euros em 2024, essa divisão concentra-se na integração de sistemas elétricos especializados e complexos a bordo de embarcações. A empresa e todos os seus 380 funcionários foram transferidos para a Vinci Energies a partir de 31 de outubro.



INFORMS

INFORMATIVO - MERCO SHIPPING

Edição: 171/2025
Página 83 de 83
Data: 04/11/2025
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

Bernd Bertram, diretor de negócios do portfólio da Wärtsilä, afirmou que a conclusão da venda da divisão é prova de que a estratégia do grupo está dando certo. "A Wärtsilä buscará gerar ainda mais valor com a venda das demais divisões do portfólio, mantendo o foco em seus negócios principais. Com esta transação, desejamos muito sucesso aos nossos ex-colegas e à Vinci Energies", disse.

Fonte: *Portal Portos e Navios - RJ*

Data: 03/11/2025



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 04/11/2025